

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia

TATSUO ISHIZU

IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA DO TAPAJÓS:
OS JAPONESES EM MONTE ALEGRE – 1926-1962

Belém
2007

TATSUO ISHIZU

IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA DO TAPAJÓS:
OS JAPONESES EM MONTE ALEGRE – 1926-1962

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo (PPHIST/UFPA).

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Ishizu, Tatsuo

Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962 / Tatsuo Ishizu ; orientador, Aldrin Moura de Figueiredo. - 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

1. Amazônia - História - Séc. XX. 2. Amazônia - Colonização - Séc. XX.
3. Japoneses - Monte Alegre (PA) - Colonização. 4. Agricultura - Amazônia - Séc. XX. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

TATSUO ISHIZU

IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA DO TAPAJÓS:
OS JAPONESES EM MONTE ALEGRE – 1926-1962

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo (PPHIST/UFPA).

Data de Aprovação: 04/05/2007

Banca Examinadora:

Professora Doutora Maria de Nazaré dos Santos Sarges
(PPHIST/UFPA)

Professora Doutora Márcia Maria Menendes Motta
(PPGHIS/UFF)

Professora Doutora Franciane Gama Lacerda
(Suplente/PPHIST/UFPA)

Para os meus pais Mashie e Fumiko, saudosamente!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi resultado de dois anos de pesquisa e leituras, e no processo de sua construção, diversas pessoas participaram direta ou indiretamente, discutindo comigo sobre o assunto, indicando-me bibliografias, lendo parte do esboço e incentivando-me. Enfim, deram-me o apoio esperado que sem o qual o trabalho não seria possível. Por isso quero agradecer a essas pessoas que, ao seu modo, contribuíram para que esta dissertação pudesse ser concluída:

Ao Aldrin Moura de Figueiredo, meu orientador, que sempre foi incansável em me incentivar e mostrar o caminho nas horas mais difíceis por mim enfrentadas;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia: Geraldo Coelho, Magda Ricci, Leira Mourão e Aldrin Figueiredo, com os quais pude enriquecer os conhecimentos que serviram de referências no encaminhamento do trabalho de pesquisa e dissertação;

Aos professores da banca de qualificação: Franciane Lacerda e Maria Angélica Maués, pela leitura criteriosa e pelas valiosas recomendações que foram decisivas para a construção do trabalho final;

Ao grupo de História do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), por garantir a liberação de minhas funções docentes a fim de cursar o Mestrado;

Aos funcionários da Biblioteca Pública Arthur Viana: Simone Matos Moreira e Antônio Picanço Pereira, que não mediram esforços em auxiliar-me na pesquisa durante o longo período em que passei pesquisando nos jornais microfilmados. E a Elane Gomes que me auxiliou compilando artigos e colunas do jornal;

Ao Gota Tsutsumi, secretário Geral da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia, que me disponibilizou os acervos da sua biblioteca particular;

A Kimiko Maeda que, mesmo estando no Japão, foi incansável em me incentivar;

A Fumiko Ishizu, minha mãe, que nos últimos meses da sua vida organizou e as traduziu fontes em idioma japonesa de modo que eu pudesse ter acesso às informações;

À Eliana, pela amizade e incentivo constante. À Conceição, Iracy e Stela pela atenção e por terem acreditado em mim. À Catarina pela amizade e horas de diálogos acadêmicos com os quais me presenteia incansavelmente.

Belém, 20 de março de 2007.

RESUMO

Desde 1925, quando assumiu o comando do governo paraense, Dionísio Bentes procurou incentivar a colonização do “sertão” paraense com o objetivo de dinamizar a produção agrícola. Para efetivar o projeto, o governo esforçou-se para atrair o interesse do Japão, oferecendo gratuitamente terras para o assentamento dos imigrantes japoneses. Como resultado do acordo diplomático firmado entre partes interessadas, a partir do final de 1929, teve início o processo migratório que se estendeu até 1962, com interrupção entre 1937 e 1952. Durante quase três décadas, cerca de 1.600 famílias desembarcaram no porto paraense. A grande maioria fixou-se no Estado do Pará, formando uma significativa comunidade de imigrantes e seus descendentes. Assim, esta dissertação trata do processo que conduziu essa migração, à construção do modo de vida na Amazônia e à elaboração da identidade no novo ambiente. O enfoque principal é a colonização da cidade de Monte Alegre, no Baixo-Amazonas paraense, muito embora essa análise faça referência a outras localidades do Pará e Amazonas e também envolve um esforço para discutir tanto o processo da colonização quanto do exercício da construção da memória por parte dos imigrantes.

Palavras-Chave: Amazônia. Imigração. Japoneses. Colonização. Agricultura. Memória.

ABSTRACT

As soon as Dionísio Bentes assumed the *paraense* government command in 1925, he tried to stimulate the colonization of *sertão paraense* in order to become the agricultural production more dynamic. To accomplish the project, the government tried hard to attract the interest of Japan, offering for free lands for colonization. As result of this diplomatic agreement made between interested parts, from the end of 1929 the migratory process which spread until 1962 was begun, with interruption between 1937 and 1952. During almost three decades, about 1.600 families have disembarked in the *paraense* port. Most of them fixed in *Pará* state, forming a significant community of immigrants and their descendants. This paper is about the process which led the migration, construction of the way of life in *Amazônia* and rework of identity in the new environment. The main approach is *Monte Alegre* city colonization, in *Baixo-Amazonas paraense*, although it also refers to other localities in *Pará* and *Amazônia*. The analysis involves an effort to argue as much the colonizing process as the exercise in the construction of memory by the immigrants.

Key Words: Amazônia. Immigration. Japanese. Colonization. Agriculture. Memory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Equipe técnica da Companhia Nipônica.....	47
Quadro 2 – Construções de Quatro-Bocas, em Tomé-Açú.....	49
Quadro 3 – Construções de Santa Maria, em Tomé-Açú.....	49
Quadro 4 – Construções da Estação Experimental de Açaizal de Tomé-Açú.....	50
Quadro 5 – Construções na colônia de imigrantes de Tomé-Açú.....	50
Quadro 6 – Compromissos de contrato entre imigrante e Nantaku.....	55
Quadro 7 – Número de imigrantes de Tomé-Açú.....	57
Quadro 8 – Espécies e quantidade de pés cultivadas.....	59
Quadro 9 – Imigrantes da Cota Tsuji, conforme o ano da chegada.....	61
Quadro 10 – As cotas de imigrantes concedidos na década de 1950.....	64
Quadro 11 – Imigrantes da Cota Tsuji de 1953.....	65
Quadro 12 – Quadro estatístico de emigração japonesa do ano da Reforma Meiji até o fim da Segunda Guerra Mundial (1868-1950).....	73
Quadro 13 – Entrada de imigrantes japoneses em países da América Central e do Sul no período de 1899 a 1914.....	73
Quadro 14 – Dados das colônias de Monte Alegre, segundo recenseamento de 1900.....	77
Quadro 15 – Dados das colônias de Monte Alegre, segundo recenseamento de 1902.....	77
Quadro 16 – Número de imigrantes de Mulata e do Limoeiro.....	86
Quadro 17 – Número de imigrantes japoneses de Monte Alegre.....	90
Quadro 18 – Imigrantes japoneses introduzidos em Fordlândia e Belterra entre 1954 a 1955.....	91
Quadro 19 – Remanejamento de imigrantes de Fordlândia e Belterra – maio de 1955.....	92
Quadro 20 – Quadro demonstrativo do êxodo de imigrantes da colônia de Monte Alegre, e 1953 a 1960.....	111

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Missão Japonesa em Belém (1926).....	29
Fotografia 2 – Embaixador Schichita Tatsuke agradecendo a Folha.....	35
Fotografia 3 – Festa fluvial no Cuyabá.....	38
Fotografia 4 – Banquete do salão de espetáculo do Palace-Theatre.....	39
Fotografia 5 – Hachiro Fukuhara.....	46
Fotografia 6 – Ponte de Tomé-Açú na década de 1930.....	48
Fotografia 7 – Hospital da Companhia Nipônica em Tomé-Açú.....	51
Fotografia 8 – Hospedaria dos Imigrantes de Belém, na Praça da Penitenciária.....	53
Fotografia 9 – Ponte do Japonês sobre a baía do Guajará.....	54
Fotografia 10 – Imigrantes japoneses chegando ao Porto de Santos, Brasil (1960).....	62
Fotografia 11 – Porto de Kobe no Japão. Partida dos japoneses.....	66
Fotografia 12 – Sítio em Parada de Taipas, em São Paulo.....	75
Fotografia 13 – Pequenos imigrantes em sala de aula improvisada.....	97
Fotografia 14 – Crianças japonesas em Tomé-Açú.....	99
Fotografia 15 – Imigrantes no alojamento da cidade de Kobe no Japão (1954).....	100
Fotografia 16 – Imigrantes no Festival da Colheita de Pimenta-do-reino (1962).....	103
Fotografia 17 – Performance de crianças em dança típica (1962).....	104
Fotografia 18 – Criança em dança típica (1962).....	104
Fotografia 19 – Sede da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre.....	107
Fotografia 20 – Desembarque dos imigrantes Kotakuseis no porto do Rio (1935).....	114

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AMAZÔNIA E IMIGRAÇÃO JAPONESA.....	19
2.1 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.....	19
2.2 A PRESENÇA DOS JAPONESES NA AMAZÔNIA (1926-1962).....	21
2.2.2 <i>Missão Japonesa (1926)</i>	27
2.2.3 <i>Eminente Hóspede (1926)</i>	34
2.2.4 <i>Bem perto do mercado de Belém</i>	42
2.2.5 <i>Companhia Nipônica de Plantações do Brasil (1928-1935)</i>	44
2.2.5.1 <i>Quatro-Bocas</i>	46
2.2.5.2 <i>Hospedaria dos Imigrantes</i>	51
2.2.5.3 <i>Manila Maru</i>	54
2.2.5.4 <i>Pavilhão Hashizume</i>	57
2.2.6 <i>Cooperativa Empresarial Sul-Americana (1926-1930)</i>	58
2.3 IMIGRAÇÃO JAPONESA NA DÉCADA DE 1950.....	60
2.4 MODERNIDADE NO IMPÉRIO DO MIKADO (1868-1912).....	67
3 MONTE ALEGRE E IMIGRAÇÃO: COLONIZAÇÃO JAPONESA NA FRONTEIRA DO GURUPATUBA (1929-1960).....	76
3.1 COLONIZAÇÃO DE MONTE ALEGRE.....	76
3.2 SUÍÇA DA AMAZÔNIA.....	86
3.3 COLONIZAÇÃO DOS JAPONESES EM MONTE ALEGRE NA DÉCADA DE 1950.....	89
3.4 MUDANÇA TRANSOCEÂNICA	111
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
5 REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO.....	127

1 INTRODUÇÃO

Segundo informações obtidas por meio de leituras para a elaboração deste estudo, pode-se afirmar que no dia 24 de maio de 1926, mais precisamente em uma segunda-feira, a cidade de Belém do Pará amanhecia, acordava preguiçosa com o sol matutino, levantava-se no Guajará, iluminava a feira do Ver-o-Peso e se fazia ouvir os primeiros pregões evocados pelas mais diversas classes de operários que ali chegavam para trabalhar. E, em meio ao alvoroço que se estendia com a chegada dos trabalhadores, alguns jornaleiros gritavam em pregões as principais manchetes do dia. Mais um exemplar do diário Folha do Norte que chegava a seus leitores trazendo informações dos acontecimentos do dia anterior, além de anúncios, rezas e crônicas policiais.

Nesse dia, o diário trazia, estampado na primeira página, o que havia acontecido, no dia anterior, a bordo do “Cuyabá”, um dos vapores da frota da companhia de navegação Amazon River¹. Com letreiro chamativo, a manchete descrevia com detalhamento o que acontecera no passeio fluvial até a Vila do Mosqueiro²: Intendente de Belém, em nome da cidade havia oferecido um “delicado almoço” a Shichita Tatsuké, embaixador do Japão.³ Contava esse jornal que no domingo dia 23, às dez horas da manhã, o Cuyabá desatracou do cais galhardamente embandeirado e ornamentado de palmas e flores naturais. Quando o vapor defrontou-se com a Vila do Mosqueiro, na ponte estavam hasteadas as bandeiras japonesa e brasileira, e este fora saudado por estrepitosas girândolas de foguetes. O mesmo teria navegado até o Chapéu Virado, de onde regressou, atracando ao cais, às cinco horas da tarde.

Dessa maneira, a história do passeio fluvial do “Cuyabá”, reconstituída a partir das páginas do jornal, é parte da história da imigração japonesa para o Pará, principalmente porque em maio de 1926, o embaixador do Japão veio em visita à capital paraense. O significado político desse acontecimento, naquele contexto, possuía um peso considerável, pois representava a oficialização do compromisso de colonização das terras paraenses com os imigrantes japoneses. É certo que por esse evento, a mobilização da “aristocrática sociedade” paraense no sentido de cercar o “eminente hóspede”⁴ com cordialidade, foi enorme, pois acreditava que agindo desse modo estaria contribuindo a favor da decisão pela colonização

¹ The Amazon River Stean navigation Company (1911) Ltda era uma das companhias de navegações que atuava na região. A atuação dessa companhia ficava restrita a região amazônica. Possuía quatro linhas, Purus, Madeira, Pirabas e Solimões que ia até Iquitos, no Peru. “Sapucaia”, “Cassiporé” e “Cuyabá” eram os vapores da sua frota.

² Vila do Mosqueiro é hoje denominada Distrito de Mosqueiro. Belém da Saudade: a memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais. 2. ed. Ver. aum. Belém: Secult, 1998, p.257.

³ Jornal Folha do Norte. Belém, 24 de maio de 1926, p.1.

⁴ Categoria que na contemporaneidade significava embaixador do Japão Schichita Tatsuke.

com os seus patrícios. Foi nesse sentido que, além do passeio fluvial do “Cuyabá”, outras manifestações de homenagem foram lhe oferecidas, como da festa de flores no “Palácio da Aristocracia”⁵ e banquete no Palace-Theatre⁶, este sendo um dos momentos mais marcantes dessa visita, recepcionada pela “fidalguia e elegância” com que procurou “cercar de atenções o ilustre representante do Mikado⁷”, registrada na imprensa paraense.⁸

Mas o que explica, em parte, todo esse interesse em torno da imigração e colonização japonesa é a situação econômica de depressão vivenciada naquele momento, na Amazônia, como resultado da ressaca da borracha, que outrora havia sustentado economicamente uma civilização inspirada em Paris, de Georges Eugène Haussmann, na plena selva amazônica, não só em Belém, como também em Manaus.⁹ Nesse sentido, “os problemas da Amazônia”, despovoamento e incipiente produção agrícola, eram questões que não se encontrava soluções, pelo menos, desde meados do século XIX. Desse modo, continuava sendo tema em voga na década de vinte, apontada como principal razão do problema vivenciado pela Amazônia. Foi como declarou o presidente Washington Luis, quando da sua visita à Belém, em julho de 1926: “O seu problema vital consiste em sanear para povoar, em povoar para prosperar”.¹⁰ Logo, o caminho a ser seguido pelos estadistas da região Norte, seria a colonização de suas próprias terras. Colonização aqui entendida na perspectiva indicada por José de Souza Martins, como dilatação da fronteira, deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado sobre territórios ocupados por povos indígenas.¹¹ Pensando seriamente desse modo e acreditando que o caminho a ser seguido pela Amazônia seria a colonização de suas terras para se chegar ao encontro da civilização ocidental idealizada, os estadistas do Norte, como Dionísio Bentes, no Pará; e Efigênio Ferreira Salles, no Amazonas, colocaram em execução a política de colonização. Foi nessa perspectiva que Dionísio Bentes e seus partidários começaram a trabalhar, e a ascensão dele como estadista paraense, em fevereiro de 1925, veio favorecer o processo da imigração japonesa para as terras paraenses. Dessa maneira, o tema da imigração japonesa suscitou reações, principalmente por parte daqueles que, bebendo nas fontes intelectuais racistas como nas de Augusto Meira,¹² consideravam a presença dos

⁵ Sede da Assembléia Paraense na Avenida Presidente Vargas.

⁶ Casa de espetáculo do salão do Grande Hotel.

⁷ Mikado é título do imperador do Japão.

⁸ Jornal Folha do Norte. Belém, 29 de maio de 1926, p.1.

⁹ PESSAVENTO, Sandra. O imaginário da cidade. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

¹⁰ Jornal Folha do Norte. Belém, 27 de julho de 1926, p.1 e 5.

¹¹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

¹² MEIRA, Augusto. O problema da imigração. *Folha do Norte*, Belém, 26 set. 1924, p.1.

japoneses na Amazônia prejudicial à formação da raça brasileira, pois o brasileiro seria degenerada com a miscigenação, perdendo, segundo suas crenças, a pureza da raça branca que a nação brasileira estava sendo construída.¹³

Porém, essa proposta do governo paraense só interessava aos japoneses por conta de problemas sociais vivenciados em seu país como resultado da modernização iniciada com a Reforma Meiji (1868), que gerou sérios desajustes sociais, a exemplo de uma multidão de desocupados, em virtude do desmonte do modo de vida feudal existente na época do Xogunato Tokugawa (1603-1868). Com isso, a política migratória adotada em 1885 para conter em parte, a tensão social, estava encontrando dificuldades a partir de setembro de 1924, quando o Congresso norte-americano – país para onde havia mais migração, seguido de São Paulo, no Brasil –, proibiu a imigração japonesa para o seu território.¹⁴ Desse modo, a decisão americana repercutiu negativamente contra a imigração japonesa no restante do continente americano, fazendo com que países como México, Peru, Argentina, Equador e Chile, seguissem o mesmo caminho enveredado pelos hermanos do norte.¹⁵ No Brasil, também se fez ouvir vozes contrárias à imigração dos asiáticos.

Em 22 de outubro de 1923, o deputado mineiro Fidélis Reis apresentou ao Congresso um projeto de lei em que restringia o ingresso de japoneses no Brasil. Em 14 de abril de 1924, apoiando a iniciativa do projeto em questão, Miguel Couto do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Medicina, diria que os japoneses eram inassimiláveis e por motivo eugênico era contrária à vinda de imigrantes desta raça ao solo brasileiro.¹⁶ Nesse contexto, entabula-se seriamente o processo da imigração japonesa para a Amazônia. Por isso, a visita do embaixador Schichita Tatsuke, não se inscreve apenas como parte desse quadro, mas também como marco do processo da imigração nipônica para a Amazônia, a qual começou a ser efetivada no decurso de 1928. A apresentação da Amazônia como lugar prodigioso em termos de beleza natural, riqueza incalculável e região de investimento promissor para o capital japonês, levaram alguns magnatas nipônicos a voltarem suas atenções para a região dos trópicos brasileira. Nesse sentido, a partir de 1928, algumas empresas passaram a investir nos Estados do Pará e do Amazonas, com o intuito de explorar economicamente as terras paraenses, aproveitando-se das facilidades oferecidas pelos

¹³ SCHWARCZ, Lílían Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

¹⁴ MEIRA, Augusto. O problema da imigração. *Folha do Norte*, Belém, 26 set. 1924, p.1.

¹⁵ VIDELLA, S. Torres. O Perigo Amarelo. *Folha do Norte*, Belém, 22 Set. 1924, p. 1.

¹⁶ Miguel Couto Apud Gota Tsutsumi. *Alvorada da imigração japonesa na Amazônia* – seguindo as pegadas da Missão Fukuhara. In: Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006, pp. 196-2007.

governos desses estados, como a distribuição gratuita de terras para a colonização nas fronteiras das frentes de expansões – categorias entendidas na perspectiva definidas pelo José de Souza Martins –, que aponta a frente de expansão da fronteira como “lugar da alteridade”. Como resultado, a partir desse período, formaram-se colônias de imigrantes nos municípios de Acará, Castanhal, Monte Alegre, no Pará; Maués e Parintins, no Amazonas. Entretanto, tais experiências de colonização não tiveram resultados promissores, pois o desconhecimento do solo e do meio levaram a falência da lavoura de Cacau, algodão e tabaco, produtos eleitos para serem desenvolvidos pelos imigrantes. Até 1935, essas experiências resultariam em fracassos. Assim, as companhias perderiam interesse e abandonariam o projeto colonizador.

Um dos maiores embaraços que levaram a falência desses projetos de colonização foi a condição do meio: isolamento que as grandes distâncias impunham à colônia em áreas de fronteiras, condições do solo impróprio para o produto selecionado para o cultivo, endemias, estranhamento com o clima, enchentes, insetos e mata fechada. Desse modo, o que teve início como uma grande promessa para o Pará e Amazonas, em meados da década de 1920, não suportaria o impacto da Amazônia.

No início da década de 1950, uma nova corrente de imigração japonesa teve início, não apenas para a Amazônia, mas também para São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse processo que se estendeu até 1962, no caso da Amazônia, foi motivado pelo interesse do governo brasileiro em desenvolver a jutoicultura, o que levou Getúlio Vargas, Presidente da República na época, a autorizar a introdução de 5.000 mil famílias de imigrantes japoneses. Dessa maneira, movidos pelo interesse econômico e pelo sentimento patriótico, alguns remanescentes de imigrantes da década de 1930, como Kotaro Tsuji, concentraram esforços no sentido de fazer da Amazônia um refúgio para o enorme contingente de imigrantes repatriados do continente asiático que abarrotavam o território japonês. Pois, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os japoneses que haviam migrado para China, Coréia e regiões do Sudeste Asiático tiveram de retornar ao Japão. Com isso, de 1953 a 1962, cerca de um mil famílias de japoneses foram distribuídas nos territórios do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Maranhão, criando-se cerca de 23 colônias nas regiões de fronteiras. A partir de 1960, com a recuperação econômica do Japão pós-guerra, a corrente migratória acabou por cessar.

Assim, a partir da década de 1920, os japoneses passaram a fazer parte da história social da ocupação humana na Amazônia. Entretanto, nas academias regionais, em termos historiográficos, a experiência de imigração e colonização dos japoneses na Amazônia está ausente, que é descrita em um razoável volume de memórias que versa sobre o tema

produzido pelos remanescentes de imigrantes.¹⁷ Nesses trabalhos, verificamos três grupos que apresentam características literárias: o primeiro, considera o imigrante vítima da cruel política de imigração adotada pelo governo nipônico. Nessa visão, da qual compartilha Tsuguo Shindo,¹⁸ os governantes japoneses teriam planejado a política de estímulo a imigração no sentido de desafogar o excesso populacional, enviando-o para o exterior, abandonando-o em seguida, sem prestar qualquer auxílio.

O segundo grupo, que é o mais predominante, parte das mesmas premissas do primeiro, pois reforça a idéia de que o imigrante foi vitorioso ao obter sucesso econômico valendo-se de seu próprio esforço. Nessa linha de abordagem, a preocupação volta-se para o enaltecimento da moral do japonês, a qual é tratado por Ruth Benedict,¹⁹ cujo objetivo é o de evidenciar e reforçar as virtudes morais desse povo como trabalho, tenacidade, persistência, paciência e dedicação. Princípios sobre os quais os imigrantes procuram construir a sua identidade no Pará. Desse grupo, o principal representante é Fusako Tsunoda, escritora japonesa que produziu um romance, em 1965, com base nos depoimentos colhidos de imigrantes fixados na colônia de Tomé-Açú, no Acará.²⁰ A obra dessa escritora teve enorme repercussão na comunidade de imigrantes do Acará, e, desde então, exerceu forte influência sobre a memória produzida por esse grupo que elegeu o trabalho de Tsunoda como sua memória histórica. Nessa memória, o enredo é dividido em três partes distintas: 1º) os primeiros tempos da colonização, desde a chegada em 1929, até 1935, quando a Companhia Nipônica faliu; 2º) relata o conforto material experimentado pela colônia de Tomé-Açú com o desenvolvimento da pimenta-do-reino. Nessa segunda parte, também é narrado um conjunto de sofrimentos que os imigrantes experimentaram no assentamento, como de endemias, mortes, pobreza, fome, desesperadora luta pela sobrevivência com a produção e a comercialização de hortaliças no mercado de Belém; e 3º) conta a história da pimenta-do-reino, da riqueza gerada por ela e a transformação de Tomé-Açú em paraíso de riqueza incalculável, onde se ergue uma civilização de imigrantes japoneses embutidos na selva amazônica. Nesse sentido, concluímos que a memória histórica do segundo grupo é a história da pimenta-do-reino e não propriamente a história da imigração japonesa.

O terceiro grupo, é representado pela Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, entidade criada em 1958, que congrega e representa o interesse de várias comunidades de

¹⁷ MALUF, Marina. "Memória sagrada, história profana". In: *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, pp. 41-45.

¹⁸ SHINDO, Tsuguo. *Brasil e Japão: Os 100 anos de Tratado de Amizade*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.

¹⁹ BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

²⁰ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

imigrantes japoneses da Amazônia brasileira. As memórias produzidas por essa entidade – que elabora uma espécie de revista comemorativa a cada dez anos desde 1959 –, possuem como sua principal preocupação a preservação da memória da imigração japonesa. Ela se distancia da visão do primeiro grupo, mas abraça o modelo de abordagem adotado por Fusako Tsunoda. Confunde a experiência da colonização de Tomé-Açú com a da Amazônia e adota a história de Tomé-Açú como história de imigração da Amazônia.

Por isso, preocupada com a questão da miscigenação, em 1978, Tsuguo Koyama, partindo da premissa de que no Brasil não existe discriminação racial, sustenta a tese de que a miscigenação entre nacionais e japoneses, principalmente entre seus descendentes, é favorecida no Pará.²¹ Essa preocupação é encontrada, também, no trabalho intitulado “Arigato”, organizado pela Secretaria de Estado da Cultura do governo do Estado do Pará, publicação feita em comemoração ao centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão,²² que focaliza a idéia de contribuição positiva, principalmente econômica, do imigrante japonês para o Pará. Visão compartilhada por Ricardo Borges²³, Elias Jr. Pinto²⁴ e Samuel Benchimol²⁵. Em 1958, Ernesto Cruz dedicou um pequeno texto sobre a imigração e colonização japonesa na sua obra “Colonização do Pará”.²⁶ O seu trabalho, apesar de ser historiográfico, tangencia-se com a visão do segundo grupo de memorialistas, em que a narrativa tem por intuito contar o sucesso da economia de pimenta-do-reino, em Tomé-Açú.

Esses trabalhos memorialistas e historiográficos possuem suas importâncias na medida em que procuraram preservar parte do registro da imigração japonesa. Contudo, em se tratando das experiências vivenciadas por esse povo, na Amazônia, necessita ser revisitado com olhar atento para detectar outros aspectos dessa experiência. Assim, pelo que foi exposto e pelo fato de ser descendente desse povo que migrou para a Amazônia, em 1955, estabelecendo-se em Monte Alegre, surgiu a necessidade de se realizar este estudo, mesmo sabendo que haveria problema de fonte, que inviabilizaria a pesquisa, uma vez que não

²¹ KOYAMA, Tsuguo. Japoneses na Amazônia: alguns aspectos do processo de sua integração sócio-cultural. In. A Presença Japonesa no Brasil. São Paulo: Ed. USP, 1978. (Coleção Coroa Vermelha, Est. Brasileiros, Vol. I)

²² ARIGATO. Secretaria de Estado da Cultura. Publicação comemorativa ao centenário do Trattado de Amizade, Comércio e Navegação. Belém, 1995.

²³ BORGES, Ricardo. Os Japoneses e a Colonização da Amazônia. In. Vivência Amazônica. Belém: CEJUP, pp. 452-453.

²⁴ PINTO, Elias Jr. Sessenta Anos de Presença Japonesa na Amazônia. *Revista Amazônia Hoje*, Belém, v.1, n.11, nov. 1989. p.22-27.

²⁵ BENCHIMOL, Samuel. Japoneses no agro e na indústria. In. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Ed. Valer/Ed. Da Universidade de Amazonas, 1999, pp. 419-429.

²⁶ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958.

estavam disponíveis, pois não eram de domínio público. Dessa forma, começou-se o grande desafio, pois a maioria das fontes, como autobiografias e diários encontravam-se em idioma japonês, o que tornou problemática, no início, a tarefa, porque, apesar de se dominar razoavelmente esse idioma, muitas categorias não eram familiares. Mas depois de repetidas leituras e com o auxílio do dicionário, o documento foram tornando-se inteligíveis. Com isso, todas as informações obscuras e indecifráveis pareciam que iam sendo reavivadas por mim; das histórias ouvidas, no tempo da infância, em Monte Alegre até às histórias e experiências da vida adulta.

Assim, neste estudo, procurei reconstruir parte da história da imigração japonesa no Pará, em particular, dos japoneses que se alojaram em Monte Alegre, município do Estado do Pará, onde a colonização foi iniciada em 1929. O trabalho procurou focalizar a história destes imigrantes que, no contexto da metade do século XX, singram os mares para colonizar terras amazônicas. Procurou-se desse modo, trazer lume à história da colonização japonesa da fronteira de Monte Alegre, como forma de contribuição ao estudo da colonização do Pará e dos japoneses neste Estado. Fronteira aqui entendida na perspectiva proposta pelo José de Souza Martins, como território de disputa entre diferentes modos de vidas por diferentes grupos humanos; lugar de sociabilidade e de trocas simbólicas entre diferentes culturas e etnias que se encontraram historicamente na situação de fronteira naquela frente de expansão do Tapajós, no oeste do Pará.

2 AMAZÔNIA E IMIGRAÇÃO JAPONESA

2.1 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

A memória não se resume em um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas constitui-se mesmo num processo de luta em torno do que deve ou será guardado (ARRUDA, 2000, p. 41).

A comunidade japonesa de Monte Alegre promoveu uma festividade em 1993 para comemorar os 40 anos da sua presença naquele município. O evento que se designou como *Semana Comemorativa dos 40 Anos da Imigração Japonesa em Monte Alegre*, reuniu de 5 a 12 de setembro, na sede da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Monte Alegre, cerca de 131 indivíduos de 35 famílias remanescentes de imigrantes que haviam se estabelecido naquela fronteira da Amazônia desde a metade do século XX. A festividade que comemorou os 40 anos da presença japonesa em Monte Alegre, elegeu o ano de 1953 como o marco inicial da colonização, desse grupo social, naquela fronteira do Pará, ignorando as duas tentativas de colonização que tiveram anteriormente, de 1929 e de 1931.

Ao contrário do que se possa supor, por mais que os japoneses pertençam ao mesmo grupo social ou originário da mesma nação, a preocupação dos imigrantes japoneses não está em preservar a memória da imigração japonesa vista sob a perspectiva mais ampla. Cada grupo de imigrantes, conforme o espaço colonizado e do tempo da sua ocorrência, tem reunido esforço no sentido de preservar a memória histórica de modo particularizado. É o que se tem encontrado em outras regiões da Amazônia, onde se verificaram as experiências de colonização japonesa. Em 1981, por exemplo, Kotakuseis²⁷, que fundaram a Colônia Vila Amazônia no município de Parintins, comemoraram os seus 50 anos de colonização.²⁸ Em 1954, os imigrantes do município do Acará, onde foi fundada a colônia de Tomé-Açú, também fizeram o mesmo, festejando os seus 25 anos.

²⁷ Kotakuseis é a designação com que os imigrantes de Parintins se auto-intitulam-se. O Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia, entidade promotora da colonização no município de Parintins no estado de Amazonas, utilizou como forma de recrutamento dos imigrantes para a colônia Vila Amazônia daquele município amazonense, a Escola Superior de Colonização Koutaku. Os jovens da classe média e alta foram treinados, inicialmente, nesta escola e enviado em seguida para Parintins. A denominação Kotakuseis provém daí, significando imigrantes da Escola Superior de Colonização Koutaku.

²⁸ KOTAKUKAI DO PARÁ. História de colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas a Escola Superior de Colonização do Japão. Manaus, 1898.

Em 1959, com a institucionalização da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira²⁹, em 13 de julho de 1958, a entidade promoveu um evento em que se comemorou o início da imigração japonesa, na Amazônia. Nesse evento comemorativo, em termos de experiência de colonização, que serviu como referência para representar a colonização japonesa na Amazônia – entre quatro experiências que tiveram concomitantemente no início da década de trinta – elegeram a experiência de Tomé-Açú. Assim, a memória histórica da imigração, na Amazônia, que começou a ser escrita em 1959, fez da memória histórica de Tomé-Açú, a história da colonização japonesa na Amazônia.

Desde o primeiro evento comemorativo, a festividade foi integrada à agenda oficial da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira e, a cada dez anos, passou a ser realizada, servindo, assim, como forma de renovação e consolidação dessa memória que passou a ser escrita. Nesse sentido, tudo indica que Gilmar Arruda tenha razão quando chama atenção de que a memória constitui-se “num processo de luta em torno do que deve ou será guardado”.³⁰ Em conformidade com esse pensamento, no caso dos japoneses, a seleção da experiência de Tomé-Açú possuía direta relação com o tipo de memória que os imigrantes desejavam preservar. Memória de uma experiência vitoriosa de imigração e colonização. Pois, de acordo com os memorialistas dessa história, o que importa ser lembrado e guardado na memória é a vitoriosa experiência da economia de pimenta-do-reino experimentada em Tomé-Açú, pelos imigrantes japoneses, na década de cinqüenta.

Aceita-se como relevante para esse assunto, o estudo de Alistair Thomson sobre a “lenda dos *Anzacs*” da Austrália, baseado na análise das reminiscências dos soldados australianos da Grande Guerra (1914-1918). Thomson indica que “características supostamente” positivas dos australianos como “independência, espírito de igualdade, coragem, companheirismo e inabalável patriotismo” foi forjado a partir da memória de alguns soldados que participaram daquela guerra.³¹

Não é sem razão que no senso comum Tomé-Açú é sinônimo de imigração japonesa na Amazônia. Quando se buscam informações sobre a experiência dessa imigração, normalmente, o que se encontra são escritos sobre essa experiência, com modelo de narrativa sempre igual, dividido em três partes. Primeira, de 1929 a 1935, onde o imigrante aparece com machado e enxada em uma ação contínua de trabalho, tentando vencer as forças da

²⁹ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 128.

³⁰ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 41.

³¹ Anzacs são os soldados australianos da Grande Guerra e significa escavadores. THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. *Projeto História*, nº 15 (abril 1997), pp. 51-84.

natureza. Segundo, de 1935 a 1952, no qual o imigrante aparece enfrentando a pobreza, a malária e as dificuldades impostas pelas conseqüências da Segunda Guerra Mundial. E a terceira, de 1952 a 1962, quando o colono conhece a vida confortável proporcionada pela pimenta-do-reino. Nesse enredo, a história da imigração japonesa chega ao fim com o sucesso da economia da pimenta-do-reino, cujo tema central é a vitória econômica dos imigrantes de Tomé-Açú, que na memória histórica foi consagrada como “*história da imigração japonesa na Amazônia*”.

2.2 A PRESENÇA DOS JAPONESES NA AMAZÔNIA (1926-1962)

Oficialmente, em termos de temporalidade, o início da presença dos japoneses na Amazônia consta do final da década de vinte, ou seja, do século passado, quando grupos de empresários japoneses fundaram companhias para promoverem investimentos na região.³² Mas apesar da imigração e colonização promovida por tais companhias terem se destacado como temas centrais, todavia, na contemporaneidade, quando o assunto refere-se aos japoneses na Amazônia, sob o ponto de vista das companhias, esse tema fica sendo apenas parte de um amplo plano de exploração econômica prevista para a região tropical do Brasil. Desse modo, além de transferir recursos humanos do Japão para as terras consignadas gratuitamente pelos estadistas do norte, promovendo a lavoura e beneficiando os produtos agrícolas em fábricas instalados nas unidades das colônias, as referidas companhias pretendiam também atuar na área do extrativismo de riquezas naturais como de madeira e minério, sobretudo, de comercialização de uma série de produtos extrativos que a Amazônia oferecia, como de castanha do Pará, copaíba, cravo, canela, entre outros. Em contrapartida, a presença japonesa aqui também abriria um amplo mercado para os produtos da praça japonesa. Por isso, sob a perspectiva econômica, o projeto das companhias japonesas que atuaram na passagem da década de vinte para trinta, não estava restrito ao plano da imigração e colonização de seus patrícios na Amazônia. De acordo com o projeto, o beneficiamento industrial de produtos da lavoura nas unidades das colônias seria de nível terciário, os quais, ao serem transportados para a praça industrial do Mikado, iriam alimentar suas máquinas.

³² O início da presença dos japoneses na Amazônia remonta a altura de 1909, quando os chamados *Peru Kudari*, aqueles que desceram do Peru, começaram a se estabelecer inicialmente no Acre e depois Manaus e Belém. A colonização japonesa no Peru iniciou em 1899 quando cerca de 790 imigrantes chegaram à aquele país andino. No primeiro ano morreram cerca de 143, 18% do total, como resultado da malária e tifo. Nesta época iniciou o processo de fuga em direção à Bolívia e daí para a Amazônia brasileira. Em Belém, estes chamados *Peru Kudari*, começaram a chegar por volta de 1923. Não há estimativa quanto ao número de imigrantes destes *Peru Kudari*. ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999. p. 124.

Dessa maneira, os principais produtos selecionados por essas companhias e que teriam esse tratamento foram os seguintes: cacau, algodão e guaraná. Outros produtos como arroz e fibra de juta, tiveram como mercado de destino o brasileiro, principalmente o sul do país.

Quantitativamente, foram quatro as companhias desse tipo que atuaram na Amazônia, neste período: duas no Estado do Pará e as outros no Estado do Amazonas.³³ Conhecida como Nantaku, a “Nanbei Takushoku Kabushiki Gaisha” era uma empresa que havia sido criada pela Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha, em 11 de agosto de 1928, em Tokyo.³⁴ A sua constituição foi produto de um processo que teve início em 1924 quando, a serviço do Shichita Tatsuke, embaixador do Japão no Brasil desde 16 de agosto de 1923,³⁵ Ryoji Noda, secretário geral da Embaixada, foi enviado à Amazônia em uma missão de observação.³⁶ Disso resultou um relatório bastante positivo sobre a Amazônia, no qual recomendava-se que fosse levado em conta a idéia de sua colonização. Em 1925, Yasuhira Ashizawa, engenheiro agrônomo e adido ao Ministério do Exterior, e Hideo Nakano, observador da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha, estiveram no Pará em uma missão oficial para selecionar terras que o governo nipônico pretendia colonizar com os imigrantes de sua nação. Para que a missão tivesse caráter oficial, a mesma foi apresentada a Dionísio Ausier Bentes, governador do Estado do Pará, por Shichita Tatsuke que mandou em mãos uma carta de apresentação. Sob a indicação do governador do Estado, a Missão Ashizawa, como ficou conhecida a referida visita oficial do Ministério do Exterior, percorreu a zona da Estrada de Ferro de Bragança e regiões do alto Capim, no município de São Domingos da Boa Vista. Ao selecionar a segunda opção de terra, o governador do estado, por meio de uma carta oficial, assumiu o compromisso de reservar 500.000 mil hectares de terras na bacia do rio Capim, que deveriam ser divididos entre 20.000 mil famílias de imigrantes japoneses.

Sobre a questão da imigração japonesa para o Estado do Pará, quando ainda era deputado federal (1921-1924)), Dionísio Bentes conversou a respeito disso com o Embaixador Shichita Tatsuke.³⁷ Na oportunidade, ele sugeriu ao representante oficial do governo japonês, que enviasse imigrantes japoneses para o seu Estado, pois como o Pará era

³³ Empresas que atuaram em Amazonas eram: Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia que administrava a colônia Vila Amazônia no município de Parintins; e Coimpnahia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia que administrava a colônia Sales-Shi no município de Maués.

³⁴ CASTRO, Fernando Moreira de. Cinquenta Anos da Imigração Japonesa na Amazônia. Belém: Falangola Offset, 1979. p. 41.

³⁵ MARANHÃO, Paulo. A tristeza das Gueishas e dos Samurais – e o sr. Schichita Tatsuke, primeiro embaixador do Japão junto ao governo brasileiro, e que, há poucos dia, chegou a capital da República, sendo festivamente recebido. *Folha do Norte*, Belém, 10 set. 1923, p.1.

³⁶ MARANHÃO, Paulo. Uma missão japonesa visita o norte do país. *Folha do Norte*, Belém, 04 jul. 1924, p.1.

³⁷ MARANHÃO, Paulo. Eminente hospede: o embaixador do Japão em Belém. – como foi recebido o ilustre diplomata. – A FOLHA obtém uma entrevista de s.exc. *Folha do Norte*, Belém, 29 abr. 1926, p.1.

um Estado com abundância de terras devolutas, havia suficientemente para serem distribuídas gratuitamente.³⁸ Portanto, em dezembro de 1924, então candidato ao governo do Estado, em uma entrevista à imprensa no Rio, Dionísio Bentes fez uma declaração dizendo que era favorável à imigração japonesa. Eis o seu relato:

A imigração será também um desígnio a que dedicarei o mais persistente esforço. Um dos nossos males mais embaraçosos é a despopulação [sic]. Somos menos de um milhão de almas, ocupando uma área territorial de 1.250.000 quilômetros quadrados. Sou absolutamente partidário à imigração japonesa, e neste escopo procurarei afastar todos os empecilhos oriundos de calúnias ou mal entendidos, quanto ao clima, que estorvam a ida de bons trabalhadores agrícolas para o meu Estado. A esses trabalhadores procurarei garantia e vantagens reais, quanto a ocupação de terras devolutas e facilidades para o seu trabalho (BENTES, 1926)

Um dos empecilhos a que se refere o futuro governador, foi o movimento contrário à idéia da imigração japonesa que existia no Estado. Na imprensa paraense, esse movimento que se chamou amarellophobos³⁹ foi representado por Augusto Meira, S. Torres Vidella e Pedro Dubois.⁴⁰ Os amarellophobos sustentavam a idéia de que a presença dos japoneses na Amazônia era perigosa porque, segundo Augusto Meira que parafraseia o discurso do argentino Lucas Ayarragaray⁴¹, o que a Amazônia precisava era

importar valores antropológicos de raças superiores e similares a nossa. As uniões ilegítimas de elementos sem afinidade ou antagônicos, introduzirão e multiplicarão causa de perversão e degeneração étnicas (MEIRA, 2004)⁴²

Para Vidella (1924), a imigração japonesa afetaria “o porvir da nacionalidade e o seu desenvolvimento cultural e etnográfico”, porque tanto o chinês como o japonês é um povo perigoso porque “faz relação marital com mulheres nacionais, degenerando a raça e propagando infinidade de doenças exóticas como o tracoma que cega a gente”. Assim sendo, deveria rogar à força divina pedindo para que Deus livrasse o Brasil de semelhante praga.

Assim, o afloramento do sentimento “amarellophóbico” em muito contribuiu para o movimento contrário à imigração japonesa, que estava sendo desenvolvido nos Estados

³⁸ BENTES, Dionísio. O problema da imigração: a contribuição do dr. Dionísio Bentes ao inquérito sobre a importante questão. *Folha do Norte*, Belém, 03 set. 1926, p.1.

³⁹ Categoria que significa fobia contra amarelos e utilizado comumente pela imprensa paraense na década de 1920, de onde foi retirada. DUBOIS, Padre. Neve Japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 06 jul. 1924, p.1.>.

⁴⁰ Eduardo Gonçalves estudou esta questão da fobia contra os japoneses na imprensa paraense no período de 1938 – 1945, na monografia da conclusão do curso de graduação. Neste sentido, ver: GONÇALVES, Eduardo Batista. *O Complot Amarelo: Representações do Imigrante Japonês na Imprensa Paraense 1938-1945*. 2000. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2000.

⁴¹ Lucas Ayarragaray, ministro da República Argentina em Roma.

⁴² MEIRA, Augusto. O problema da imigração. *Folha do Norte*, Belém, 26 set. 1924, p.1.

Unidos da América do Norte, em particular no Estado de Califórnia, que havia levantado a bandeira do “Perigo Amarelo”, para forçar o seu Congresso a aprovar a lei que proibia a imigração japonesa ao território da União, inclusive no Hawai. Pressionado, o Congresso americano aprovou a referida medida, em setembro de 1924.

Nessa época, o movimento “amarellophóbico” havia sido alastrado em todo continente americano. A República do Equador, por exemplo, decidiu também pela proibição, além da expulsão de chineses e japoneses de seu território. O Chile proibiu a imigração chinesa e limitou a japonesa; o Peru impôs condições para o imigrante chinês; o México decretou condições para os residentes asiáticos, limitando o seu raio de ação, “para contrastar os perniciosos efeitos da sua permanência no seu país”.⁴³ No Brasil, desde 22 de outubro de 1923, tramitava no Congresso projeto de lei que propunha restringir a entrada dos asiáticos, de autoria do deputado mineiro Fidélis Reis, que tinha o apoio do Conselho Nacional de Medicina, que pronunciava os seus pensamentos através do seu porta voz Miguel Couto, do Rio de Janeiro, que em 14 de abril de 1924, manifestou-se publicamente em defesa do projeto do deputado mineiro, alegando motivo eugênico.⁴⁴

No Pará, depois da eleição de Dionísio Bentes, em dezembro de 1924 para o governo do Estado, percebeu-se que as vozes contrárias à imigração japonesa silenciaram-se na imprensa paraense. Mas isso não significou que elas deixaram de existir, pois em diversos momentos os artigos referiam-se a elas como “pequenos entraves”.⁴⁵ Acredita-se que o que pode ter ocorrido é que os chamados “amarellophobos” tenham perdido espaço político diante da ascensão do novo estadista que era favorável ao projeto dessa imigração. Percebe-se, também, que até esse momento, pelo tipo de artigos veiculados em suas páginas, que o jornal *Folha do Norte*, dirigido por Paulo Maranhão, não possuía posições definidas sobre o assunto, apesar de ser perceptível a sua inclinação para a posição defendida por Augusto Meira. Entretanto, a partir de dezembro de 1924, o jornal passou a dar espaço para quem era favorável à migração japonesa, transformando-se em porta-voz da política de introdução do imigrante japonês, defendida pelo Estado.

Do lado do povo japonês, a ascensão de Dionísio Bentes, ao posto de estadista paraense, significou possibilidade real no sentido de efetivação do projeto de investimento e

⁴³ VIDELLA, S. Torres. O Perigo Amarelo. *Folha do Norte*, Belém, 22 set. 1924, p.1.

⁴⁴ Segundo Miguel Couto, “a decisão contrária à vinda de imigrantes asiáticos ao solo brasileiro provêm de considerações do ponto de vista eugênico e econômico, uma vez que os asiáticos não se integram a outras culturas”. Miguel Couto Apud Gota Tsutsumi. *Alvorada da imigração japonesa na Amazônia – seguindo as pegadas da Missão Fukuhara*. In: Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006, pp. 196-2007.

⁴⁵ NIEMAYER, W. O Pará e a imigração japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 28 mai. 1926, p.1.

transferência de recursos humanos do seu país para a Amazônia. Por isso, em 1925, chegou a Missão Ashizawa, no Pará. No ano seguinte, a visita oficial do Embaixador Schichita Tatsuke, simbolicamente, oficializou o compromisso entre os governos japonês e paraense para explorar as “inesgotáveis riquezas que envolvem a terra fértil e fecunda do vosso imenso território”, como lembrou o embaixador, em seu discurso de despedida, no “edifício da aristocracia”, em 4 de junho de 1926.⁴⁶

Nesse ambiente favorável em que a idéia da corrente migratória dos japoneses para a Amazônia configurou-se, o artigo de W. Niemayer, de 28 de maio de 1926, veio sintetizar a mentalidade dos que eram favoráveis à vinda desses colonos.⁴⁷ Segundo ele, o Pará tinha muitos lucros com a presença dos colonos. E apresentava como exemplo desse lucro a experiência de São Paulo, onde os japoneses teriam “promovido um notável surto de valores econômicos, contribuindo, sobremaneira, para o desenvolvimento do Estado”. Nas fazendas de café estariam cerca de 24.000 trabalhadores japoneses cuidando de 50.000.000 pés de cafeeiros. Além disso, entre os proprietários rurais, os japoneses figurariam com 1.600 propriedades. Em São Paulo, segundo Niemayer, não havia a mínima queixa contra os japoneses, haja vista que

só mesmo depois de se percorrer as zonas servidas pelas estradas de Ferro, Sorocabana Noroeste Paulista e outras mais que cortam o estado de S. Paulo, é que se pode compreender a vastidão das sua [governo paulista] política de colonização. Quem percorrer o interior paulista pode sentir como ali se extingue o deserto⁴⁸ e conseqüentemente, verificar o modo surpreendente como brotam os povoados, as estradas de rodagem, os centros de produção agrícola e industrial. É uma evolução vertiginosa. E nela hoje participa o trabalhador japonês (NIEMAYER, 2006)

Logo, para esse autor, o Pará possuía grandes extensões de terras em condições favoráveis para a agricultura, mas que representavam somente riquezas adormecidas. Por estarem despovoadas umas; e outras, em mãos de poucos proprietários. Com isso, em sua maioria, nada produziam, pois não tinham mínima irradiação econômica. Desse modo, Niemayer propunha que se combatessem os “imensos latifúndios”, a exemplo da Austrália, onde o seu governo há muito tempo adquirira as grandes propriedades e as subdividira para colonizar em lotes, ou seja, segundo o modo de ver desse estudioso não seriam “outros os

⁴⁶ MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão: o banquete de despedida e o regresso de s. exc. Ao Sil. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1926, p.1.

⁴⁷ NIEMAYER, W. O Pará e a imigração japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 28 mai. 1926, p.1. W. Niemayer era agente interino do Lloyd Brasileiro de Belém, correspondente do Jornal do Comércio do Rio, e inspetor de imigração federal em São Paulo.

⁴⁸ ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: entre a história e a memória. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

rumos a seguir” pelo Pará, para combater os latifúndios, visando o estabelecimento de pequenas propriedades”. Dentro dessa perspectiva, para Niemayer, a corrente migratória dos japoneses seria positiva, porque os seus resultados seriam semelhantes ao de São Paulo:

Oxalá se inicie para estas terras hospitaleiras e ferazes a corrente japonesa, porque os seus resultados não poderão ser diferentes dos que foram e estão sendo proveitosamente registrados no sul do país (NIEMAYER, 2006)

Conhecido como “Problema da Amazônia”, a discussão em torno da colonização da região Norte do país, que teve início na metade do século XIX, continuava a ser discutida na década de 1920. Silverio Nery, senador amazonense, por exemplo, em entrevista ao jornal “Paiz” do Rio, considerava “muito grave” a questão do “povoamento do território amazônico” e advogava que a sua solução só seria possível “com o auxílio do governo federal ou de capitais estrangeiros”.⁴⁹ Em julho de 1926, quando esteve no Pará, Washington Luis lembrou que o despovoamento do vale amazônico era o principal embaraço para a prosperidade da Amazônia.⁵⁰ Alguns meses depois, Paulo Eleutherio, advogou que se fizessem “cruzadas do saneamento do vale”, povoando “primeiramente com gente brasileira”, do Nordeste. Depois disso, abrindo as nossas portas “à imigração provindas dos quatros ventos da orbe”, para que assim viesse a brilhar no vale amazônico “os clarões do progresso e da civilização”.⁵¹

Como parte dessa política de povoamento e desenvolvimento da produção agrícola do vale amazônico que o Estado se interessava, por volta de 1932, Lyra Castro, Ministro da Agricultura, criou a Colônia “Inglêz de Sousa”, no município de Monte Alegre, no Pará, enviando para o local mais de 1.000 nordestinos que na época afluíam em virtude da seca.⁵² O mesmo acontecendo no estado de Amazonas, onde foi criada a Colônia “Bela Vista”.⁵³ Em 1954, com o intuito de centralizar a capacidade de execução da política de colonização e povoamento em uma única entidade, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que desde então passou a ser o executor das atividades colonizadoras oficiais, passando, dessa forma, para a sua jurisdição as colônias autárquicas, como as de “Inglêz de Sousa”, que na oportunidade passaria a ser denominada como “Colônia

⁴⁹ NERY, Sylverio. O Problema da Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 03 set. 1926, p.1.

⁵⁰ MARANHÃO, Paulo. A recepção do dr. Washington Luis – Como o Pará recebeu o eminente visitante – As homenagens que ontem lhe foram tributadas. *Folha do Norte*, Belém, 27 jul. 1926, p.1 e 5.

⁵¹ ELEUTHERIO, Paulo. Sanear... Povoar... Prosperar. *Folha do Norte*, Belém, 14 ago. 1926, p.1.

⁵² MOURA, Valdete Castro de. *A colonização de Capitão Poço e a migração nordestina (1945-1960)*. 2006. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

⁵³ BUARQUE, Manuel. Terras do Grão Pará – Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 25 de jun. 1932.

Agrícola Nacional do Pará (CANP)”. Com esse objetivo, o INIC atuou até por volta de 1977, quando foi substituído pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).⁵⁴

2.2.2 *Missão Japonesa (1926)*

Em 29 de maio de 1926, a meia noite, lançou ferro no Guajará, vinda de Nova York, o paquete inglês “Denis” da Booth Line, trazendo a bordo uma equipe formada de nove membros: engenheiros, médicos e agrônomos, chefiada pelo empresário Hachiro Fukuhara⁵⁵. A comissão foi enviada pelo governo japonês, em uma missão oficial, para avaliar de modo mais científica, conforme seus entendimentos, as condições de concessões de terras para a colonização que o governador do Estado do Pará havia se comprometido por meio de uma carta em 1925 quando da estadia da Missão Ashizawa.⁵⁶ Daí a referida equipe ser composta de técnicos de área médica, engenharia e agronomia.⁵⁷

O interesse do governo japonês, magnatas do comércio e da indústria em abrir frente de investimento numa região onde eles ainda não possuíam entrada, no caso em questão, a Amazônia, era enorme. Ainda mais porque a possibilidade de exploração da imensa riqueza natural existente no local era indubitável. Eles a conheciam, parcialmente, desde 1924, através do relatório como de Ryoji Noda que percorreu a Amazônia através do seu principal rio, em viagem oficial de observação. Nesse sentido, Schichita Tatsuke, quando

⁵⁴ UENO, Kouji. *História de minha vida: um imigrante japonês*. Monte Alegre, 2005, p. 29.

⁵⁵ Hachiro Fukuhara nasceu na aldeia Sumaro na Província de Kobe como primogênito da família Motoki. Quando criança foi adotada pela família Fukuhara. Graduiu pela Escola Superior de Comércio de Tokyo, ingressando na empresa Kanebo levado pelo seu presidente Sanji Muto. Como bolsista estudou nos Estados Unidos, desenvolvendo estudos relativos à produção de algodão e tecelagem. Quando do retorno, depois de alguns anos, tornou-se em um dos diretores da empresa. Em 1926 esteve na capital paraense chefiando a Missão Japonesa que veio avaliar as condições do meio do Alto Capim, no município de São Domingos de Boa Vista, para possível colonização japonesa. Quando do retorno, transformou-se em um dos maiores referências no Japão sobre investimento na Amazônia. Advogou à seu favor e, em 1928 foi nomeado presidente da Nanbei Takushoku Kabushiki – Nanataku, empresa que iniciou a colonização japonesa no Pará. No mesmo ano, em dezembro, tornava-se também presidente da subsidiária brasileira da Nantaku, a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil. Em 1935, ao ser responsabilizado pelos imigrantes da colônia Tomé-Açú como principal responsável pela falência do projeto colonizador, foi forçado a se demitir do cargo que ocupava na empresa e retornar a sua pátria de origem. Desde então viveu atordoado pelo fracasso em que resultou a experiência de colonização no Pará.

⁵⁶ MARANHÃO, Paulo. A missão japonesa em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 31 mai. 1926, p.1.

⁵⁷ Segundo a imprensa paraense, jornal *Folha do Norte*, que dedicou uma coluna sobre a chegada desta missão japonesa na edição do dia 31 de maio de 1926, três dias depois da equipe ter desembarcado na capital paraense, a “Missão Científica Japonesa” como a imprensa denominou na época, a comitiva era formada de seguinte membro: Kikutaro Ishihara, bacteriologista de doenças infectuosas; Yasugo Iinuma, médico sanitário encarregado do serviço de defesa; Saburo Taniguchi e Yasumasa Tamura, engenheiros civis do Ministério do Interior; Selitsu Ishihara, Silvicultor e chefe da seção da diretoria da Industria Florestal do Ministério da Agricultura; Yasuhei Ashizawa, engenheiro agrônomo e adido ao Ministério do Exterior; Matsue Mizumura, engenheiro agrônomo da Província de Hokaido e Shonosuke Ohta, secretário do chefe da missão; e Hachiro Fukuhara, chefe da Missão, formado em comércio e membro da diretoria da empresa de fiação e tecelagem de algodão Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha – Kanebo [de Tokyo] (Companhia de Tecelagem Kanegafuchi S/A).

esteve na capital paraense, em 1926, no discurso proferido no “edifício da aristocracia”⁵⁸, dirigindo-se ao governador do Estado Dionísio Bentes e demais autoridades presentes, lembrou que “explorar as inesgotáveis riquezas que envolvem a terra fértil e fecunda do vosso imenso território” era objetivo em comum que estava para ser alcançada em breve.⁵⁹ Assim sendo, o que levou a formação e o envio da Missão Fukuhara ao Estado do Pará, em 1926, foi a necessidade de avaliar se as condições do Alto Capim, onde o governador do Estado havia reservado terras para nela estabelecerem colônia de imigrantes japoneses eram realmente favoráveis como a Missão Ashizawa havia apresentado, em seu relatório de 1925.

Denominado como “Missão Japonesa”⁶⁰ pela imprensa paraense, a chamada Missão Fukuhara havia sido formada ainda em 1925. Essa comissão era de natureza oficial por estar a serviço do Ministério das Relações Exteriores, mas como a empresa Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha aceitou arcar com parte do financiamento da missão, a chefia da equipe ficou com a mesma que designou Hachiro Fukuhara, um de seus diretores para o cargo. Em 20 de março de 1926, do porto da cidade de Yokohama, essa Missão partiu rumo à capital paraense. Ela primeiramente seguiu para São Francisco, depois a Chicago e, finalmente, para Nova York, onde aportou no dia 10 de abril.⁶¹ De acordo com os planos iniciais, a chegada em Belém estava prevista para o dia 29 de abril, contudo, como só conseguiram embarcar no cargueiro inglês Denis, no dia 11 de maio, a sua chegada só se efetivou em 29 do mesmo mês.⁶²

Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha era uma empresa de tipo Zaibatsu, oligarquia financeira que prosperou com a proteção do governo Meiji,⁶³ como Mitsui e Mitsubishi. Atuando na área de fiação e tecelagem de algodão, “Kanebo” como também era conhecida essa empresa presidida pelo magnata Sanji Muto, controlava, na época, o mercado do ramo em seu país. Contudo, como entre eles não havia produção de algodão, a matéria prima para as suas máquinas provinham de fora do seu mercado, principalmente dos USA. Do Brasil, na época, eles consumiam o algodão do Ceará e de Pernambuco. Desse modo, era de seu interesse investir no estado do Pará, produzindo aqui, entre outros produtos, algodão como foi planejado para o município de Monte Alegre. Quanto aos recursos humanos para esse empreendimento, o planejado foi utilizar cidadãos de seu país. É nessa perspectiva que,

⁵⁸ Sede da Assembléia Paraense da Avenida Presidente Vargas, em Belém.

⁵⁹ MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão: o banquete de despedida e o regresso de s. exc. Ao Sul. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1926, p.1.

⁶⁰ MARANHÃO, Paulo. Missão Japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 07 jun. 1926, p.1.

⁶¹ Jornal *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1927, p.2.

⁶² MARANHÃO, Paulo. A missão japonesa em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 30 mai. 1926, p.1.

⁶³ Ver sobre a origem dos Zaibatsu nos estudos desenvolvidos pela Benedict. < BENELECT, Ruth. O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 82.>.

em parte, podemos pensar a imigração japonesa para o Estado do Pará que teve início oficialmente em setembro de 1929. Na foto 1, tem-se a equipe da Missão Fukuhara quando esteve na capital paraense em missão oficial, pousando para o fotógrafo do jornal *Folha do Norte*, no dia da sua chegada (29/05/1926), no salão de Grande Hotel, em Belém. No centro, de pernas cruzadas, o chefe da missão.



Foto 1: Missão Japonesa em Belém (1926)
Fonte: *Jornal Folha do Norte*, 31 mai. 1926, p. 1

Três dias depois da chegada em Belém, a comitiva esteve no município de Bragança para observar a produção de algodão. A viagem aconteceu de trem especial da antiga Estrada de Ferro de Bragança. No retorno, do “gare” de São Braz, os viajantes foram recepcionados “pelo representante do governador do Estado, que pôs à disposição dos técnicos nipônicos, os automóveis oficiais para conduzi-los ao Grande Hotel”.⁶⁴ Em Bragança, a Missão japonesa foi recepcionada por Julio Guilhon, intendente do município, que além de hospedar na sua própria residência o chefe da missão, ofereceu aos visitantes um “jantar de 24 talheres”. Pela importância que a referida missão representava para o futuro do Estado, porque dela dependia em parte a colonização de terras desocupadas, as quais eram

⁶⁴ MARANHÃO, Paulo. Regressou de Bragança a missão japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 03 jun. 1926, p.1.

consideradas um dos grandes embaraços para o progresso da região, essa missão desenvolveria, a lavoura e a indústria, a exemplo do que ocorria no Oeste Paulista. Com isso os homens públicos cercaram os visitantes com atenção incomum, oferecendo-lhes todo o apoio logístico que estivesse a seu alcance.

Porém, a avaliação das condições do meio como do solo, clima, água e da navegabilidade dos rios do estado para possível colonização não eram as únicas preocupações para a equipe japonesa em seu estudo. Preocupação com a malária era parte importante do rol de investigação dessa missão. Avaliar a intensidade da presença dessa doença era importante, uma vez que permitiria com que fosse verificada se a endemia existente na região comprometeria ou não a colonização. Era importante também verificar as condições da política sanitária do estado e do nível de pesquisa na área de saúde, pois isso permitiria com que se avaliasse a existência ou não de uma ação eficaz do governo local no sentido de combate à endemia, ou de apoio no caso em que a doença viesse a fazer vítimas. Foi nesse sentido que a equipe médica da missão japonesa visitou, em 6 de junho a Santa Casa de Misericórdia⁶⁵ e em 11 do mesmo mês, a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Em 14 de junho, a Missão Japonesa partiu para a cidade do Acará, no município de São Domingos da Boa Vista, no vapor “Andirá”, da Amazon River. Daí a missão foi transportada até às nascentes do Capim em uma lancha chamada “Atatá”, de motor à gasolina. O navio para a viagem foi posto à disposição da missão pelo governador do Estado, que forneceu “abarracamentos e o que mais necessário se fizesse para um desempenho da incumbência”.⁶⁶ Dionísio Bentes, acompanhado de seu assistente militar, esteve no “cais por ocasião do embarque, apresentando despedidas aos viajantes”.⁶⁷ A comitiva foi acompanhada por Julião Bentes, Inocêncio Bentes e Heráclito Pinheiro, intendente de São Domingos da Boa Vista que veio especialmente a Belém para acompanhar a missão até o Capim. Manuel Francisco da Silva, aspirante da F/B militar, também integrou a comitiva comandando praças. Além desses nacionais que se integraram aos viajantes em sua missão à nascente do Capim, outros quatro japoneses se juntaram a ela: Nobutane Egoshi, Kosaku Oishi⁶⁸, Mitsuyo

⁶⁵ MARANHÃO, Paulo. Missão Japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 07 jun. 1926, p. 1.

⁶⁶ MARANHÃO, Paulo. Regressou de Bragança a missão japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 03 jun. 1926, p.1.

⁶⁷ MARANHÃO, Paulo. A Missão Japonesa na Faculdade de Medicina: a sua partida para o capim. *Folha do Norte*, Belém, 14 jun. 1926, p. 1.

⁶⁸ Engenheiro agrônomo, ex-funcionário da Kanebo. Na oportunidade ele se encontrava na capital paraense em viagem de pesquisa para possível investimento na Amazônia. Mais tarde (1928) ele criou, em associação com o empresário Takeo Sawayagi, uma empresa denominada Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia (Amazon Kogyoh Kabushiki Gaisha), iniciando a colonização no município de Maués, em Amazonas, onde fundou a Colônia Sales-Shi com imigrantes japoneses. Sendo o Guaraná principal produto selecionado para serem cultivados pelos colonos.<ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999.>.

Maeda⁶⁹ e Hideo Nakano. A equipe permaneceu na região do Alto Capim cerca de 60 dias estudando as condições de terra para uma possível colonização⁷⁰ e acabou concluindo que a mesma não apresentava condições favoráveis, haja vista o terreno ser acidentado com reduzida planície, existência de diversos focos de procriações de insetos transmissores de malária, rio de difícil navegação em virtude de muitas curvaturas e leito raso, e solo predominantemente de cascalho com reduzida área em condições adequadas para a prática de lavoura. Essas foram as razões elencadas pela equipe técnica da Missão Japonesa para descartarem a região do nascente do Capim para a colonização.⁷¹

Depois de terem descartado a possibilidade de colonização no Capim, a equipe de Fukuhara continuou a pesquisa em outras regiões do território paraense. Em 12 de setembro, a equipe da Missão Japonesa apareceu percorrendo regiões da Estrada de Ferro de Bragança, em companhia do Enéas Pinheiro, inspetor agrícola federal, “visitando vários pontos daquela região, tendo examinado detidamente desde Igarapé-Açú até Tracuateua as qualidades das terras, estudando as suas vantagens e possibilidades produtivas para a localização de colonos japoneses”.⁷² Silvino Santos, operador cinematográfico (fotógrafo) da firma J. G. de Araújo, da praça de Manaus, acompanhou essa excursão para, a serviço da Missão Japonesa, tirar várias fotografias da produção de algodão, de fumo, do trator trabalhando, da pomicultura. Essas fotos apareceram mais tarde (1930) no Japão sendo utilizadas na campanha de recrutamento dos imigrantes para o Pará. Segundo a imprensa, até 15 de outubro, quando a Missão Fukuhara deixou a capital paraense, visitou “quase todo o interior” onde pretendia localizar os colonos. No final de 139 dias que estivera no Pará em missão oficial para selecionar terras para a colonização, a equipe de técnicos japoneses finalmente elegeu uma região no município do Acará, uma área situada entre o rio Acará e seu afluente Acará Pequeno. Com a escolha feita, Dionísio Bentes comprometeu-se oficialmente, por meio de uma carta, com o Ministério das Relações Exteriores do Japão, aqui representado pelo

⁶⁹ Conhecido como Conde Koma, Mitsuyo Maeda era judoca japonês que residia em Belém desde 1915. Na década de 1920, quando teve início o processo da imigração japonesa, participou ativamente do projeto servindo como intérprete e mediador do interesse japonês e do governo do estado. Em dezembro de 1928 quando foi fundada em Belém a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A, fez parte da sua diretoria assumindo o cargo de conselheiro fiscal. Desde início, dedicou a favor do sucesso da colonização de Tomé-Açú. Depois de 1935, quando do arrefecimento da atuação da companhia, continuou dedicando-se ao projeto da colonização. Em maio de 1927, com 48 anos de idade, naturalizou como cidadão brasileiro. Faleceu em 1941 aos 63 anos. < ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999. >.

⁷⁰ MARANHÃO, Paulo. Missão Japonesa foi recebida ontem pelo governador: A sua próxima partida para o Capim. *Folha do Norte*, Belém, 09 jun. 1926, p.1.

⁷¹ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 45.

⁷² MARANHÃO, Paulo. A Missão Japonesa na E. F. Bragança. *Folha do Norte*, Belém, 12 set. 1926, p. 1.

Hachiro Fukuhara, a ceder, gratuitamente, 500.000 mil hectares de terras, nessa região, a serem utilizadas para a colonização japonesa.⁷³

Como praxe, nesse tipo de compromisso, o tempo de validade era de dois anos. Sendo assim, a concessionária deveria cumprir o acordo dentro do limite temporal, antes que ela viesse a caducar. De Belém, a Missão Japonesa partiu para o Rio, no pacote “Pará”, de onde seguiu em direção a São Paulo para observar as experiências de colonização japonesa naquele Estado. Depois seguiu para Califórnia, nos USA, de onde retornou ao seu país de origem. Ao desembarcarem na cidade de Yokohama, em 27 de janeiro de 1927, o chefe da Missão Japonesa, em “breves palavras” ao “The Japan Times & Mail”, de Tokyo, adiantou parte do relatório que seria apresentado ao ministério das Relações Exteriores. Assim, de acordo com o “Times”, Hachiro Fukuhara dissera que no Brasil, mais especificamente no Pará, os japoneses teriam um “esplêndido futuro” e que nele estava o “domicílio para os milhões da superpopulação do Japão”.⁷⁴ Ao lhe argumentarem por que o Pará era o “lugar ideal para a imigração japonesa”, respondeu que o clima era favorável, o solo era rico e que a necessidade de desenvolvimento do sertão era intenso. Em relação ao clima, acrescentou que era muito úmido e, por isso não convinha aos colonos europeus, mas que “não seria estorvo para o estabelecimento dos japoneses”, uma vez que o Japão também era um país úmido. Relatou toda a atenção que a aristocrática sociedade paraense ofereceu aos visitantes. O chefe da comitiva e a comissão, entusiasticamente, ressaltaram que “todas as classes do povo” do Pará eram bastante hospitaleiras. E, acrescentando, disseram que “eles nos chamaram ‘doutor’, que é um sinal de respeito, justamente como nós, japoneses, quando nos referimos a pessoas de acatamento e consideração, chamamos ‘sensei’”.⁷⁵ A idéia do povo hospitaleiro parece ter tido um peso considerável na lista de elementos favoráveis na decisão pela imigração para as terras paraenses. Em setembro de 1929, na ocasião da chegada dos primeiros imigrantes da “Companhia Nipônica de Plantações do Brasil”, o seu presidente, dirigindo-se aos seus compatriotas, em discurso proferido na “Ponte do Japonês”, no Curro Velho, lembrou que eles haviam vindo “habitar um país amigo, onde todos os habitantes eram bons, comunicativos e tratáveis”, portanto, que “confiassem no seu cavalheirismo”.⁷⁶

⁷³ MARANHÃO, Paulo. A Missão Japonesa embarca hoje para o Sul. *Folha do Norte*, Belém, 15 out. 1926, p. 1.

⁷⁴ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses na América do Sul: A natureza é prodigiosa. – a oportunidade está lá. – o povo é hospitaleiro, diz o sr. H. Fukuhara, que há pouco tempo esteve na Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1926, p.2.

⁷⁵ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses na América do Sul: A natureza é prodigiosa. – a oportunidade está lá. – o povo é hospitaleiro, diz o sr. H. Fukuhara, que há pouco tempo esteve na Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1926, p.2.

⁷⁶ MARANHÃO, Paulo. A colonização japonesa no Pará – Chegou o Manila Maru com a primeira leva dos imigrantes do país do Sol nascente. *Folha do Norte*, Belém, 17 set. 1929, p.4.

Referindo-se aos prodígios das terras paraenses, Hachiro Fukuhara disse que o Pará era “uma terra muito esperançosa para os colonos japoneses”, porque era um lugar que com o “emprego de um pequeno capital, uma pessoa poderia perfeitamente tornar-se proprietária de terras”. Além disso, “a variedade do clima, sempre temperado e a riqueza do solo” forneceriam “ao povo fácil meio de vida”. Quanto ao “custo da produção, tanto no que diz respeito à agricultura como à indústria extrativa das florestas” não era dispendioso. Considerava que “o grande número de rios e igarapés, correndo vertical e horizontalmente” era condição favorável porque facilitavam “de modo extraordinário o transporte”. Em relação a sua localização, o Pará era “tão convenientemente localizado que se podia ir à Europa ou à América do Norte em pouco tempo”. No que se refere ao “preconceito racial”, segundo ele, “infelizmente prevalece nas outras partes do globo”. Em sua opinião, no Pará, “verdadeiramente não existe”.⁷⁷ Por tudo isso, ele recomenda e prescreve “a todos os japoneses que pretendiam ir para o Brasil, que ali se estabelesem, perfeitamente com a idéia de lá ficar toda a sua vida, em vez de ganhar alguns milhões de yens e voltar para este país, para gastá-los”. Pois que a terra era prodigiosa, assim sendo, com pouco dinheiro e trabalho, qualquer um poderia conseguir uma vida confortável. Teriam sido essas, de acordo com o “The Japan Times & Mail”, de Tokyo, as impressões que a Missão Japonesa levou do Pará, de quase cinco meses de pesquisa e convivência que tivera com os paraenses. Também foi com base nessas impressões que o ministério das Relações Exteriores do seu governo tomou a decisão de constituir uma empresa para atuar no Pará.

Ao receber do chefe da missão o relatório intitulado “Estudo para um plano de colonização na bacia amazônica”, Giichi Tanaka, ministro das Relações Exteriores, convidou cerca de 60 magnatas do comércio e da indústria para apreciar aquilo que ficou conhecido como Relatório Fukuhara.⁷⁸ Em tal reunião, formou Comissão Executiva composta por 12 integrantes para elaborar o projeto de criação de uma empresa para atuar na Amazônia, mais especificamente no Pará. O magnata Eiichi Shibuzawa assumiu a chefia dessa comissão. Depois de apreciar a matéria, a Comissão Executiva aconselhou ao ministro que seria apropriado entregar ao Kanebo (Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha) o encargo da criação da empresa em questão, ficando os demais empresários como acionistas. Aceitando a oferta, a Kanebo constituiu uma comissão para fundar a nova empresa. A comissão foi formada por oito diretores da empresa: Sanji Mutoh, presidente da Kanebo; Noriyasu Arima; Yasukata

⁷⁷ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses na América do Sul: A natureza é prodigiosa. – a oportunidade está lá. – o povo é hospitaleiro, diz o sr. H. Fukuhara, que há pouco tempo esteve na Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1926, p.2.

⁷⁸ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 20.

Murai; Tokuhichi Nomura; Bin Hiraga; Sutesaburo Hashizumi; Hachiro Fukuhara e Yoshifumi Takarada. A nova empresa, criada em agosto de 1928, foi denominada como Nambei Takushoku Kabushiki Gaisha – Nantaku (Companhia de Colonização Sul-Americana S.A.), com capital inicial de 10 milhões de yens, em um total de 200.000 mil ações a 50 yens por ação. Assim, “exercer atividades de colonização no exterior, como indústrias correlatas, necessárias, especialmente na aquisição, venda, administração e gerenciamento de terrenos por comissionamento de origem japonesa”, foi o objetivo da Nantaku, de acordo com o Artigo 1.º, do Regulamento Interno da empresa.⁷⁹ A partida do Hachiro Fukuhara para a Amazônia aconteceu em grande estilo. Sanji Mutoh, presidente da Kanebo, ofereceu um coquetel de despedida no Hotel Imperial de Tokyo. Na oportunidade, o homenageado discorreu dizendo que esperava levar o empreendimento ao sucesso num prazo máximo de cinco anos.⁸⁰

2.2.3 *Eminente Hóspede (1926)*

Para que a Missão Fukuhara tivesse sentido oficial em selar o compromisso entre o governo japonês e paraense sobre a introdução dos imigrantes japoneses no território do Estado do Pará, Schichita Tatsuke⁸¹, Embaixador do Japão, embarcou do Rio para Belém, chegando em 28 de abril de 1926. A comitiva do embaixador era formada de seis membros: Goompeg Sekine, adido naval à Embaixada Japonesa, no Rio de Janeiro, e sua esposa Yoshiki Sekine; Nabutane Egoshi, engenheiro agrônomo e assessor do embaixador; Kinroku Awazu, secretário; e Hideo Nakano, funcionário da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha.⁸² A referida visita à capital paraense mereceu da imprensa local uma ampla cobertura. Durante a sua estadia, que durou cerca de 37 dias, os leitores da Folha do Norte acompanharam diariamente os acontecimentos relacionados com a visita do “eminente hóspede” em artigos sempre estampados na primeira página. Tecnicamente, a redação da matéria primava por uma

⁷⁹ Artigo 1º do Regulamento Interno da Nantaku, 1928 Apud ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999. p. 47.

⁸⁰ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 21.

⁸¹ Até 1909 Schichita Tatsuke serviu como secretário da Embaixada na França, tendo anteriormente ocupado os cargos de conselheiro da Embaixada da Rússia e de diretor do Departamento de Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. Foi nomeado em 1915 conselheiro da Embaixada na França, posto no qual permaneceu até 1918, quando o promoveram a ministro do Chile, tendo sido renovado em 1921 para igual cargo na Holanda, para depois então, em 16 de agosto de 1923, ser transferido para o de embaixador no Brasil <Folha do Norte, 29 abr. 1926, p.1>.

⁸² MARANHÃO, Paulo. O embaixador japonês embarcou para Belém. *Folha do Norte*, Belém, 18 abr. 1926, p.2. / MARANHÃO, Paulo. Eminente hospede: O embaixador do Japão em Belém – Como foi recebido o ilustre diplomata – A FOLHA obtém uma entrevista de s. exc. *Folha do Norte*, Belém, 29 abr. 1926, p.1.

descrição minuciosa do que estava sendo informado, utilizando-se de uma narrativa quase cinematográfica, o que permitia com que os leitores formassem, com facilidade, idéias do que havia acontecido.⁸³ Em 4 de junho, a comitiva da embaixada deixou a capital paraense certa de que havia cumprido a missão diplomática que lhe trouxe ao norte do país. Na foto 2, tem-se o embaixador Schichita Tatsuke agradecendo, conforme tradução do seu bilhete traduzido na parte inferior da iconografia, a “maneira tão fidalga quanto generosa, com que” foi “acolhido pelos governo e povo paraenses, durante a curta e agradabilíssima permanência nesta florescente cidade”.

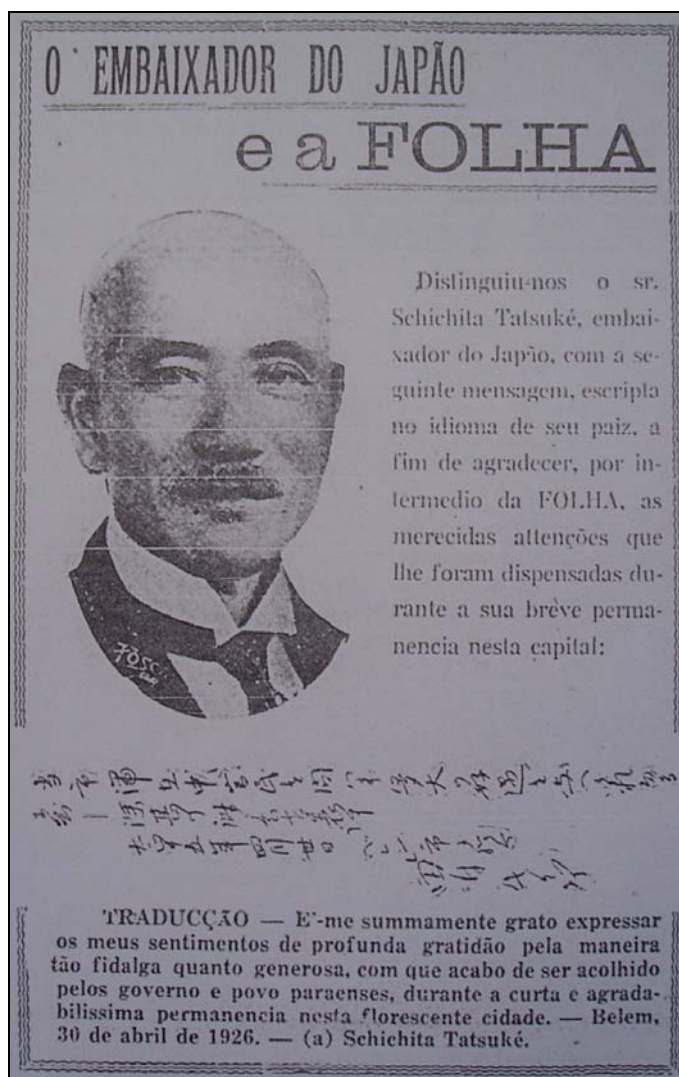


Foto 2: Embaixador Schichita Tatsuke agradecendo a Folha
Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 02 mai. 1926, p. 1

Observando através das páginas do jornal, a impressão que se tem é de que a chegada da comitiva do embaixador japonês ao porto paraense parece ter mobilizado toda cidade em torno desse acontecimento. Entretanto, na realidade, sabe-se que não deve ter sido

⁸³ De 28 de abril a 4 de junho de 1926.

desse modo, pois sem qualquer dúvida, o cidadão comum deve ter continuado com os seus afazeres cotidianos a despeito do que estivesse acontecendo no porto. Já as autoridades, homens do comércio e da indústria, jornalistas e quase todos que possuíam relações com esse eleito, encabeçados pelo governador do Estado, estiveram no “cais da Port of Pará”, às 11 horas, sob “torrencial chuva” que caía nessa hora, quando o navio Affonso Penna que conduzia o “eminente hóspede” desceu ferro em frente ao galpão n. 3. Uma vez em terra, acompanhado do governador do Estado, o embaixador seguiu rumo ao Grande Hotel, onde ficou hospedado. Toda despesa da comitiva do embaixador, durante toda sua estadia, foi coberta com os recursos do cofre público do Estado.⁸⁴

Entre os eventos em homenagem ao “eminente hóspede”, que foram oferecidos por Rodrigues dos Santos, intendente de Belém, em nome da cidade, um passeio fluvial com o “delicado almoço”: Mayonnayse de crevetes; Filet de poison sauce champagne; Ragout de Colaille aux champignons; Caeua de filet á “Amazon River; Ris; Desserts; Puding beijo de cabloca; Gateux; Fruits divers; Vins-Haut Sauternes; champagne; liquers; café; charutos. O passeio que aconteceu no dia 23 de maio partiu do porto de Belém às 10 horas com inúmeros convidados, membros da “aristocrática sociedade”, em animada festa com “jazz band” do city club, tocando no convés inferior, e na parte superior do convés o militar “jazz band” do batalhão de Infantaria do Estado. O Cuyabá navegou da Vila do Mosqueiro até a altura do Chapéu Virado, de onde retornou. Quando chegou à Vila, o navio foi saudado por “estrepitosas girândolas de foguetes”. O mesmo aconteceu quando do retorno na Vila do Pinheiro, onde a passagem daquele navio teria sido saudada com foguetes.⁸⁵

⁸⁴ MARANHÃO, Paulo. Eminente hóspede: O embaixador do Japão em Belém – Como foi recebido o ilustre diplomata – A FOLHA obtém uma entrevista de s. exc. *Folha do Norte*, Belém, 29 abr. 1926, p.1.

⁸⁵ MARANHÃO, Paulo. Brilhante homenagem do município de Belém ao embaixador do Japão: a festa de ontem a bordo do “Cuyabá”, promovida pelo dr. Rodrigues dos Santos. *Folha do Norte*, Belém, 24 mai. 1926, p.1. Alguns nomes que estiveram no passeio fluvial: Rodrigues dos Santos, intendente de Belém; Dionysio Bentes, governador do Estado; Luiz Estevam de Oliveira; capitão de mar e guerra Costa Pinto; comandante da Flotilha do Amazonas; cônego Lemercier, representante do arcebispo; Luiz Estevam de Oliveira, juiz federal; Bento Miranda, deputado federal; coronel Manuel Henrique da Silva, comandante da Região Militar; Deodoro Mendonça; Dioclecio Corrêa; Henrique Santa Henrique Santa Rosa; Ricardo Borges; Paula Pinheiro; desembargador Emilio Santa Rosa; coronel José Maria Camissão; tenente-coronel Alberto Mesquita; Octaviano Pimto; .Octavio Gordilho; coronel Augusto Carvalho Filho; major Oscar Chaves; comandante Burlamaqui da Cunha; José Ribeiro Saback; Jucá Filho; Othon Chateau; Menassés Bendmon; capitão Paulo Costa Filho; major Antonio Nascimento; coronel Ignacio Nogueira; Amazonas de Figueredos; Lopez Queiroz; major Carlos Damasceno; major Amaral Menezes; major Danin dos Santos; major Eliezer Leite; Edgar Proença; João Alves Dias; Hygino Pampolha; Innocencio Bentes; major Anastácio Carlos Sampaio; J. Dias Paes; major R. Mendes Burlamaqui; Arnaldo Moraes; Octavio Rodrigues; Franco Martyres; Miguel Pernambuco Filho; Raymundo Trindade; Virgilio Mello; capitão Josué Freire; coronel José Carvalho; mr. Conetas; Fran Paxeco; Antonio Luzardi; Francisco A. Lonyza; Rodopho Arraz; Albert Suter; Manuel L. P. da Motta; major Moura Carvalho; desembargador Manuel Buarque; Cunha Serqueira; mr. Wagner; Oswaldo Caeté; Álvaro Onety de Figueredo; Marcos Hesketh; Arthur Davids; Julio A. Lima; senador Virgilio Mendonça; Brito Pereira; Vale Guimarães; Avertano Rocha; Raymundo Machado; Antenor Cavalcanti e Adamastor Lopez.

Com título extenso e nada comum estampado na primeira página, acompanhado de uma foto bastante chamativa, o diário paraense do dia 29 de maio de 1926, trouxe aos seus leitores informações sobre o banquete que o governador do Estado havia oferecido ao embaixador japonês, “no belo salão de espetáculos do Palace-Theatre”⁸⁶, que recebeu decoração primorosa, inspirado nos motivos orientais, dando “a ilusão de se encontrar num trecho do curioso e interessante Japão”. Mais uma vez a “aristocrática sociedade” paraense esteve presente para prestigiar o evento da “homenagem encantadora”. Na oportunidade, o homenageado e o anfitrião trocaram discursos versando sobre o propósito que havia trazido o embaixador a esta cidade.⁸⁷ As fotos abaixo revelam as homenagens que foram oferecidas ao embaixador japonês. A primeira é a “festa fluvial no Cuyabá” oferecida pelo Rodrigues dos Santos, intendente de Belém. A segunda, é a do banquete oferecido pelo governador do Estado.

⁸⁶ Palace-Theatre era salão de espetáculo que tinha no saguão do Grande Hotel. <SALLES, Vicente. *Época do Teatro no Grão-Pará: ou, Apresentação do Teatro de Época*. Belém: UFPA, 1994. (Tomo 1 e 2).>.

⁸⁷ MARANHÃO, Paulo. Brilhante festa de cordialidade e distinção: o banquete de ontem ao embaixador japonês, oferecido pelo governador do Estado – A família paraense, associando-se à manifestação, presta o concurso da graça e de beleza a essa homenagem encantadora. *Folha do Norte*, Belém, 28 mai. 1926, p.1.

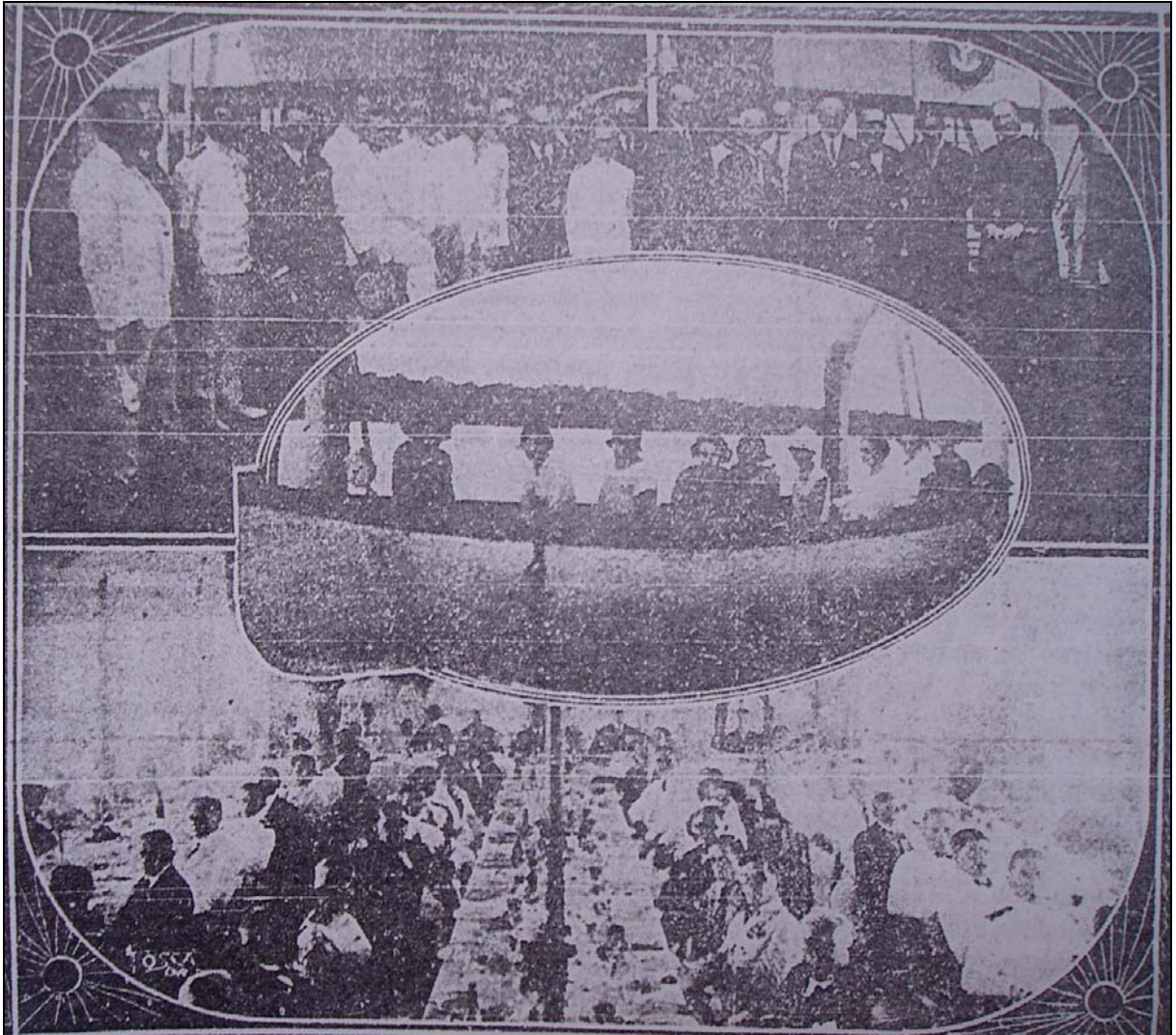


Foto 3: Festa fluvial no Cuyabá
Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 24 mai. 1926, p. 1

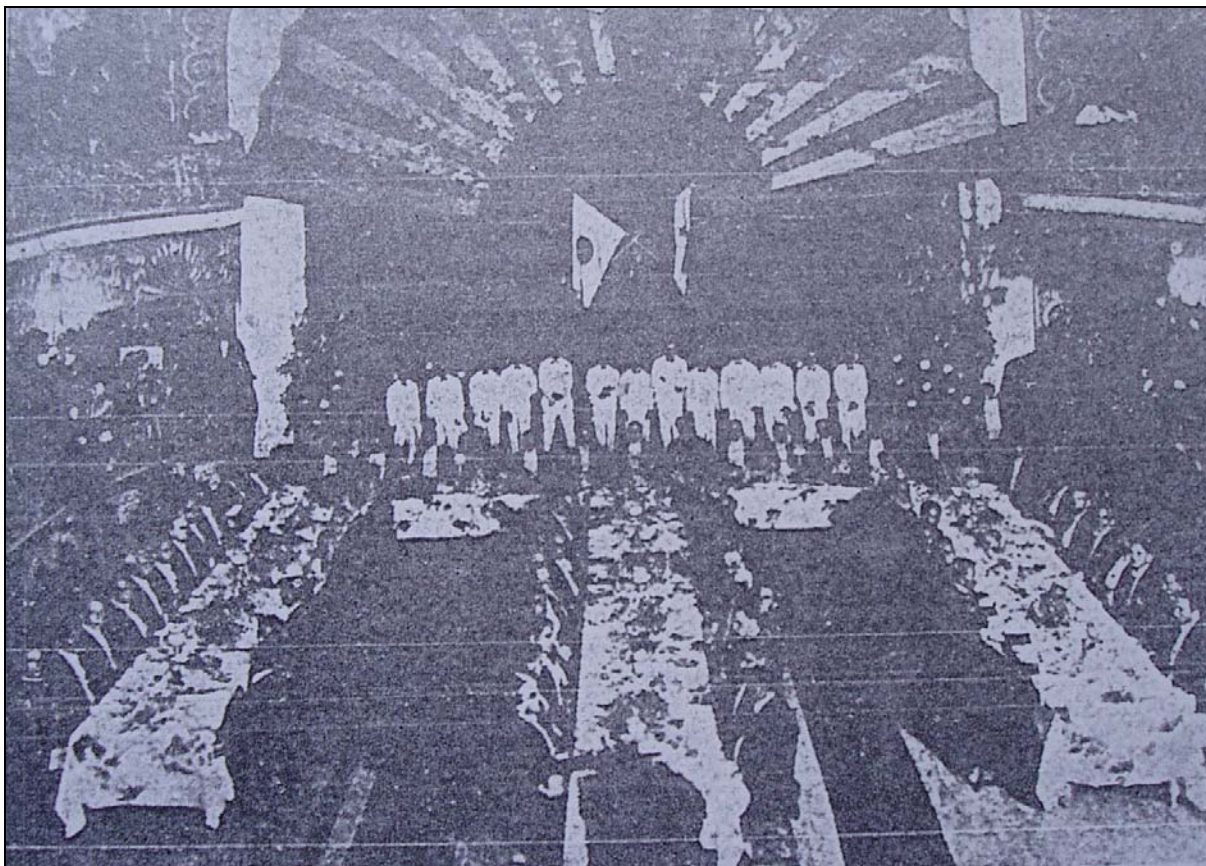


Foto 4: Banquete do salão de espetáculo do Palace-Theatre

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 29 mai. 1926, p. 1

O que se expôs até aqui é um pouco do que a imprensa veiculou em suas páginas, quase diariamente, sempre na primeira página, sobre a visita do embaixador do Japão à capital paraense. Mesmo quando não havia um evento de destaque como a que se viu anteriormente, em suas páginas, quase sempre havia uma coluna dando conta do assunto. O título que acompanhava a nota pouco variava, era sempre iniciada da mesma forma acrescida de algumas palavras que indicavam a especificidade do tema. Segue alguns exemplos do que se vem relatando: “O embaixador do Japão em Belém, como foi recebido o ilustre diplomata”, “o embaixador do Japão em visita a Amazonas”, “o embaixador do Japão visitando as escolas”, “o embaixador do Japão em Belém: a excursão a Marajó – o banquete de amanhã no Palace”.⁸⁸

O que se pode perceber, através destas páginas do jornal, é de que a referida visita tinha um significado muito importante para os homens públicos e para o grupo social bem aquinhada da cidade. A visita relacionava-se com o tema bastante discutido na época, que era o chamado “Problema da Amazônia”, isto é, da colonização com produção agrícola do

⁸⁸ Podemos encontrar essas notícias no jornal *Folha do Norte* entre 18 de abril e 14 de junho de 1926.

vale amazônico. Nesse sentido, na visão desses protagonistas, a presença do embaixador do Japão, na cidade, era vista como de importância elevada porque, em parte, de acordo com os seus entendimentos, a sua presença representava o início do possível desembaraço do chamado “Problema da Amazônia”. O investimento do capital nipônico, a colonização com os imigrantes japoneses, experientes e conhecedores de técnicas agrícolas, conforme acreditava-se, foi a solução para o que os poderes públicos consideravam como grave “Problema da Amazônia”: imenso território coberto de uma floresta selvagem que impedia o seu povoamento e aproveitamento econômico, e, por conseguinte o progresso e civilização no molde ocidental. Desse modo, para o governo paraense, a visita do embaixador japonês representava o início da “prosperidade desta região”, com a “localização de imigrantes nipônicos” que para nossas terras viriam para cultivarem o arroz, o algodão e a borracha e estabelecer a indústria da tecelagem. Esperava-se, assim, que o “problema industrial e econômico” do Estado do Pará fosse finalmente solucionado.⁸⁹ É sob essa perspectiva que se pode compreender o que as páginas do jornal revelam: o recebimento “com honra de chefe de Estado” que o governo local dedicou à visita do embaixador do Mikado.⁹⁰ A visita que fez a Manaus, em 5 de maio, atendendo ao convite de Efigênio Ferreira de Salles, governador de Amazonas (1926-1930), em nada deveu a atenção com que o paraense cercou aquele visitante. O governador amazonense tornou “facultativo o ponto nas repartições públicas, em regozijo pela chegada do embaixador japonês”. Quando a flotilha que conduzia o visitante atingiu o porto da cidade, o povo “imediatamente afluiu ao flutuante”. Este foi recebido pelo governador que compareceu ao navio, acompanhado de “altas autoridades estaduais e municipais”, todos vestidos a caráter com “calça de lista e chapéu alto”.⁹¹

A chegada da Missão Fukuhara, com quem o embaixador pretendia se encontrar em Belém estava prevista para final de abril, contudo, ela só baixou ferro na baía do Guajará, no dia 29 de maio. Assim sendo, durante o período em que aguardou a sua chegada na capital paraense, o embaixador cumpriu extensa agenda oficial e de entretenimento, que incluiu visita ao Palácio do Governo,⁹² passeio de bond especial pelas “avenidas Nazareth, Cypriano Santos⁹³ e Tito Franco⁹⁴ até o bosque Rodrigues Alves”,⁹⁵ visita ao Museu Emílio Goeldi⁹⁶ e

⁸⁹ MARANHÃO, Paulo. Eminent hospede: O embaixador do Japão em Belém – Como foi recebido o ilustre diplomata – A FOLHA obtém uma entrevista de s. exc. *Folha do Norte*, Belém, 29 abr. 1926, p.1.

⁹⁰ MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão em visita à Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 28 abr. 1926, p.1.

⁹¹ MARANHÃO, Paulo. O embaixador japonês em visita à Amazônia – Sua chegada a Manaus. *Folha do Norte*, Belém, 06 mai. 1926, p.1.

⁹² MARANHÃO, Paulo. As visitas do embaixador do Japão. *Folha do Norte*, Belém, 16 mai. 1926, p.1.

⁹³ Atual Avenida Magalhães Barata.

⁹⁴ Atual Avenida Almirante Barroso.

escolas como José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Ginásio Paes de Carvalho,⁹⁷ além de uma excursão à ilha de Marajó com o governador do Estado.⁹⁸ Em 3 de junho, o embaixador ofereceu ao governador do Estado o banquete de despedida. Após o deguste de um menu especial que foi servido aos convidados, o embaixador apresentou oficialmente a Missão Fukuhara às autoridades ali presente, em um discurso que foi retribuído por Dionísio Bentes, o qual ressaltou que o Japão contava com “braços disponíveis e solicitados por habitantes de várias regiões, enquanto que nós possuímos terras à espera de que as trate e cultive”.⁹⁹

Provavelmente, o Japão e os japoneses eram realidades bastante distantes no imaginário das pessoas em geral, não apenas de Belém, mas de toda a Amazônia, na década de 1920. Nesse sentido, com a possível imigração desse povo a nossa região, surgiu um certo interesse de a população se informar sobre a sua história, características culturais e experiências de suas colonizações em outras regiões do país. Pela sua visibilidade, a presença do embaixador Schichita Tatsuke, talvez tenha sido a primeira experiência mais contundente de contato com aquele, até então, curioso povo que os cidadãos da cidade tenham experimentado.

Aproveitando a oportunidade da presença do chamado “ilustre visitante” à cidade, a imprensa local procurou veicular, nas páginas de jornal, informações sobre o referido povo. Trazendo, desse modo, para mais perto aquilo que era quase uma fábula. Assim, o artigo intitulado “o japonês e as suas relações com os outros povos”, de Bruno Lobo, que apareceu na primeira página do jornal *Folha do Norte*, do dia 26 de maio de 1926, foi um desses exemplos. Nele, o autor narra a história do isolamento em que o Japão se manteve por um longo período na era do Xogunato Tokugawa, concluindo que a decisão foi sábia por ter evitado, dessa maneira, cair no colonialismo experimentado por muitas nações do ocidente.¹⁰⁰ O Xogunato Tokugawa corresponde ao último período da Era do Xogunato japonês. Conhecido também como Período Edo do Xogunato (1603-1868), a época foi governada pelo Xogun Tokugawa Ieyasu. Nesse período, a capital do Xogunato era Edo, atual Tokyo, daí o nome do período. O completo isolamento do Japão com o resto do mundo, que teve início em 1839, durou até 1868, quando aconteceu a Reforma Meiji que inaugurou a modernização do

⁹⁵ MARANHÃO, Paulo. O dia de ontem do embaixador japonês – visita a estabelecimento público e o almoço na residência do chefe do Estado. *Folha do Norte*, Belém, 30 abr.. 1926, p.1.

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão visitando as escolas. *Folha do Norte*, Belém, 19 mai. 1926, p.1.

⁹⁸ MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão em Belém: a excursão a Marajó – o banquete de amanhã no Palace. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926, p.1.

⁹⁹ MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão: o banquete de despedida e o regresso de s. exc. Ao Sul. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1926, p.1.

¹⁰⁰ LOBO, Bruno. O japonês e as suas relações com os outros povos. *Folha do Norte*, Belém, 26 mai. 1926, p.1.

Japão. No artigo “Tokio”, de Alberto Londres, o autor retrata a cidade japonesa e os hábitos de seu povo.¹⁰¹ Em “O Pará e a imigração japonesa”, W. Niemeyer conta a experiência de imigração japonesa em São Paulo e, ao defender a idéia de que entre os paulistas está sendo positiva, sugere que se faça o mesmo no Pará.¹⁰² Do mesmo modo, no dia 30 de maio de 1926, o coronel Raymundo Pereira Brasil proferiu uma conferência no Teatro da Paz com o título “Magnificência da colonização japonesa na Amazônia”.¹⁰³ Em um de seus exemplares de outubro de 1926, a Folha do Norte levou aos seus leitores uma representação da mulher japonesa, escrita por J. de Carvalho, correspondente de Paris. Em “A Mulher Japonesa” como intitulou a matéria, o gênero feminino do Japão é representado como pigmeu na aparência, dócil e submissa no comportamento, além de outras descrições quase fantásticas, lembrando um pouco os seres fabulosos do oriente do imaginário medieval estudado por diversos autores como Mary Del Priore.¹⁰⁴

2.2.4 *Bem perto do mercado de Belém*

O chamado “Problema da Amazônia” suscitou também, na década de 1920, o debate em torno do local de assentamento dos imigrantes japoneses. Segundo críticos do projeto do governo do Estado, “perto do mercado de Belém”, referindo-se à região do distrito de Bragança, era bem mais apropriado para a colocação dos imigrantes japoneses porque, além de estar bem mais próximo dos centros de “civilização brasileira” (Belém), as terras nessa região já estariam “afeitas à lavoura”. Além disso, nela havia “dezenas de ilhas, terras abeiradas de rios, todas apropriadas ao cultivo da cana e do arroz, campos abertos para uma progressiva criação de gado, com a aproximação de baías e do oceano, que tudo lhes diminuía: a ardência do clima e o pesar nostálgico da pátria”. Assim sendo, segundo seus julgamentos, onde estavam pensando concentrar os japoneses, “na natureza dos altos rios, terras selvagens do trato, com florestas, onde as árvores têm altura de catedrais, muito contrárias às suas que são chãs e rasteiras, muito infensas a quem sai de ilhas em terrenos vulcânicos, aspirando a atmosfera impregnada de são marinhos com horizontes mais ou menos habitados”, como são regiões do Alto Capim ou do Acará, levariam ao fracasso o ideal da colonização. Quanto a Monte Alegre, segundo o nosso interlocutor, também resultaria em

¹⁰¹ LONDRES, Alberto. TOKYO. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926, p.1.

¹⁰² NIEMEYER, W. O Pará e a imigração japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 28 mai. 1926, p.1.

¹⁰³ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses e a Amazônia: uma conferência sobre a colonização nipônica neste vale. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926, p.1.

¹⁰⁴ PRIORE, Mary Del. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

“desastre”, pois seria um local “ridente de serras altas e sem quase comunicação com o litoral”.¹⁰⁵

O debate desse tema que provavelmente se perdeu na contemporaneidade, no meio de incontáveis páginas impressas de jornal, que se repôs no quadro da discussão deste trabalho, chamou-nos atenção na medida que estava propondo para a apreciação a questão da adaptabilidade e estranhamento do imigrante.¹⁰⁶ Tema negligenciado na década de 1920, no processo que levou a efetivação dessa corrente, na década seguinte. Diversos exemplos de estranhamento, como experimentada pelos imigrantes da Amazon Kaitaku Seinen Dan¹⁰⁷ tratado na segunda parte deste trabalho, apontam na direção de que a discussão proposta pelo autor da coluna “bem perto do mercado de Belém” era tão séria quanto outros existentes em seu tempo dentro do assunto da imigração e colonização dos japoneses. Evidentemente que não se pode atribuir demasiado peso nesta questão suscitada pelo autor, mas não se pode negar que o fracasso do projeto da imigração japonesa que ele profetizava, acabou por acontecer.

Em 1953, por exemplo, as 17 famílias de imigrantes que foram introduzidas em Parintins, não permaneceram no local nem por um mês. Em menos de três semanas, elas abandonaram o local devido o pavor que sentiram frente à natural enchente dos rios da Amazônia que formam as várzeas.¹⁰⁸ Três anos depois, com os imigrantes enviados para Mazagão, no Amapá, não foi diferente. Quando perceberam, por meio de uma marca que existia nas árvores, que toda a área da colônia ficaria submersa na época das chuvas, as 15 famílias, em fuga, abandonaram imediatamente o local.¹⁰⁹

Assim, a natureza parece não ter sido o único fator a provocar estranhamento ao imigrante japonês. Pelo menos isso é o que sugere o exemplo da imigrante de “Dois Galhos”, colônia de Monte Alegre. De acordo com o que a minha mãe nos contava, o medo que a sua amiga sentia dos brasileiros era tamanha que quando viu um nativo do lugar entrar em sua casa, entrou em pânico e perdeu a sua lucidez, passando a viver em cárcere doméstico, dizendo que os brasileiros estavam chegando para matá-la.¹¹⁰

¹⁰⁵ MARANHÃO, Paulo. A colonização no Pará. *Folha do Norte*, Belém, 01 abr. 1927, p.1.

¹⁰⁶ TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

¹⁰⁷ Grupo de imigrante organizado na Província de Osaka em 1930. Migrou para Monte Alegre em 1931 e logo se dispersou em virtude da tensão interna. Um dos motivos desta tensão foi discordância quanto ao local da colonização, muitos consideraram o local inóspito e, por esta razão, impróprio para a colonização.

¹⁰⁸ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999. p. 81.

¹⁰⁹ Katsuei Hirase Apud ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999. p. 187.

¹¹⁰ Memória do autor, conforme histórias que a sua mãe lhe contava das experiências vivenciadas na colônia de “Dois Galhos” de Monte Alegre.

2.2.5 *Companhia Nipônica de Plantações do Brasil (1928-1935)*

A efetivação da colonização das terras paraenses pela Kanegafuchi Boseki Kabushiki Kaisha teve partida em outubro de 1928, quando Hachiro Fukuhara retornava a Belém, agora como presidente da Nanbei Takushoku Kabushiki Gaisha, conhecida simplesmente como Nantaku, filial da primeira, criada em agosto do mesmo ano, em Tokyo. Como o prazo da oficialização da concessão das terras do município do Acará entre o governo paraense e a concessionária japonesa caducava em outubro deste ano, conforme compromisso de concessão assumido pelo Dionísio Bentes, em 1926, fazia-se necessário que a Nantaku agilizasse o contrato da cessão das terras. Contudo, como o Artigo 8º da Constituição Estadual obrigava que a empresa estrangeira registrasse primeiramente licença para exercer atividades no território nacional e o seu trâmite burocrático bastante demorado, tomaram duas decisões: 1) criar uma nova empresa de capital misto, subsidiária da Nantaku; 2) Hachiro Fukuhara, para assegurar juridicamente a posse, assinar o contrato de concessão de terras em seu nome, para depois transferir a empresa que seria criada. Disso resultou a Lei n.º 2.746, de 13 de novembro de 1928, por meio do qual o Congresso Legislativo do Estado do Pará autorizou o governo do Estado para que contratasse “com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que viesse a organizar a instalação e exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas do Estado”, mediante determinadas condições reguladas na referida lei.¹¹¹ O total de terras concedidas pela referida lei possuía uma medida de um milhão e trinta mil (1.030.000) hectares, assim distribuídas: “um lote, com quatrocentos mil (400.000) hectares no município de Monte Alegre”; “um lote, com seiscentos mil (600.000) hectares no município do Acará”; “um lote de 10.000 hectares no município de Marabá”; “um lote de 10.000 hectares no município de Conceição de Araguaia”; e “um lote de 10.000 hectares na zona da Estrada de Ferro de Bragança”. Quanto à seleção das terras no município de Marabá, Conceição do Araguaia e da zona da Estrada de Ferro de Bragança, de acordo com a lei em questão, a concessionária teve prazo de dois anos para determinar a escolha das terras. Essas terras nunca foram selecionadas, pois problemas não previstos levaram à Companhia Nipônia frustrações nas suas projeções empresariais ainda nos primeiros anos da sua empreitada. Desse modo, perderam interesse e nunca buscaram pelas terras nesses municípios. Também, como a escolha das terras nesses municípios não foram realizadas no prazo de dois anos, conforme determinação legal, a companhia perdeu o direito jurídico para fazer tais escolhas.

¹¹¹ Coleção de leis do Estado do Pará do ano de 1928. Pará-Brasil: Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, pp. 82-88. Arquivo Público do Estado do Pará, Lei 2.746 de 13 de novembro de 1928.

Em 18 de dezembro de 1928, por meio de uma petição, Hachiro Fukuhara solicitou ao Governo do Estado que executasse a Lei n.º 2.746. Tendo a lei sido deferida no dia 22 do mesmo mês, a Secretaria Geral do Estado encaminhou para a Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação para que fosse lavrado o termo de concessão, o que foi feito em 31 de dezembro do mesmo ano.¹¹² Nesse mesmo dia, foi fundada a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., com um capital de quatro mil contos.¹¹³ O escritório da companhia, em Belém, foi instalado na Praça Dom Frei Caetano Brandão, n. 2, antigo Largo da Sé, na Cidade Velha, no edifício construído no século XVIII, pelo 4º Bispo do Pará, prédio com fundos para o rio, onde existia uma ponte. Quando a colônia de Tomé-Açú já se encontrava instalada, desta ponte partia semanalmente uma lancha da Companhia conduzindo víveres e mercadorias diversos para abastecer a colônia.¹¹⁴ Além da colônia de imigrantes propriamente dita, a companhia manteve em Tomé-Açú uma Estação Experimental denominada Açaizal, uma fazenda de administração direta da companhia onde os trabalhadores desenvolviam experimentos agrícolas com diversas espécies vegetais. Katsutoshi Naito foi superintendente da Estação Experimental de Açaizal. Esse mesmo tipo de fazenda foi criado em Monte Alegre e Castanhal, denominada “Mulata” e “Lombardia”, respectivamente.

Na foto 5, Hachiro Fukuhara, um dos homens mais influentes do mundo empresarial japonês, no final da década de 1920, considerou a Amazônia como região de grande oportunidade econômica para o capital do seu país, incentivando os empresários ao investimento na região. Ele próprio fez o mesmo, e como representante da Kanebo foi presidente de duas companhias, a Nantaku e Companhia Nipônica de Plantações do Brasil. Em 1935 teve de admitir que o projeto de colonização idealizado e posto em prática a partir de 1928, havia falido e que estava à deriva. Forçado a deixar o comando da companhia, viveu atordoado pelo que experimentou na Amazônia.¹¹⁵

¹¹² Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, 17 de maio de 1932. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo: Gabinete do Interventor; Caixa: n° 34; Período: 1932, maio; Conteúdo: Petição.

¹¹³ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

¹¹⁴ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958. p. 147.

¹¹⁵ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999.



Foto 5: Hachiro Fukuhara
Fonte: CASTRO, 1979, p. 43

Em 14 de janeiro de 1929, por meio de petição, Hachiro Fukuhara solicitou ao Governo do Estado que transferisse a concessão de terras que estavam em seu nome para a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil. A solicitação foi aceita no dia 16 do mesmo mês, e a Secretaria Geral do Estado a encaminhou para a Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação para que o despacho fosse cumprido. Essa diretoria lavrou o termo aditivo no dia 25 de janeiro do mesmo ano. Com isso, a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil assumiu os compromissos e obrigações assumidas pelo concessionário transferente.¹¹⁶

2.2.5.1 *Quatro-Bocas*

Assim que a parte burocrática da concessão foi concluída, uma nova companhia foi criada, com escritório central em Belém, e em fevereiro de 1929, iniciavam-se os preparativos para a colonização no Acará. Tomé-Açú¹¹⁷, como passaria a se chamar a colônia, ficava situada no rio Acará-Mirim, a cento e cinquenta quilômetros de distância, rio acima, da Vila de Acará, sede do município. Em fevereiro de 1929 foi construído o escritório provisório em Tomé-Açú, na localidade conhecida como “Quatro Bocas”¹¹⁸, onde ficava a sede da colônia. Em 12 de abril, iniciou-se o levantamento topográfico e a derrubada da mata para dar

¹¹⁶ Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, 17 de maio de 1932. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo: Gabinete do Interventor. Caixa; n.º 34. Período: 1932, maio. Conteúdo: Petição.

¹¹⁷ Tomé-Açú é nome de um rio, afluente do rio Acará-Mirim. Como a colônia japonesa ficava na embocadura deste afluente, denominou-se Tomé-Açú.

¹¹⁸ “Quatro Bocas” é alusão a encruzilhada de estradas. <NAGAI, Akira. Um nikkei da Terra dos Tembés. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002.>.

início às obras de infra-estrutura. Em maio, tiveram início as construções de edificações da sede da colônia como do hospital central e armazém de abastecimento de víveres.¹¹⁹ Na execução das obras de infra-estrutura e de colonização, a companhia contou com uma equipe técnica. Profissionais de diversas áreas de conhecimento que, segundo a instituição, eram considerados como garantias para o sucesso do projeto colonizatório. Entretanto, atuando numa realidade que eles não conheciam, os projetos, como os de pesquisas com diversas espécies vegetais acabaram fracassando, inviabilizando, desse modo, os planos iniciais de se desenvolver uma grande colônia agrícola formada pelos imigrantes japoneses.

O quadro abaixo permite visualizar esses profissionais que a companhia reuniu no trabalho da execução da colonização. O quadro não está completo, pois não foi possível reunir todas as informações.

Quadro 1: Equipe técnica da Companhia Nipônica

NOME	QUALIFICAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Toru Kassuga	Agrônomo	São Paulo
Fuyuki Matsuoka	Especialista em doenças tropicais. Coordenador do serviço sanitário da colônia	Japão
Yoshio Tosa	Médico	Japão
Denshiro Hashiguchi	Médico	
Katsutoshi Nairo	Agrônomo	Japão
Jyuichi Ikushima	Agrônomo	São Paulo
Shoh Matsumoto	Engenheiro	Japão
Kiyohiko Ishikawa	Engenheiro	Japão
Isamu Hongo	Agrimensor	Peru
Ryota Inoue	Curioso da situação agrícola da região tropical	Peru
Nishimura	Supervisor das atividades agro-comerciais	São Paulo
Koki Mura	Diretor da escola	Japão

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados reunidos na pesquisa

Durante os anos de 1929 e 1930, a Companhia teve a seu serviço, nas construções, derrubada e queimada da mata e abertura de estradas de rodagem, para mais de 1.000 trabalhadores nacionais, indicando o tamanho do investimento que estava sendo feito ali no meio da mata do Acará. Até 16 de setembro de 1929, a Companhia Nipônica desenvolveu obras de infra-estrutura em Tomé-Açú, construindo edificações para a instalação de escritório, hospital, oficinas mecânicas, cerraria, almoxarifado, escola e hospedaria de imigrantes, além

¹¹⁹ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

de 79 quilômetros de estrada de rodagem, sendo 55 quilômetros de 12 metros de largura, e 24 de 5 metros, instalando a luz elétrica e uma estação radiotelegráfica para comunicações com o escritório, em Belém.¹²⁰ Para comunicar-se com diversos pontos da colônia foi instalada uma rede telegráfica de 20 quilômetros de fios¹²¹ e no rio Acará-Mirim, por onde se tem acesso à colônia de Tomé-Açú, construiu-se uma ponte.

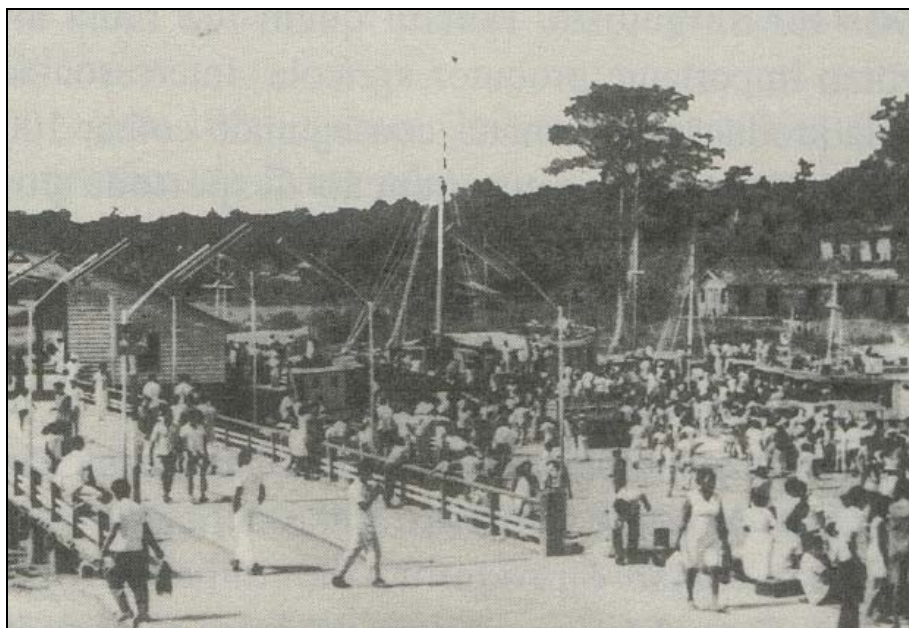


Foto 6: Ponte de Tomé-Açú na década de 1930

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, 1999, p. 162

Pelas tabelas que se seguem, pode-se ter uma idéia geral das obras de infraestrutura que foram montadas em Tomé-Açú. Esses dados correspondem ao que foi realizado pela companhia em dois anos de sua atividade, 1930 e 1931.¹²² Na sede administrativa da colônia de Tomé-Açú, na localidade conhecida como Quatro-Bocas, a companhia contruiu:

¹²⁰ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

¹²¹ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958. p. 147.

¹²² MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

Quadro 2: Construções de Quatro-Bocas, em Tomé-Açú

Edificação	Quantidade	Descrição
Escritório	Um	
Hospital	16 pavilhões	
Serraria	Uma	
Oficina mecânica	Uma	
Usina para descaroçar arroz	Uma	Com dois armazéns
Armazém para colheita	Dois	
Armazém para depósito de materiais	Dois	
Armazém geral	Um	
Garagem	Um	
Depósito de querosene e gasolina	Um	
Barracão para apontar [sic] trabalhadores	Dois	
Barracas para trabalhadores	Três	
Casas de residência	Dezesseis	
Barracas para famílias dos trabalhadores	Dez	
Casa para visitante	Um	
Poço d'água	Nove	

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 1º jan. 1932, p. 3

Na localidade denominada Santa Maria, em Tomé-Açú, separado da sede central da colônia, ergueu-se:

Quadro 3: Construções de Santa Maria, em Tomé-Açú

Edificação	Quantidade
Casas para trabalhadores	Seis
Matadouro	Um
Telheiro para vacas leiteiras	Um
Barracão para cavalos	Um
Depósito de material	Um
Poço d'água	Um

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 1º jan. 1932, p. 3

Na Estação Experimental de Açaizal¹²³, fazenda de administração direta da companhia, local de experimentação agrícola, situada alguns quilômetros de Quatro Bocas, foram realizadas as seguintes construções:

¹²³ Açaizal é nome do córrego existente no local da Estação Experimental, de onde deriva a denominação.

Quadro 4: Construções da Estação Experimental de Açaizal de Tomé-Açú

Edificação	Quantidade
Armazém geral	Um
Casa residencial	Três
Barracão para trabalhadores	Um
Casas para colonos	Dez
Fabrica de banha de porco e lingüiça	Um
Barraca de porcos	Uma
Casa de bicho de seda	
Estação meteorológico	Uma
Tanque para irrigação	Um
Casa de bomba e motor	Uma
Poço d'água	Três

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 1º jan. 1932, p. 3

No interior de Tomé-Açú, na colônia de imigrantes, teve-se:

Quadro 5: Construções na colônia de imigrantes de Tomé-Açú

Edificação	Quantidade	Descrição
Casa de imigrantes	210	25 hectares cada
Escola	Dois	Três pavilhões
Casa do professor	Dois	
Hospital	Dois	Cinco pavilhão
Garagem	Uma	
Escritório	Três	
Casa para rapazes solteiros	Uma	
Casa de bicho de seda	Uma	Três departamentos
Armazém para cereais	Um	
Pequena fabrica de açúcar	Uma	
Barracão para animais	Dois	
Poço d'água	78	

Fonte: Jornal *Folha do Norte*, 1º jan. 1932, p. 3

Como se pode perceber através das informações fornecidos pelos quadros, não foram poucos os recursos gastos com as obras de infra-estruturas. Nada menos que dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil Yens foram gastos apenas com as instalações. Posteriormente, para que a empresa iniciasse suas operações, foram gastos cerca de um milhão e duzentos e cinquenta mil Yens.¹²⁴ Por outro lado, esses gastos e obras indicam que

¹²⁴ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 55.

para a companhia não restava qualquer dúvida quanto ao sucesso do empreendimento. Exemplo disso é a arquitetura do Hospital da Companhia Nipônica de Tomé-Açú, imponente e sólido, construído como se fosse permanente.



Foto 7: Hospital da Companhia Nipônica em Tomé-Açú
Fonte: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TOMÉ-AÇÚ, Tomé-Açú/PA, 2004, p.12

2.2.5.2 *Hospedaria dos Imigrantes*

Conhecida como Hospedaria Japonesa pelos contemporâneos, a Hospedaria dos Imigrantes foi construída pela Companhia Nipônica na Praça da Penitenciária¹²⁵, na Avenida São João¹²⁶ com Travessa do Curro¹²⁷. Como a referida “Praça” era propriedade do Estado, ela foi cedida por ele à companhia, conforme previsto no Artigo 13, da lei n.º 2.746.¹²⁸ Para erguer o prédio da hospedaria, a companhia contratou os serviços da firma construtora S.R. Oliveira & V. Palumbo, que entregou a edificação no dia 15 de setembro de 1929, logo na véspera da chegada dos primeiros imigrantes colonos. Como a construção constituiu, “pelo seu caráter, uma novidade” para o meio dos paraenses, a firma construtora solicitou

¹²⁵ Atualmente no local está instalada a Escola Técnica Estadual do Pará. Na década de 1930, este local era conhecido como Praça da Penitenciária em virtude do terreno ficar situado nos fundos da penitenciária da guarnição militar.

¹²⁶ Atual Rua Municipalidade, no bairro de Telégrafo.

¹²⁷ Atual Travessa Djalma Dutra, no Bairro do telégrafo.

¹²⁸ Lei 2.746 de 13 de novembro de 1928. Leis do Estado do Pará do ano de 1928. Pará-Brasil: Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, pp. 82-88. Arquivo Público do Estado do Pará.

autorização da companhia “para expor as edificações, à visitação pública”.¹²⁹ A hospedaria ficava situada na esquina da Avenida São João com Travessa do Curro, e como pode ser visto na foto 8 deste trabalho, possuía uma edificação central de dois pavimentos onde ficava o escritório e o refeitório. Ao redor da mesma ladeavam várias casas térreas que ocupavam a Praça da Penitenciária até a Travessa José Pio (informação verbal).¹³⁰ Em frente à hospedaria passava o bonde Linha do Curro, vindo da Avenida São João em direção à Travessa do Curro, indo até o Curro Velho, onde era o fim da linha. Uma das arquiteturas da atual Fundação Curro Velho era a sua estação. Como o embarque e desembarque dos imigrantes era feito pelo Curro Velho, utilizava-se essa linha de bonde como meio de transporte entre o local do desembarque e a hospedaria. Provavelmente, a escolha do local da construção da hospedaria esteja relacionada com a questão de transporte, pois era um dos facilitadores.

Na foto 8, vê-se a Hospedaria dos Imigrantes de Belém, construída na Praça da Penitenciária, na Avenida São João, na esquina com Travessa do Curro. No primeiro plano, o trilho do bonde *Linha do Curro*. Ao fundo, o prédio da penitenciária da Polícia Estadual do Pará. A hospedaria foi, durante a década de 1930, alojamento para todos os imigrantes que chegavam. Em média, depois de cinco dias de descanso, eles eram transportados para os seus respectivos núcleos coloniais. A Hospedaria Japonesa, como era conhecida popularmente, não abrigava apenas imigrantes de origem asiática. Muitos imigrantes nacionais procedentes do Nordeste eram também alojados nessa hospedaria.¹³¹

¹²⁹ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses no Pará – Inauguração da hospedaria dos imigrantes. *Folha do Norte*, Belém, 15 set. 1929, p.1.

¹³⁰ Vanilda Araújo Ribeiro, “Dona Nilda”. Entrevista Concedida ao autor. Belém-PA, 3 dez. 2005.

¹³¹ MARANHÃO, Paulo. Como estão passando os imigrantes do Nordeste e o que tem sido feito em favor deles pelo governo e pela iniciativa particular. *Folha do Norte*, Belém, 23 abr. 1932. p.1.



Foto 8: Hospedaria dos Imigrantes de Belém, construído na Praça da Penitenciária
 Fonte: OHASHI, Belém, 2003, p. 6

No Curro Velho, situado na confluência da Travessa do Curro com a Rua de Belém¹³², a Companhia Nipônica construiu uma ponte de 140 metros de extensão, estendida sobre a baía do Guajará. O desembarque e embarque dos imigrantes eram realizados por essa ponte que se popularizou como Ponte do Japonês.¹³³ A Hospedaria dos Imigrantes ficava numa distância de um quilômetro e meio dessa ponte e o caminho era (e até hoje é) íngreme, e a ela se chegava pela Travessa do Curro. No local do desembarque, onde se achava a Ponte do Japonês, a companhia também construiu uma espécie de anexo da hospedaria da Avenida São João. Na época, os imigrantes chegavam com grande volume de bagagem, como se estivessem de mudança. Desse modo, esse anexo servia para guardar as suas bagagens, no momento do desembarque.

A iconografia da Ponte do Japonês e a Hospedaria dos Imigrantes de Belém fazem parte do acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil de São Paulo. Essas iconografias, sobre outro ângulo, encontram-se nas páginas do jornal *Folha do Norte*, do dia 18 de setembro de 1929, apesar de a qualidade das imagens no jornal encontrar-se um pouco comprometida. Na foto 9, vê-se a Ponte do Japonês, com 140 metros construídos sobre a baía do Guajará, no Curro Velho, no final da Travessa do Curro. Na imagem, o desembarque dos

¹³² Atual Rua Professor Nelson Ribeiro.

¹³³ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

imigrantes que chegaram em 16 de setembro de 1929, sendo assistido por multidões de curiosos que acorreram ao local.¹³⁴

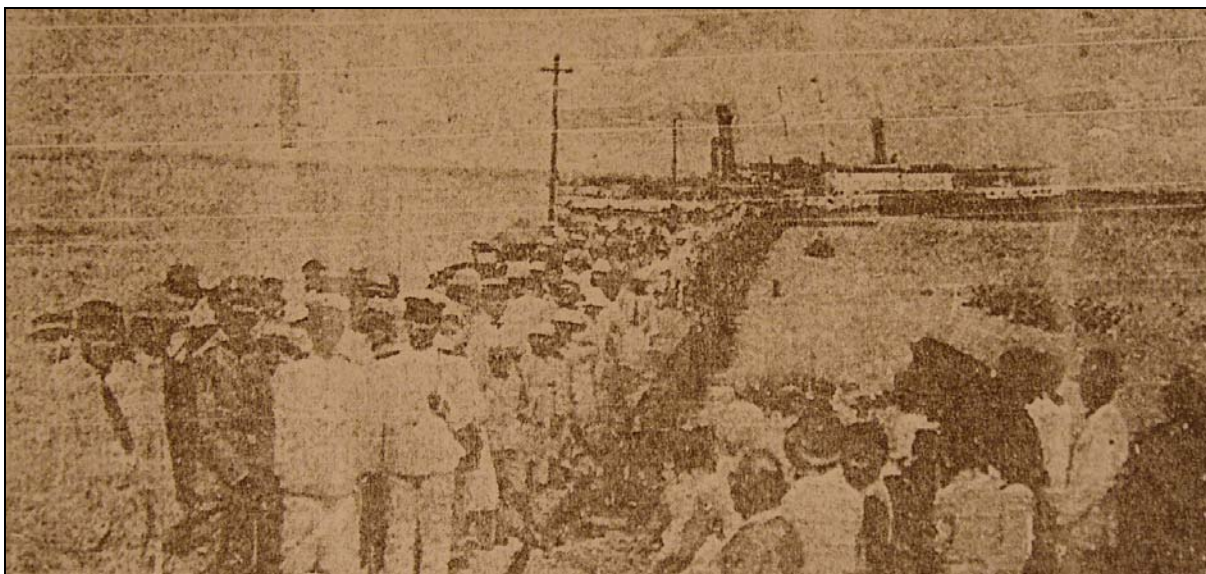


Foto 9: Ponte do Japonês sobre a baía do Guajará, no Curro Velho. Na foto, desembarque dos imigrantes japoneses (1929)

Fonte: *Jornal Folha do Norte*, 18 set. 1929, p. 4

Com o fim da corrente migratória da companhia para o Pará, em 1937, a Hospedaria dos Imigrantes foi abandonada. Atualmente, no local, está edificada a instalação da Escola Técnica Estadual do Pará – ETPA. Daquela época, restaram apenas o anexo da Hospedaria dos Imigrantes, na Rua Professor Nelson Ribeiro com Travessa Djalma Dutra. Atualmente é parte das instalações da Fundação Curro Velho.

2.2.5.3 *Manila Maru*

Enquanto as obras de infra-estrutura iam sendo desenvolvidas em Tomé-Açú, no Japão, a partir dos primeiros meses de 1929, iniciava-se o recrutamento de imigrantes, nomeando-se para essa tarefa, o Makinosuke Usei como coordenador geral. Para atrair os interessados, desenvolveu-se ampla divulgação por meio da imprensa, além de documentário sobre atributos da Amazônia que era exibido nas Vilas e Aldeias com o intuito de estimular a decisão pela imigração. Como conteúdo, o documentário teria versado sobre a produção do cacau, algodão, tabaco de corda, arroz, feijão, entre outros produtos que a Companhia

¹³⁴ MARANHÃO, Paulo. A colonização japonesa no Pará: O desembarque da primeira leva de imigrantes nipônicos – recepção a bordo do “Manila Maru”. *Folha do Norte*, Belém, 18 set. 1929. p.4.

propunha produzir no Pará. Além disso, foram feitas exposições desses produtos e de madeiras extraídas na Amazônia, para atrair a atenção dos interessados. Entretanto, o que mais chamou atenção, foi a idéia de se tornar um proprietário de terra de 25 hectares. De acordo com o projeto, os imigrantes da Companhia Nipônica eram como se fossem seus funcionários, pois assinavam uma espécie de contrato de trabalho, por meio do qual os imigrantes assumiam alguns compromissos. Veja-se:

Quadro 6: Compromissos de contrato entre imigrante e Nantaku

1	Recebimento de um auxílio para a viagem do governo nipônico no valor de 200 Yens por pessoa.
2	Ter no mínimo de 300 Yens para o período de carência dos primeiros anos na colônia, devendo entregar o valor aos cuidados da Nanataku no momento da assinatura do contrato, o qual renderia um juro de 5% ao ano sobre o saldo enquanto estivesse sob os cuidados da empresa, podendo ser sacado na colônia junto ao departamento financeiro da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil.
3	Recebimento de 25 hectares de terras na colônia em forma de empréstimo, podendo ser comprado posteriormente pelo colono, se desejasse, devendo depositar no mínimo de 10% da safra em forma de dinheiro na conta do contratante para construir o fundo de aquisição da terra.
4	Ficar sob o encargo do imigrante a construção da casa para a moradia e perfuração do poço.
5	Recebimento de um salário mensal. ¹³⁵
6	Divisão de toda colheita na razão de 70% para o produtor e 30% para contratante.
7	Monopólio do beneficiamento e comercialização de produtos da lavoura selecionados pela contratante para serem produzidos, sendo obrigatória a entrega de toda a safra destes produtos à companhia contratante.
8	Responsabilidade integral da contratante, sem ônus para o colono, do tratamento de endemias adquiridas.

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, Belém, 1999, p. 49

Até o início de julho de 1929, o total de famílias contratadas pela Companhia Nipônica era de 43, formado por 189 pessoas. Em média, a composição familiar era de quatro indivíduos. Esses imigrantes foram embarcados em 26 de julho do mesmo ano do porto da cidade de Kobe, a bordo do navio Montevideu Maru, transatlântico pertencente à frota da companhia naval Osaka Shosen. Chegaram ao Rio de Janeiro em 7 de setembro. Nessa cidade, foram embarcados no navio Manila Maru, da mesma companhia. Em Belém, aportaram às cinco horas da tarde do dia 16 de setembro de 1929. Devido a situação atmosférica comprometida, como ventania e agitação da baía do Guajará, por motivo de segurança, os imigrantes desembarcaram somente no dia seguinte, por volta das oito horas da

¹³⁵ Esta medida foi adotada em 1930, sendo cancelada em abril de 1935.

manhã.¹³⁶ O desembarque aconteceu pela Ponte do Japonês, no Curro Velho e uma multidão de curiosos foi ao local para ver de perto o desembarque de “valiosos elementos que farão o progresso da nossa terra”.¹³⁷

Os imigrantes foram alojados na Hospedaria dos Imigrantes, na Praça da Penitenciária. Permaneceram no local até o dia 21, quando foram transportados à colônia de Tomé-Açú. Partiram de Belém às cinco horas da tarde, deste dia, a bordo do vapor “Tafé”, do Amazon River, companhia de navegação que atuava nessa região, desembarcando em Tomé-Açú às 8:30 horas da manhã do dia 22.¹³⁸

O sentimento dos imigrantes e acontecimentos a bordo do vapor “Tafé”, na viagem até Tomé-Açú, naquela noite, foram narrados por Fusako Tsunoda no seu romance *Canção da Amazônia*, no capítulo intitulado “O vaga-lume”. Esse texto foi escrito com base na entrevista que a autora realizou, em 1965, com os imigrantes que estiveram a bordo daquela embarcação. Segundo disseram os protagonistas, cantaram, na tentativa de controlar o inexplicável sentimento de alívio e de apreensão, enquanto “o barco continuava a subir o rio Acará”. Desde a partida do Japão “fazia dois meses”, e para “aqueles camponeses, que quase nada conheciam além da sua aldeia natal, a viagem era quase irreal e fantástica”, e naquela noite “chegariam ao fim”. “Continuava a cantoria, a que o desafinado das vozes acrescentava um sabor ainda mais nostálgico. Até as mulheres começavam a acompanhar, batendo palmas”. Todos se lembravam da distância que os separava da terra natal. Será que “voltariam algum dia?” Ouvia-se um soluço. “Uma jovem chorava, com os dedos cravados na palha da esteira”.¹³⁹

O primeiro grupo de imigrantes da companhia a chegarem, em Tomé-Açú, foi acolhido com uma grande festa de recepção. Os funcionários da companhia e trabalhadores nacionais acorreram à ponte de desembarque da colônia no rio Acará-Mirim. Os imigrantes desembarcaram cruzando um arco, e segundo a tradição cultural xintoísta do Japão tal arco é símbolo de bons presságios.

Em Tomé-Açú, eles se acomodaram no alojamento de quatro prédios construído para abrigá-los provisoriamente até que construíssem suas casas nos seus terrenos respectivos.

¹³⁶ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 50.

¹³⁷ MARANHÃO, Paulo. A colonização japonesa no Pará. – Chegou o Manila maru com a primeira leva dos imigrantes do país do Sol nascente. *Folha do Norte*, Belém, 17 set. 1929, p.1.

¹³⁸ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses fazem profissão de fé no Pará: o batismo de diversas crianças chegadas ultimamente pelo Manila Maru. – Seguem para o Acará os imigrantes. *Folha do Norte*, Belém, 19 set. 1929, p.11.

¹³⁹ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.p. 9-16.

Algumas famílias permaneceram nesse alojamento por quase dois meses, pois foi custoso pôr a sua gleba em condições de moradia. Construir casa, perfurar o poço, derrubar a mata e queimar demandava tempo. Veja-se o quadro abaixo:

Quadro 7: Número de imigrantes de Tomé-Açú

Período	Família	Solteiro	Pessoas
1929 – 1937	362		2.104
1953 – 1980	278	264	1.797
Total	630	264	3.901

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, Belém, 1999, p. 163

A corrente migratória para a colônia Tomé-Açú que teve início com este grupo de Manila Maru estendeu-se até 1937, quando foi encerrada. Durante esse período, em 21 viagens, cerca de 362 famílias, num total de 2.104 imigrantes foram introduzidos nessa colônia, como pode ser conferido no quadro acima.

2.2.5.4 *Pavilhão Hashizume*

Em 7 de abril de 1935, uma multidão de pessoas se concentra no Pavilhão Hashizume de Quatro-Bocas em Tomé-Açú, espécie de ginásio com palco ao fundo. As pessoas estavam agitadas porque, cinco dias antes, a companhia havia tornado público uma série de medidas que significava a decretação da sua falência.¹⁴⁰ Entre tais medidas, figurou-se o abandono das três fazendas de administração direta da companhia onde se desenvolviam pesquisas agrônômicas¹⁴¹; o cancelamento do salário dos imigrantes colonos; a redução do quadro funcional e o cancelamento da imigração. Nesse sentido, preocupados com o seu futuro, os imigrantes que se reuniram no referido Pavilhão exigiram esclarecimentos do próprio presidente da companhia em relação ao que estava se passando. Em meio ao tumulto que se configurou, Hachiro Fukuhara compareceu para dizer a todos que a companhia estava falida. E, que, diante do fracasso com o projeto do cacau e do não surgimento de uma alternativa agrícola, Kanegafuchi Boseki Kabushiki Kaisha decidiu pela desistência do empreendimento da colonização, ficando, deste modo, evidenciado que a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil já era uma empresa falida e que a Kanebo, sua matriz,

¹⁴⁰ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 56.

¹⁴¹ Estas três fazendas da companhia eram: Açaizal de Tomé-Açú; Mulata de Monte Alegre; e Lombardia de Castanhal.

acabara de desistir do projeto colonizador do Pará.¹⁴² Assim sendo, contrariamente às expectativas depositadas pelos nacionais e japoneses nesse projeto de colonização, nos idos anos de 1926, o empreendimento que teve início em grande estilo, como daquele por ocasião da visita do embaixador, chegara ao fim de modo dramático.

Por outro lado, foi preciso admitir o equívoco em que havia incorrido naquele coquetel de despedida, oferecido pelo presidente da Kanebo, no Hotel Imperial de Tokyo, quando Hachiro Fukuhara estava de partida para o Pará, como presidente da Nantaku, dizendo que esperava levar o empreendimento ao sucesso num prazo de cinco anos. Cinco foi o tempo que havia conduzido até aquele Pavilhão Hashizume de Quatro-Bocas. Cinco anos foi também o tempo que se precisou para se compreender que, para empreender-se a colonização na Amazônia, era preciso mais do que deslumbre romântico diante do espetáculo da natureza, como o pôr-do-sol que foi contemplado como manifestação impressionante pelos japoneses, como se declarou ao “The Japan Times”, em janeiro de 1927:

Fui impressionado com o enorme tamanho do rio Amazonas, que em alguns lugares tem uma largura de quarenta milhas de lado a lado. De par com o estremecimento que experimentei diante da grandeza do Amazonas, senti ainda maior comoção quando vi o pôr-do-sol neste majestoso lençol de água. Rabindranath Tagore declarou, uma vez, que a mais bela cena que se vê no mundo inteiro. Com a devida vênua do grande poeta indiano, posso dizer que o pôr-do-sol no rio Amazonas é muito mais glorioso do que o pôr-do-sol na paia Akashi (FOLHA DO NORTE, 11 abr. 1927, p. 2)

2.2.6 *Cooperativa Empresarial Sul-Americana (1926-1930)*

Em 1926, quando a Missão Japonesa veio à Amazônia, a equipe fez uma escala em Estados Unidos. Na oportunidade, o chefe da missão encontrou-se com um grupo de empresários japoneses radicados em Califórnia, liderados por Yasukata Mure que externou o desejo de investir na Amazônia. Desse diálogo, resultou na criação da Cooperativa Empresarial Sul Americana¹⁴³, da qual Hachiro Fukuhara também foi um dos sócios. Em junho daquele ano, quando estive no Pará, Hachiro Fukuhara, em nome da Cooperativa Empresarial Sul-Americana, comprou a fazenda Lombardia de cana de açúcar que pertencia a italianos, na Estrada de Ferro de Bragança, no município de Castanhal, pagando por ela a quantia de 165 contos de réis, numa propriedade que possuía 2.770 hectares. Na oportunidade, Hideo Nakano, funcionário da Kanebo, foi nomeado superintendente da colônia do município de Castanhal pertencente a Cooperativa Empresarial Sul-Americana. Em 1929, com a chegada

¹⁴² TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 56.

¹⁴³ Em japonês: Nanbei Kigyō Kumiai.

do primeiro grupo de imigrantes para o Acará, Hideo Nakano foi transferido para Tomé-Açú. Na oportunidade, Rokuro Fujima chegava do USA para assumir a direção da fazenda. Nessa época, produziu frutas cítricas, cana-de-açúcar e mandioca. Contudo, como o retorno financeiro não era satisfatório, a Cooperativa Empresarial Sul-Americana desistiu, em 1930. Quanto às terras de Castanhal, elas foram arrendados por Nantaku que as transformou em Fazenda Experimental. Nesse momento, Katsutoshi Naito e Shigeichi Ikushima, agrônomos e funcionários da Nantaku, foram transferidos de Tomé-Açú para Castanhal, desenvolvendo na Fazenda Experimental de Castanhal, pesquisa de variadas espécies vegetais. Desse modo, uma série de espécies vegetais foram testadas nessa época, segundo Shigeichi Ikushima¹⁴⁴, como:

Quadro 8: Espécies e quantidade de pés cultivadas

ESPÉCIE	PÉS
Quina	8.439
Cacau	256
Andiroba	4.775
Cedro	2.466
Café	2.110
Laranja	1.585
Cupuaçu	846
Abacate	556
Guaraná	360
Coco	256
Babaçu	140
Castanha do	85
Pimenta do	1.250
Apucaia	54
Canela	52
Puxuri	30
Coca	19
Cravo	15
Total	23.294

Fonte: IKUSHIMA Apud ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, 1999. p. 51

Em 1935, quando a Nantaku restringiu os seus investimentos no Pará, o que praticamente significou falência do empreendimento iniciado em agosto de 1928, a Fazenda Experimental de Castanhal foi abandonada.

¹⁴⁴ Agrônomo da Companhia Nipônica que era superintendente da Estação Experimental de Castanhal.

2.3 IMIGRAÇÃO JAPONESA NA DÉCADA DE 1950

O primeiro período da corrente migratória teve duração de nove anos (1929-1937), época em que cerca de 2.200 imigrantes foram inseridos no território paraense pela Companhia Nipônica. No mesmo período, cerca de 400 japoneses estabeleceram-se no Estado vizinho de Amazonas.¹⁴⁵ Durante quinze anos seguintes (1938-1952), houve interrupção da migração. A falência das companhias de imigração e a Segunda Guerra Mundial, acontecimentos que marcaram esse contexto, relacionam-se com esse quadro. A retomada do processo ocorreu em 1953 e se estendeu até 1962, quando houve a interrupção definitiva.

Sobre a distribuição dos imigrantes da década de 1950, na Amazônia, não foi encontrado nenhum quadro que pudesse servir de referência para localizar as colônias que haviam sido criadas. As informações sobre o mesmo estão de tal modo diluídas e não há fonte segura que possa indicar sobre a quantidade de colônias, suas localizações, época de suas criações, quantidade de famílias e de pessoas que as colonizaram. Como se torna difícil idealizar o que está invisível, procurou-se construir um quadro das colônias. Na sua construção, reuniu-se informações que foram sendo coletados ao longo da pesquisa. Possivelmente, os dados do quadro são incompletos, mas permitem com que haja uma aproximação com o contexto da década de 1950, permitindo, desse modo, com que se possa visualizar, mesmo parcialmente, aquilo que se encontrava invisível. Como não faz parte do objetivo desenvolver estudos sobre a história dessas colônias, ousa-se em apresentar, na tabela do quadro 9, as informações sobre nome das colônias, suas localizações nos estados, número de famílias, quantidade de pessoas e a temporalidade da sua origem.

¹⁴⁵ Na década de 1930 estabeleceram-se duas colônias no Estado de Amazonas, a Colônia “Sales-Shi” no município de Maués e Colônia “Vila Amazônia” no município de Parintins.

Quadro 9: Imigrantes do pós-guerra, conforme o ano da chegada

Colônia	Estado	Número de famílias	N.º de Pessoas	Ano da chegada e quantidade de levas
Parintins	Amazonas	17	54	1953 – 1 leva
Kotabi	Amapá	21		1953 – 1 leva
Fazendinha	Amapá	5	29	1953 – 1 leva
Matapí	Amapá	59		1953 a 1957 – 4 levas
Campo Verde	Amapá			1953
Bela Vista	Amazonas	139	818	1953 a 1957 – 5 levas
Manacapuru	Amazonas	120		1953 a 1954 – 4 levas
Açaizal	Pará-Monte Alegre	66		1953 a 1954 – 3 levas
Treze de Setembro	Rondônia-Guaporé	29	180	1954 – 1 leva
Fordilandia	Pará-Santarém	22	147	1954 e 1955 – 2 levas
Belterra	Pará-Santarém	100	663	1955 – 2 levas
Dois Galhos	Pará-Monte Alegre	55	358	1955 – 1 leva
Guamá	Pará-Distrito de Caraparú	144		1955 a 1957 – 5 levas
Taiano	Roraima	21	124	1955 e 1961 – 2 levas
Alenquer	Pará	5	36	1955 - 1 leva
Fazenda Ipeçaba	Amazonas-Manaus	3	23	1955 – 1 leva
Mazagão	Amapá	43		1957 – 1 leva
Efigênio Salles	Amazonas	47		1958 a 1961 – 4 levas
Fazenda Coronel Mota	Amazonas-Distrito de Rio Grande	19		1958 e 1961 – 2 levas
Cosasni	Amapá	13		1959 – 1 leva
Quinarí	Acre	13	91	1959 – 2 levas
Rosário	Maranhão	19	101	1960 – 1 leva
Muruai	Maranhão	10	52	1961 – 1 leva
Tiruá	Maranhão	10		1962 – 1 leva

Fonte: Quadro construído pelo autor durante a pesquisa a partir de dados coletados nas diversas fontes

Percebe-se, nesse quadro, que as 17 famílias que foram introduzidos em Parintins, em 1953, foram os primeiros imigrantes autorizados por Getúlio Vargas. Eles não ficaram no local por mais de duas semanas. Em curto espaço de tempo, partiram da colônia alegando que o local era inóspito. Assim, os imigrantes que foram introduzidos em Fordilandia e Belterra, no município de Santarém, foram remanejados por determinação do ministro da Agricultura, em maio de 1955. Os 810 imigrantes foram distribuídos nas colônias de Dois Galhos, Guamá, Tomé-Açú, Fazenda Ipeçaba e arredores de Belém, Santarém e Alenquer.¹⁴⁶ Nota-se no quadro, que, em cada grupo, chegavam em média vinte famílias. Em termos de composição familiar, o número girava em torno de seis pessoas por família. Apesar de não ser preciso, visualiza-se que na década de 1950 foram criadas, na Amazônia, cerca de 23 colônias: 6 no Pará, 6 no Amazonas, 6 no Amapá, 1 no Acre, 1 em Rondônia, 1 em Roraima e 3 no Maranhão.

¹⁴⁶ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 82.

No início da década de cinquenta, Getúlio Vargas concedeu ao Yasutaro Matsubara, fazendeiro e cafeicultor em Marília, no Estado de São Paulo, autorização para introduzir, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do país, 4.000 mil famílias de imigrantes. Desse modo, a partir de 1953, esses imigrantes começaram a desembarcar no nosso território. Além do Estado de São Paulo, eles também foram assentados como meeiros na região de Dourados, no Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo o Museu de Yokohama Internacional Centre da Japan International Cooperation Agency – JICA, a foto que segue (n.º 10) mostra o desembarque dos imigrantes no Porto de Santos, em 1960. A imagem foi parte do material de propaganda oficial de estímulo à imigração. Nessa imagem, os imigrantes aparentam ser de um nível social elevado, aparecem saudáveis, bem dispostos, vestido à caráter como se estivessem em um passeio turístico. Muito diferente de imagens de imigrantes que são retratados pela literatura do ramo, como as de memorialistas. Caso a foto tenha sido realmente tirada no desembarque do Porto de Santos, como é indicado no acervo documental do Museu, possivelmente, foi um desembarque especial, com pose para fotografia. A imagem da foto indica a visão oficial da imigração. Ao fundo, um imponente navio, símbolo do Estado nipônico, de onde os seus cidadãos idealizados partem em ordeira marcha para “fazer a América”.

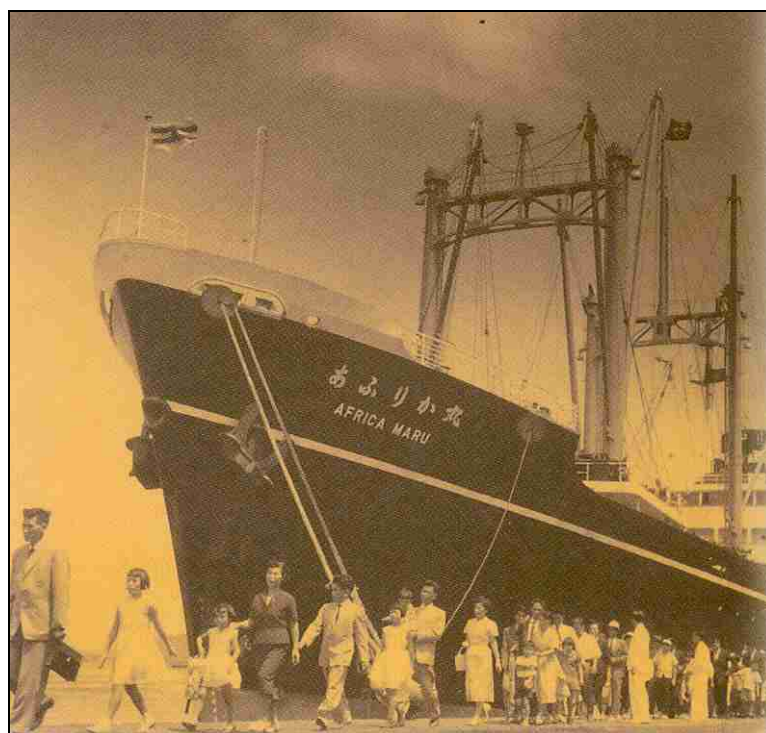


Foto 10: Imigrantes japoneses chegando ao Porto de Santos, Brasil (1960)

Fonte: Acervo do Museu da Migração Japonesa ao Exterior – Yokohama International Centre, Japan International Cooperation Agency

Tendo como objetivo centralizar a execução da política de colonização e povoamento em uma única entidade, por meio da Lei n.º 2.163, de 5 de janeiro de 1954, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), órgão sob jurisdição do Ministério da Agricultura. Com a criação do INIC, todo o assunto oficial relacionado com a imigração e colonização passou a ser tratado por esse órgão. Nesse sentido, em 1954, a “Sociedade Paulista de Sericultura de Bastos” recebia do INIC, a cota de 200 famílias, depois acrescido com mais 500 (1959).¹⁴⁷ O mesmo aconteceu com a “Cooperativa Agrícola de Cotia”, do Estado de São Paulo em que a administradora da produção de batata da cidade de Cotia, em 1955, recebeu do INIC autorização da cota de 1.500 imigrantes jovens e solteiros para atuarem na bataticultura. Em 1958, solicitou e recebeu autorização para mais 1.500 imigrantes.¹⁴⁸

Em linhas gerais, uma das diferenças da experiência de imigração japonesa entre aquela praticada antes e a depois da Segunda Guerra Mundial é seguinte: no primeiro caso, tanto no Sul do país como na região Norte, os imigrantes haviam sido recrutados e transportados pelas companhias de imigrações. No segundo caso, os imigrantes ingressaram ao país por meio de autorizações, duas delas de Getúlio Vargas (1951) e os demais ingressam com a autorização do INIC em 1954 e 1955. No quadro 10, é possível ter-se uma visão geral das cotas¹⁴⁹, ano de sua autorização e término, número de concessão e de entrada e estados para os quais os imigrantes dessas cotas foram destinados.

¹⁴⁷ PARÁ. SPVEA – Superintendência do Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia. *Política de Desenvolvimento da Amazônia. Vol. II, SPVA 1954/1960*. Belém, 1960. p. 307.

¹⁴⁸ SHINDO, Tsuguo. *Brasil e Japão: os 100 anos de Amizade*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999, pp. 160-168.

¹⁴⁹ Cotas eram quantidades máximas de imigrantes autorizadas, primeiramente pelo Getúlio Vargas, posteriormente pelo INIC.

Quadro 10: As cotas de imigrantes concedidos na década de 1950

COTAS	ANO		NÚMERO				Estado de assentamento do imigrante
			Concessão autorizada		Entrada de imigrante		
	Autorização	Término	Família	Solteiro	Família	Solteiro	
Cota Tsuji	1951	1962	5.000		1.000		Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Maranhão.
Cota Matsubara	1951	1962	4.000		700		São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.
Cota Sociedade Paulista de Sericultura	1954	1961	700		262		São Paulo
Cota Cooperativa Agrícola de Cotia	1955	1962		3.000		2.500	São Paulo
Total			9.700	3.000	1.962	2.500	

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir dos dados coletados do texto de Tsuguo Shindo

Observa-se, através do quadro, que o período do encerramento da imigração são equivalentes. Ele coincide com a recuperação econômica do Japão pós-guerra, que oficialmente iniciou em 1960. Todavia, comparando o número de imigrantes autorizado com o número de imigrantes que ingressou no país, de acordo com o quadro, exceto a Cooperativa Agrícola de Cotia, as demais cotas ficaram muito aquém da meta estabelecida. Quanto aos locais de assentamento dos imigrantes no espaço geográfico do país, principalmente as duas primeiras concessões, como se pode notar no quadro, os imigrantes japoneses foram distribuídos em uma área considerável. No caso do Norte do país, verifica-se que por meio dessa autorização, fizeram com que os imigrantes japoneses estivessem presentes em toda Amazônia. A distribuição dos imigrantes indicados no quadro chama atenção também para a dimensão da iniciativa particular de pessoas que estavam no Brasil e que se esforçavam para trazer os japoneses para o nosso país.

Em dezembro de 1952, partiu do porto da cidade de Kobe do Japão, o primeiro grupo de imigrantes da década de 1950. Eles eram ao todo 54 pessoas de 17 famílias. Como o navio que os conduziu até o Brasil era chamado Santos Maru, ficaram conhecidos como “17 famílias de Santos Maru”.¹⁵⁰ O destino deles na Amazônia foi Parintins, município do Amazonas. Em Belém, aportaram em 7 de março de 1953. Durante esse ano, chegaram cerca

¹⁵⁰ Santos Maru no 17 kazoku [17 famílias de Santos Maru]. Documentário da TV NHK do Japão, gravado em DVD. 2005.

de 152 famílias de imigrantes, sendo distribuídas em sete colônias localizadas nos estados do Pará, Amazonas e Amapá. No quadro 11, observa-se a distribuição de 152 famílias de imigrantes de 1953. De sete colônias, três ficavam no Amapá, três em Amazonas e uma no Pará. Em média, cada grupo era formado de 20 famílias. Quanto a composição familiar, o número era em média entre 4 a 7 pessoas.

Quadro 11: Imigrantes da Cota Tsuji de 1953

ANO	NÚCLEO COLONIAL	ESTADO	NÚMERO	
			FAMILIA	PESSOA
1953	Parintins	Amazonas	17	54
1953	Kotabi	Amapá	21	
1953	Fazendinha	Amapá	5	
1953	Matapí	Amapá	24	
1953	Bela Vista	Amazonas	33	139
1953	Manacapurú	Amazonas	29	
1953	Açaizal	Pará-Monte Alegre	23	160
TOTAL			152	353

Fonte: Quadro organizado pelo autor durante a pesquisa com informações coletadas em diversas fontes

Nos primeiros momentos da imigração do período pós-guerra, a instituição acolhedora dos imigrantes era a Companhia Comercial Tsuji com sede na cidade de Santarém, empresa pessoal de Kotaro Tsuji, que se dedicava ao comércio de fibras da juta. Entretanto, um ano após, no início de 1954, criou-se a Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia S.A. (Amazônia Keizai Kaihatsu Kabushiki Gaisha), com capital custeado pelo governo japonês. A nova instituição que teve sua sede na cidade de Belém, na rua Gaspar Viana, tornou-se desde então agenciadora da imigração, como tal, a recepção dos imigrantes passou a ser feita por ela.¹⁵¹

Em 1956, a chamada Federação das Associações Ultramarinas, Kaigai Kyokai Rengokai, conhecida simplesmente como “Kaikyoren”, órgão do governo japonês, assumiu o comando da imigração na região norte. Desse modo, quando o governo de Tokyo assumiu oficialmente a direção da política migratória, a imigração passou a ser administrada por essa autarquia. Um ano antes, em 1955, foi criada, no Japão, uma instituição denominada Companhia Japonesa Promotora da Imigração S.A., Nihon Kaigai Iju Shinkou Kabushiki Gaisha. Essa entidade era uma espécie de financeira que se mantinha com o empréstimo de capital aos imigrantes. A dificuldade de obter financiamento das instituições financeiras nacionais por parte dos colonos, em virtude de sua maioria não dispor de título de terra,

¹⁵¹ KOTAKUKAI DO PARÁ. *História de colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas a Escola Superior de Colonização do Japão*. Manaus, 1898, p. 62.

acabou por estimular o aparecimento desse tipo de empresa. Em 1957, a referida financeira estabeleceu o seu escritório na capital paraense.¹⁵²

A foto 11 apresenta cena de imigrantes partindo do Porto de Kobe em algum momento da década de 1950. Os que partem estão todos no convés atirando serpentinas¹⁵³. Os que ficam acenando em último adeus. Na foto não se pode fazer ouvir sons, mas, de acordo com depoimentos, a trilha sonora do ambiente naquele momento da despedida sempre era *Hotaru no Hikari*, que em nossa versão é conhecida como *valsa de adeus*.



Foto 11: Porto de Kobe no Japão. Partida dos imigrantes para o Brasil (década de 1950)
Fonte: SHINDO, São Paulo, 1999, p. 161

Passado alguns anos, entre 1959 a 1962, Kaikyoren associou-se com Nihon Kaigai Iju Shinkou Kabushiki Gaisha. Dessa associação originou a chamada Agência de Emigração Ultramarina, Kaigai Iju Jigyodan, que assumiu a direção da imigração. Em 1962, quando cessou definitivamente a imigração japonesa, essa entidade conhecida simplesmente como Jigyodan continuou ativa na região, atuando como financiadora dos colonos que recorriam a ela como a única possibilidade de obtenção de recursos. Durante a década de setenta, com a distribuição de título de terra aos colonos pelo INCRA, Jigyodan foi perdendo

¹⁵² ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, pp. 87-88.

¹⁵³ Fita estreita, de papel colorido, com muitos metros de comprimento, enrolada sobre si mesma e que se desenrola quando arremessada, e que se usa, especialmente, nas festas de carnaval.

a razão da sua existência, pois os imigrantes passaram a recorrer às instituições financeiras nacionais.

2.4 MODERNIDADE NO IMPÉRIO DO MIKADO (1868-1912)

Já se consagrou a idéia de que a vinda dos japoneses para o Brasil, especialmente para a Amazônia, foi em virtude da superpopulação do Japão. Diante disso, abre-se um parêntese na tentativa de explicar o contexto no qual este trabalho se insere. Para tanto, começa-se a analisar a Reforma Meiji¹⁵⁴ que, a partir de uma série de medidas a favor da modernização,¹⁵⁵ provocou um desajuste social quanto ao modo de vida que havia sido estabelecido na época do Xogunato (1185-1868)¹⁵⁶, o qual foi sendo desfeito a partir de 1868 quando teve início a Era Meiji.¹⁵⁷ Nesse sentido, procura-se entender que os grupos de imigrantes japoneses aqui estudados advêm, em parte, desse quadro social que se configurou na sociedade japonesa no rastro da referida reforma. Desde 1185, quando Minamoto Yoritomo assumiu pela primeira vez o título de Xogun¹⁵⁸, o Japão viveu o Xogunato até 1868. Nos 683 anos que durou o Xogunato, os últimos 260 anos foram de completo isolamento com o restante do mundo.¹⁵⁹ Internamente, o período foi marcado pelo conflito entre Daimyôs¹⁶⁰ que comandavam os samurais¹⁶¹. O poder do Mikado era simbólico, pois o governo era exercido pelo Xogun.¹⁶² Em 1868, na chamada Taiseihôkan¹⁶³, Tokugawa Yoshinobu, o último Xogun, renunciou o posto e entregou o governo ao imperador Mutsuhito, que na época contava com 16 anos. O Xogunato chegou ao fim com esse episódio e assim iniciou a Era Meiji (1868-1912), que no Japão marcou o início da modernidade, nos moldes das nações ocidentais.¹⁶⁴ A Era das Luzes¹⁶⁵ apressou-se para chegar rapidamente ao patamar das grandes nações do ocidente como a Inglaterra, França e Alemanha, fazendo pesados investimentos na indústria têxtil, aço, ferro e construção naval que se tornaram principais alavancas do

¹⁵⁴ Reforma Meiji representou no Japão o fim do Xogunato e início da modernidade. Meiji é uma categoria japonesa que significa “Luz”.

¹⁵⁵ BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁵⁶ Xogunato quer dizer governo do generalíssimo, espécie de ditadura militar.

¹⁵⁷ Era Meiji significa Era das Luzes. Esta era teve início em 1868 e se estendeu até 1912.

¹⁵⁸ Xogun corresponde ao título de generalíssimo, ditador militar que governou o Japão de 1185 a 1868.

¹⁵⁹ LOBO, Bruno. Os japoneses e as relações com os outros povos. *Folha do Norte*, Belém, 26 mai. 1926, p. 1.

¹⁶⁰ Daimyôs equivale ao senhor feudal da cristandade medieval.

¹⁶¹ Samurais, também conhecidos como bushi, eram geurreiros.

¹⁶² PAPIM, Ângelo. In: *História do Japão*. Disponível em:

<http://angelopaim.sites.uol.com.br/quadro_indice.htm>. Acesso em: 16 nov. 2005.

¹⁶³ Taiseihôkan significa restituição do poder à corte imperial.

¹⁶⁴ HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/314.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2006.

¹⁶⁵ Era das Luzes é o significado da categoria Era Meiji.

desenvolvimento capitalista do Japão,¹⁶⁶ além de ferrovias, redes de comunicações e de transportes que mereceram atenções especiais por favorecerem o desenvolvimento econômico. Em 1872, foi inaugurada a primeira linha ferroviária ligando o bairro de Shinbashi (Tokyo) à cidade de Yokohama.¹⁶⁷ Dois anos depois, a linha que liga as cidades de Kobe e Osaka.¹⁶⁸

Visando tornarem-se num País rico e militarmente forte à semelhança das poderosas nações do ocidente, os estadistas da Era Meiji adotaram como modelo a organização militar do ocidente europeu – Alemanha, França e Inglaterra –, formando um exército nos moldes ocidentais, instituindo, em 1873, o serviço militar obrigatório.¹⁶⁹ A vitoriosa campanha militar contra a China (1894-1895) credenciou o Japão como uma das potências do mundo. Adotando uma política externa agressiva, entrou em conflito militar contra a Rússia (1904-1905), obtendo vantagens ao ampliar a sua área de influência até o sul da Manchúria. A partir do final do século XIX, o imperialismo japonês da Era das Luzes cobiçou cada vez mais o mercado de todo tipo e matérias primas para as suas indústrias, passando a disputar em iguais condições as áreas de influências no Extremo Oriente com as potências do Ocidente, tornando-se inevitáveis enfrentamentos armados como aquele que teve início em 1941.

Na década de 1920, devido à instabilidade política na China em virtude da disputa pelas ambições políticas entre Kuomintang¹⁷⁰ e Partido Comunista, os capitalistas da nação do Mikado partiram em busca de novas frentes de investimentos. Nesse sentido, como viu-se, em 1926, por exemplo, uma equipe de técnicos chefiada pelo empresário Hachiro Fukuhara esteve no Estado do Pará, cumprindo uma agenda oficial do governo japonês que enviou essa comissão denominada Missão Fukuhara para investigar a possibilidade de investimento do capital e estabelecimento de imigrantes japoneses.¹⁷¹ Em 1927, em Yokohama, ao retornar da

¹⁶⁶ Estas indústrias foram planejadas, construídas e financiadas com o dinheiro do governo. Inicialmente a burocracia estatal organizou e dirigiu. Depois quando essas indústrias estavam “bem organizadas e os negócios prosperando”, o governo alienou-as para firmas particulares. Foram vendidos aos poucos, a preços ridiculamente baixos a uma oligarquia financeira selecionada, a famosa Zaibatsu, principalmente das famílias Mitsui e Mitsubishi. Sobre desenvolvimento industrial do Japão na Era Meiji, ver Benedict. Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p.83.

¹⁶⁷ HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/318.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2006.

¹⁶⁸ Ver projeções à sombra do mecanismo em Londres e Paris oitocentista do século XIX com a chegada do trem em Hardman. Francisco Foot Hardman. “Chuva, vapor, velocidade”, em *Trem Fantasma*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 33-61.

¹⁶⁹ HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/316.shtml>. Acesso em: 29 mai. 2006.

¹⁷⁰ Kuomintang era Partido Nacionalista liderado pelo Sun Yat-sem, que em 1911 promoveu o fim da monarquia, proclamando a República Chinesa.

¹⁷¹ MARANHÃO, Paulo. A missão japonesa em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 31 mai. 1926, p. 1.

viagem de observação, em uma de suas entrevistas à imprensa, Hachiro Fukuhara foi enfático em afirmar que a Amazônia era o

“campo para emprego de capitais”. Dito isto, professando o futuro, o empresário diria que diante “das condições perturbadoras na China e da desordem reinante [nela] desde a fundação da república Chinesa [...] os capitalistas americanos e europeus, com grande probabilidade voltarão as suas vistas para o Brasil, que é potencialmente muito mais rico que a tal famosa cathay. [Assim sendo, segundo ele] os capitalistas japoneses deveriam apressar-se para tomar a dianteira, no sentido do imediato empenho no emprego dos seus fundos excedentes num país como o Brasil que, num próximo futuro, lhes dará proventos excelentes (FOLHA DO NORTE, 11 abr. 1927, p. 2)

É nesse contexto que as suas atenções voltam-se para a Amazônia brasileira, quando os Zaibatsu¹⁷² como Kanegafuchi Boseki Kabushiki Kaisha – Kanebo (Companhia de Tecelagem Kanegafuchi S. A.) começaram a atuar no Estado do Pará (1926-1935). O objetivo econômico era escoar da Amazônia para o mercado japonês os produtos naturais como madeiras e minérios, e os da lavoura: algodão vegetal, fumo, cacau e arroz. Como dizia o “The Japan Times”, de 27 de janeiro de 1927, produtos de vital importância para o Japão da época, “para melhorar” a sua indústria.¹⁷³

Mas as reformas econômicas, políticas, sociais, culturais e morais promovidas pela Restauração Meiji não haviam apenas tornado o Japão em uma nação moderna com rapidez surpreendente.¹⁷⁴ Como as mudanças foram muito velozes, principalmente na área material, a maior parte da sociedade foi atropelada pela velocidade das mudanças.¹⁷⁵ Com a modernidade, por exemplo, as recentes indústrias e empresas prestadoras de serviços, passaram a exigir recursos humanos habilitados que estivessem de acordo com as novas regras e exigências da economia capitalista. Contudo, a grande maioria da população que vinha do Xogunato eram *nōmin*¹⁷⁶, cerca de 48%, e sua habilidade de trabalho não eram adequados para a fábrica e não podiam ser absorvidas por essas modernas economias. Assim,

¹⁷² Zaibatsu são oligarquia financeira que prosperaram com a proteção do governo Meiji. Ver sobre a origem dos Zaibatsu nos estudos desenvolvidos pela Benedict. Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p.82.

¹⁷³ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses na América do Sul: A natureza é prodigiosa. – a oportunidade está lá. – o povo é hospitaleiro, diz o sr. H. Fukuhara, que há pouco tempo esteve na Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 28 abri. 1927, p.2.

¹⁷⁴ Sobre as reformas econômicas, políticas, sociais, culturais e morais promovidas pela Restauração Meiji, ver o estudo desenvolvido pela Benedict. BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁷⁵ Sobre o impacto da cidade moderna, efemeridade da modernidade e o fim do pastoril em Paris, ver o estudo desenvolvido pelo Berman. MARSHALL, Berman. “Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: Marx, Modernismo e Modernização”, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 85-125.

¹⁷⁶ Nōmin eram camponeses, também conhecidos como Hyakusyōu.

na fase final do Xogunato Tokugawa, a população nipônica somava cerca de 30 milhões, dos quais 84% constituíam a classe de lavradores e 7% a de samurais; os restantes 9% representavam as demais classes. Com a abolição da classe samurai, decretada pelo governo Meiji logo após a Restauração (1868), muitos dos antigos guerreiros contribuem para avolumar a massa de desempregados que havia se criado em consequência da crise econômica que sacudiu os alicerces do antigo regime (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 27)

Em contrapartida, muitos não podiam continuar dedicando-se à lavoura porque haviam perdidos a posse da terra pela pobreza e endividamento aos *narikin*.¹⁷⁷ Com a devolução do *hanto*¹⁷⁸ sob o domínio dos *hanshu*¹⁷⁹, da categoria dos Daimyôs, para a corte imperial em 1869, bem como do *koseki*¹⁸⁰ de *nômin*, muitos perderam a posse da terra e os *nômins* meeiros que sobreviviam cultivando as terras do *hanshu* não puderam mais se manter vivendo sob os seus antigos modos de vida.¹⁸¹ Desse modo, uma parcela considerável da sociedade ficava numa faixa de pobreza extrema, composta de desapropriados, desempregados e desprivilegiados. Para o regime Meiji, essa massa humana empobrecida não passava de vadios e perigosos, espécie de capadócios do Rio de Janeiro do final do século XIX, que como aqui, também lá, formavam nos centros urbanos como de Tokyo os seus *hinmin-kutsu*¹⁸², como no Rio de Janeiro da Belle Époque.¹⁸³

Entre diversos grupos sociais que compunham essa massa desocupada, despojada dos seus antigos modos de vida e tidas como vadios pelos reformadores do regime Meiji, estavam, por exemplo, os *Shizoku*¹⁸⁴ que haviam perdido o emprego, a renda e a reputação

¹⁷⁷ *Narikin* tem a acepção de *nouveau riche*. Durante a Era Meiji com as reformas promovidas por este regime muitos passaram dificuldades financeiras. Pressionados pelas necessidades, indivíduos pertencentes a todos os grupos sociais passaram a se desfazerem de seus bens matérias ou contraindo dívidas penhorando seus bens imóveis. Os Daimyos, potentados da época do Xogunato, por exemplo, agora decadentes, inicialmente venderam os seus bens móveis, e quando não tinham mais o que venderem, passaram a penhora suas terras em troca de empréstimos. O mesmo acontecia com os camponeses. Com os samurais não eram diferentes, empobrecidos e passando necessidades passaram a vender os kimonos de suas esposas e até mesmo suas espadas que eram substituídos por uma de madeira para levar à cintura. Crianças eram vendidas em troca de alguns trocados para comprarem o arroz, que eram transformadas em *Karayuki-san*, prostitutas. Dentro deste quadro desesperador que a sociedade japonesa ficou refém com as reformas de Meiji, *Narikin* que comprava os bens móveis e emprestava dinheiro em troca do penhor transformou-se em novos ricos. Contra *Narikin* a sociedade japonesa depositou rancores por causa da fama de ter adquirido a sua fortuna lesando ou explorando os outros (Ruth Benedict: p. 84).

¹⁷⁸ *Hanto* era território sob o domínio dos Daimyôs, correspondente aos sonhores feudais da cristandade medieval.

¹⁷⁹ *Hanshu* era o proprietário do *Hanto*. Outra forma como os Daimyôs eram chamados.

¹⁸⁰ *Koseki* era título comprobatório da posse da terra emitida por um Daimyô.

¹⁸¹ HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zash*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/316.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2006.

¹⁸² *Hinmin-kutsu* corresponde ao cortiço carioca da segunda metade do século XIX.

¹⁸³ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

¹⁸⁴ *Shizoku* significava ex-samurais.

com o fim do Xogunato.¹⁸⁵ Os Shizoku, que no passado eram uma classe conceituada e privilegiada, agora empobrecida, dependiam de artesanatos domésticos para sobreviverem, produzindo, por exemplo, Waraji¹⁸⁶. Empobrecidos e passando necessidades, não poucos vendiam *kimono*¹⁸⁷ de suas esposas e até mesmo suas espadas que eram substituídas por uma de madeira para levar à cintura.¹⁸⁸ É nesse contexto que crescem, por exemplo, as chamadas Karayuki-san, crianças vendidas pelos pais para cáftens, que exploravam como prostitutas quando atingiam a adolescência, existente desde a época da Era Edo (1600- 1868) e depois da Reforma Meiji o seu número cresceu vertiginosamente. Segundo dados oficiais, em 1908, estima-se que o número de Karayuki-san era em torno de 3.791 mulheres.¹⁸⁹ O cotidiano dessa massa humana é difícil na modernidade da Era Meiji.¹⁹⁰ Nas cidades como de Tokyo, eles passam a viver de subemprego e pequenos expedientes como de condutores de *pousse-pousse*, espécie de tilburi¹⁹¹ descoberto puxado por um homem,¹⁹² cena vista por Alberto Londres, em 1926, na capital japonesa.¹⁹³

No campo, a partir de 1879, estabeleceram rebeliões em diversas regiões do país, em virtude do descontentamento resultante, entre outros motivos, a nova lei de imposto territorial rural (1873)¹⁹⁴ e a queda de preço de produtos agrícolas.¹⁹⁵ Para os estadistas Meiji,

¹⁸⁵ HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi*. São Paulo, 2006. Disponível em. <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/318.shtml>. Acesso em:25 jun. 2006.

¹⁸⁶ Waraji era a sandália japonesa transada com palha de arroz.

¹⁸⁷ Kimono é a veste tradicional das mulheres da época do Xogunato.

¹⁸⁸ Na cultura japonesa da época do Xogunato, kimono era um dos símbolos da distinção de classe, valioso patrimônio que era transmitido de geração para outra. Desfazer-se deste patrimônio simbólico significava nesta cultura perder não só a distinção, mas também a honra. Por isto para o japonês a venda do kimono representava a sua total falência, desonra e vergonha. A espada para um samurai possuía significado equivalente. Samurai que não tinha mais espada presa na cintura não era mais considerado distinto. A insistência em manter a espada presa a cintura mesmo feita de madeira possui relação com *Haji* (Vergonha). Ver cultura da vergonha estudada pela Benedict. Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 189.

¹⁸⁹ HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi*. São Paulo, 2006. Disponível em. <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/326.shtml>. Acesso em:25 jun. 2006.

¹⁹⁰ Ver modernidade nas ruas de Paris da segunda metade do século XIX descortinada pelo Walter Benjamin e Marshall Berman a partir dos poemas de Charles Baudelaire. Walter Benjamin, “A modernidade”, em *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, pp. 7-35. – Marchall Berman, “Baudelaire: o Modernismo nas Ruas”, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 127-165.

¹⁹¹ Carro de duas rodas e dois assentos, sem boléia, com capota, e tirado por um só animal.

¹⁹² LONDRES, Alberto. Tóquio. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926. p. 1.

¹⁹³ O escritor Alberto Londres, do jornal de Paris, fazendo uma viagem de estudos pelo Extremo Oriente em 1926, de Tokyo escreveu para o grande cotidiano parisiense as suas impressões sobre a capital japonesa. A observação sobre *pousse-pousse* é interessante na medida em que revela as ocupações de grupos sociais despojados de seus modos de vida camponesa, sobrevivendo de trabalho não convencional da moderna economia, mas que fazem parte da dinâmica da cidade moderna.

¹⁹⁴ Depois de terem sido revisadas o valor das terras com base na produção anual, fixou-se um imposto de 3% sobre o valor fixado, passando a cobrar em moeda. Os que não possuíam condições de pagar este imposto eram obrigados a renunciar suas terras.

no entanto, essa massa humana era considerada problemática e vista como perigosa.¹⁹⁶ Então, sentia-se necessidade premente de encontrar soluções para o bem estar da modernidade. Ao relutar em reconhecer o problema social como fruto das reformas a favor da modernidade levada a efeito pelo regime, o governo das luzes passou a apontar a superpopulação como principal pivô do problema social.¹⁹⁷ Nesse contexto, em meio ao agravamento de tensões sociais, em 1885, o governo resolveu oficialmente adotar a política migratória com o envio de primeiros imigrantes para o Hawai.¹⁹⁸ A partir de 1886, com o estabelecimento do acordo de emigração entre o governo nipônico e de Washington, levadas de imigrantes passaram a desembarcar no solo americano, como pode ser visto no quadro 12. E, a partir de 1891, conforme o mesmo quadro, os japoneses estenderam a sua área de migração para regiões da América Latina e Sudeste da Ásia.

¹⁹⁵ ASSOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 30.

¹⁹⁶ Sobre Classes pobres, classes perigosas ver Chalhoub. Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo: Companhia Das Letras, 1996, p.20.

¹⁹⁷ Em todas as bibliografias sobre a imigração japonesa que tive acesso apontam a questão da superpopulação como causa da imigração. E esta idéia sempre vem associada com a idéia do Japão ser uma ilha. A lógica deste raciocínio é de que como o Japão é uma ilha não suportava mais tanta população, extrapolando a capacidade da ilha. Sempre me inquietou esta idéia porque ficava perguntando-me como poderia aceitar tal argumento, pois se isto é verdadeiro porque antes eles não teriam sentido esta superpopulação, já que o Japão foi sempre uma ilha. Interessante era quando notava que o problema da superpopulação só surgia no discurso dos estadistas japoneses somente depois da Reforma Meiji. A partir desta constatação, ao concentrar estudos sobre o Japão da Era Meiji (1868-1912) pude perceber que a idéia da superpopulação não era mais que discurso do governo para problemas sociais engendradas pelas reformas do regime Meiji. Neste sentido, o que havia no Japão deste período não era a superpopulação, mas um grave problema social representado por uma massa humana que não estava em sintonia com a modernidade. Uma massa humana composta de antigos samurais, camponeses empobrecidos, proprietários de terras endividados, um conjunto de grupos sociais da época do Xogunato Tokugawa que possuíam os seus modos de vida naquela ordem social que já não existia mais, pois o regime de Xogunato havia deixado de existir e os seus modos de vida também, mas as pessoas continuavam existindo e teriam de sobreviver em uma nova ordem social em que eles não tinham mais lugar.

¹⁹⁸ ASSOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 31.

Quadro 12: Quadro estatístico de emigração japonesa do ano da Reforma Meiji até o fim da Segunda Guerra Mundial (1868-1950)

Período	EUA e outros	América Central e do Sul	Sudeste da Ásia	Plano de Colonização da Manchúria	Total
1868-1880	901	–	–	–	901
1881-1890	20.450	–	–	–	20.450
1891-1900	114.617	792	1.314	–	116.723
1901-1910	116.159	19.597	11.173	–	146.429
1911-1920	105.302	40.774	21.199	–	167.273
1921-1930	48.171	85.326	26.336	–	160.036
1931-1940	5.609	96.129	27.636	144.760	274.134
1941-1950	–	1.551	520	125.247	127.318
Total	411.409	244.172	81.768	270.007	1.013.764

Fonte: Waga Kokumin no Kaigai Hatten (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). (Volume de Estatística). Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, São Paulo, 1992. p. 33

No quadro seguinte, visualiza-se os países da América Latina para os quais os japoneses imigraram entre 1899 a 1941. Nele, pode-se identificar que o Brasil foi o país que mais recebeu imigrantes desse grupo social, seguido do Peru, México e Argentina.

Quadro 13: Entrada de imigrantes japoneses em países da América Central e do Sul no período de 1899 a 1914

México	14.476
Panamá	415
Cuba	686
Brasil	188.986
Peru	33.070
Argentina	5.398
Chile	519
Colômbia	229
Bolívia	202
Venezuela	12
Uruguai	18
Paraguai	521
Outros	4
Total	244.536

Fonte: Waga Kokumin no Kaigai Hatten (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). (Volume de Estatística). Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, São Paulo, 1992. p. 33

Os imigrantes que foram trazidos para a Amazônia na década de 1930 pelos Zaibatsu fizeram parte desse contexto histórico e da política imigratória adotada pelo governo

das Luzes.¹⁹⁹ Os imigrantes eram recrutados com a promessa de fácil posse da terra²⁰⁰ por ser abundante e pelo rápido enriquecimento porque a terra era fértil.²⁰¹ Quanto ao clima, ele era considerado um problema menor, perfeitamente adaptável porque apesar de ser quente era suportável. Chegavam até mesmo a considerar que era semelhante ao do Japão porque o ar era carregado de muita umidade como no verão japonês.²⁰² É possível que, os imigrantes, diante da situação social criada pela Reforma Meiji, tenham se apegado à memória de “um Japão Tokugawa”. Nesse sentido, pode-se pensar que os japoneses tenham tentado construir, aqui na Amazônia, o modo de vida que se desfez com a modernização, o que pode ser explicado a partir da nostalgia que muitos sentiam daquela época, referindo-se como sendo ter sido melhor comparativamente ao que veio a ser com o advento da Era das Luzes. Em São Paulo, por exemplo, escreveu Tsugio Shindo,²⁰³ que os imigrantes chegados no início do século XX, depois de terem concluído a fase contratual de trabalho nas fazendas de café, muitos dirigiram-se para o sertão paulista, transplantado “o chamado *mura shakai*²⁰⁴ no Brasil, com o seu modo de vida de uma aldeia do Japão”. Nessa perspectiva, a imagem a seguir pode ser interpretada como essa tentativa de reprodução: um sítio em Parada de Taipas, em São Paulo, construído na década de 1920. Como se pode notar, na imagem do conjunto, é possível lembrar a antiga aldeia camponesa do Japão.

¹⁹⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma epopéia moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, 1992. p. 137.

²⁰⁰ Para Hachiro Fukuhara, a Amazônia era vantajosa para colonos japoneses porque com o emprego de um pequeno capital, uma pessoa pode perfeitamente tornar-se proprietária de terras porque a terra é abundante. Com a natureza é prodigiosa e o solo extremamente fértil, com um pouco de dinheiro e o encosto dos ombros ao trabalho pode fornecer a qualquer uma subsistência confortável.

²⁰¹ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses na América do Sul: A natureza é prodigiosa. – a oportunidade está lá. – o povo é hospitaleiro, diz o sr. H. Fukuhara, que há pouco tempo esteve na Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1927, p. 2.

²⁰² Com respeito ao clima da Amazônia, diria Hachiro Fukuhara, em 1927, que é muito úmido por isto não seria estorvo para o estabelecimento dos japoneses, pois que o Japão também é um país úmido.

²⁰³ SHINDO, Tsugio. *Brasil e Japão: os 100 anos de Amizade*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999, p. 38.

²⁰⁴ *Mura Shakai* corresponde ao modo de vida aldeã tipicamente japonesa da época do Xogunato.

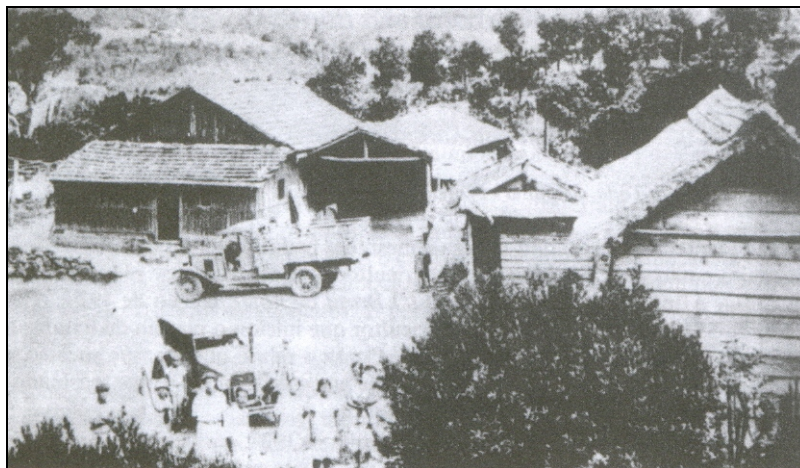


Foto 12: Sítio em Parada de Taipas, em São Paulo
Fonte: SHINDO, São Paulo, 1999, p. 66

As impressões que a Fusako Tsunoda, escritora japonesa,²⁰⁵ escreveu em 1965, quando esteve na Amazônia com o intuito de colher informações para o romance que pretendia escrever, vem reforçar em parte o que já se vem abordando, pois segundo a mesma, “Tomé-Açú era um mundo japonês”.

²⁰⁵ Alguns anos mais tarde, a escritora concluiu a sua obra literária intitulada “Amazon no Uta”, traduzido em 1988 pelo Jorge Kassuga que intitulou como “Canção da Amazônia, uma saga na selva”, editado pelo Francisco Alves. TSUNODA, Fusako. Canção da Amazônia: uma saga na selva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.161.

3 MONTE ALEGRE E IMIGRAÇÃO: COLONIZAÇÃO JAPONESA NA FRONTEIRA DO GURUPATUBA (1929 – 1960)

3.1 COLONIZAÇÃO DE MONTE ALEGRE

Transformar Monte Alegre em “riquíssimos centros agrícolas”, como afirmou José Paes de Carvalho parece ter sido leme norteador dos estadistas que assumiram o governo do Estado do Pará desde a última década do século XIX. Trabalhando nessa perspectiva, em 1894, na época do governo de Lauro Sodré (1891-1897), o Estado se encarregou em criar, em Monte Alegre, três colônias agrícolas. A colônia agrícola de Itauajuri, situada cerca de 10 quilômetros da sede do município, localizava-se na fralda da Serra Itauajuri. Ocupava uma área de 3.675 hectares, divididos em 147 lotes agrícolas, com 25 hectares cada um, e em uma parte urbana, subdividida em 23 quarteirões, com o total de 213 lotes, de 1.875 metros quadrados cada. Nela, estabeleceram-se como colonos, os imigrantes provenientes da Espanha. A segunda colônia denominava-se Igarapé-Açú e ficava situada na parte oriental da Serra Itauajuri, numa região conhecida como de Açú. A terceira chamava-se Itapuri e achava-se no lugar denominado Terras Pretas, situado no além da Serra do Ererê. Nessas duas colônias, foram assentados imigrantes nacionais provenientes do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

De acordo com as instruções dadas à Comissão de Colonização, do território de Monte Alegre, no ano de 1895, cada núcleo deveria contar no mínimo de 50 lotes agrícolas, e uma área reservada, não inferior a 50 hectares, para ser dividida em lotes urbanos, que lhe constituiria em sede. Presume-se que em cada núcleo, o número de famílias assentado não era menor do que 50. Assim, manter os colonos nos núcleos coloniais de Monte Alegre foi muito difícil e depois de pouco tempo, muitos abandonavam seus lotes.

Segundo Serzedelo Corrêa, diretor das Obras Públicas, Terras e Colonização, o principal motivo do êxodo de colonos devia-se aos agenciadores do “Estado Vizinho” que “vinham dentro da colônia” recrutar recursos humanos para trabalharem nos seringais. Por isso, em 1.º de janeiro de 1898, o número de colonos espanhóis estavam reduzidos a 145 e o de nordestinos 31. Logo, os lotes abandonados foram sendo ocupados por novos colonos.

Dessa forma, no fim daquele ano, o número de colonos havia aumentado para 634, sendo 326 espanhóis e 308 nordestinos. E no recenseamento de 1900, os números apontavam que o êxodo continuava, pois apesar dos lotes abandonados terem sido ocupados em 1898, conforme relatório do diretor das Obras Públicas, Terras e Colonização, registrou-se

um aumento de 145 para 326 entre colonos espanhóis. No ano do recenseamento, dois anos depois, conforme o quadro do censo (quadro 14), esse número havia caído para 248. Entre os nordestinos, em termos de êxodo, o recenseamento de 1900 apontou que houve estabilidade, pois em relação ao ano de 1898, o número manteve-se estável: 308 em 1898 e 310 no ano do censo.²⁰⁶

Quadro 14: Dados das colônias de Monte Alegre, segundo recenseamento de 1900

Nacionalidade	Família	Pessoa
Espanhóis	53	248
Nordestinos	57	310
Total	110	558

Fonte: CRUZ, Belém, 1958, p. 118

Em termos de procedência, até a década de 1930, os imigrantes de Monte Alegre haviam sido de origem espanhol e nordestino. Destes, de acordo com o recenseamento de 1902, apresentado no quadro 15 que se segue, a maioria procedia do Ceará. O número dos que vinham da Espanha era também significativo. Havia um certo equilíbrio em termos de números entre espanhóis e cearenses, como pode ser visto no quadro.

Quadro 15: Dados das colônias de Monte Alegre, segundo recenseamento de 1902

Origem	Família
Da Espanha	201
Do Ceará	258
Da Paraíba	50
Do Rio Grande	23
Total	532

Fonte: CRUZ, Belém, 1958, p. 119.

Apesar do esforço contínuo de introdução de novos colonos nas terras que iam sendo abandonadas, tudo indica que o êxodo não cessava. Pois em 1931, no Itauajuri, colônia de imigrantes espanhóis, não havia restado mais que 10 famílias.²⁰⁷ O primeiro administrador

²⁰⁶ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958. p. 119.

²⁰⁷ UENO, Kouji. "Jibun Shi". Monte Alegre, 2002, P.8.

das colônias de Monte Alegre foi Antônio Marcelino Cardoso Barata, que assumiu o cargo, em 1904. Mais tarde, em sua homenagem, a colônia agrícola de Itauajuri recebeu o seu nome, de Colônia Major Barata.²⁰⁸ Contudo, os moradores do município simplificariam o nome, chamando-o simplesmente como Menejó.²⁰⁹ Em seguida, o ministro da Agricultura Lyra Castro criou nas terras federais de Monte Alegre uma colônia agrícola para abrigar os nordestinos: a Colônia Inglês de Sousa, que localizava-se a 21 quilômetros da sede do município, na direção da serra Ererê. Em 1932, mais de 1.000 nordestinos viviam nesse núcleo.²¹⁰ Economicamente, a principal atividade da colônia era algodão.²¹¹

Os colonos japoneses começaram a povoar terras de Monte Alegre a partir de novembro de 1929.²¹² Eles eram em número de 20 imigrantes que haviam chegado ao Pará, em setembro do mesmo ano, contratados pela Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. A colônia dos japoneses, temática que de fato nos interessa, ficava distante cerca de 35 quilômetros da sede do município e denominou-se Mulata, em virtude do igarapé do mesmo nome que existia na sede da colônia. As terras que os imigrantes japoneses da Companhia Nipônica ocuparam haviam sido doadas pelo governo do Estado do Pará através da Lei n. 2.746, de 13 de novembro de 1928 e ocupava uma área de 400.000 mil hectares.²¹³ Inicialmente construíram-se estradas de 35 quilômetros. Em seguida, desmataram uma área de quase 130 hectares. Nela, ergueram prédios que faziam parte da infra-estrutura da sede da colônia, como escritório, residências, hospital, armazéns, usina elétrica, usina de beneficiamento de arroz e algodão, entre outros. Cultivaram principalmente algodão, tabaco, arroz, feijão, milho, hortaliças, entre outros. Na cidade, construíram a Hospedaria dos Imigrantes, contendo hospital em sua dependência.²¹⁴

Para Monte Alegre, a companhia nipônica projetava uma grandiosa empresa.²¹⁵ De acordo com suas previsões, em menos de dez anos, Mulata seria a maior referência de

²⁰⁸ BUARQUE, Manuel. Terras do Grão Pará – Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 25 de jun. 1932, p.3.

²⁰⁹ CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958. p. 117.

²¹⁰ BUARQUE, Manuel. Terras do Grão Pará – Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 25 de jun. 1932, p.3.

²¹¹ ALBUQUERQUE, Álvaro. Admirável, a fertilidade do solo de Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 15 ago. 1933, p. 3.

²¹² ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 172.

²¹³ Fonte: Arquivo Público do Pará. Coleção de Leis do Estado do Pará do ano de 1928. Pará-Brasil: Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, pp. 82-88.

²¹⁴ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MILHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

²¹⁵ A principal fonte que utilizei para traçar o perfil do projeto da companhia para Monte Alegre foi a Lei 2.746, principalmente do Art. 2º que trata de direitos da concessionária.

fibras de algodão vegetal do tipo mocó²¹⁶ do mundo. Toneladas dessa mercadoria passariam a ser produzida com o capital, técnica e recurso humano japonês. Para esse fim, milhares de imigrantes seriam transplantados para esse local, inundando de nipônicos aquela fronteira da Amazônia. Ao lado do algodão, a cultura de tabaco e o seu beneficiamento sob o método *sistema americano*²¹⁷ seriam fundamentos da economia de Mulata. Em termos de lavoura, a previsão não era do tipo monocultora. Algodão e tabaco foram eleitos como fundamentais, mas uma variedade de produtos foi selecionado para serem cultivadas, como arroz, feijão, milho, entre outros, que acabariam sendo consumidos pelo sedento mercado japonês, alimentando diversas manufaturas e indústrias têxteis, uma das alavancas do desenvolvimento do capitalismo no Japão após a Reforma Meiji (1868), ao lado da indústria naval, de aço e de ferro.

A lavoura não era a única atividade econômica que a companhia pretendia explorar em Monte Alegre. Em 1926, quando a Missão Científica Japonesa veio para selecionar terras no Estado do Pará com o intuito de instalar a colônia de imigrantes, a equipe da missão fez escala em New York para fazer uma pesquisa bibliográfica sobre a Amazônia, na Biblioteca municipal daquela cidade, bastante conceituada na época como sendo detentora de mais completo acervo sobre esse assunto. Durante quase um mês de pesquisa, a equipe havia encontrado informações sobre a existência de minério de ferro em Monte Alegre. Nesse sentido, a exploração desse minério também fazia parte da empresa que pretendia desenvolver naquele município. Além disso, a extração e exportação de madeira também faziam parte dessa empresa que pretendia ser auspiciosa. Para escoar tamanha riqueza auferida naquela fronteira da Amazônia, a projeção da companhia era construir ferrovia até cidade de Prainha, situada na margem esquerda do rio Amazonas, onde se intencionava construir porto com capacidade para navios de até 10.000 mil toneladas, uma vez que o rio Gurupatuba que banha Monte Alegre era de pouca profundidade, estreito e impróprio para navegação de grande porte.

De acordo com os planos da companhia nipônica, a efetivação dessa audaciosa empresa projetada para aquela fronteira do oeste paraense, por medida cautelar, foi dividida em duas etapas. Na primeira fase que deveria durar menos de cinco anos seria de experimentação. Ao vencer essa etapa que se esperava ser bem sucedida, o plano era pôr em

²¹⁶ Algodão tipo mocó é variedade de algodão nordestina, apropriada para a indústria de tecelagem por ser muito comprido e ter fibras sedosas. A companhia nipônica elegeu esta variedade para ser produzida em Monte Alegre.

²¹⁷ Tabaco sistema americano diferenciava-se do tabaco de corda que era produzida em Monte Alegre na época. No segundo depois da folha terem sido secos ao vento eram enrolados em forma de corda. No primeiro as folhas eram ressecadas em uma máquina compressora de temperatura elevada para obter uma cor amarelada, com o qual era produzido o cigarro.

execução todo projeto que estava na prancheta. O segundo momento seria caracterizado como etapa de pesado investimento infra-estrutural. Construção de fábricas, instalação de equipamentos pesados, abertura de ferrovias e construção do porto em Prainha eram obras previstas para esse momento, além de milhares de imigrantes que passariam a singrar os mares numa corrente migratória para povoar e transformar aquela fronteira da Amazônia, através da lavoura, em “celeiro do mundo” como anunciou a imprensa paraense, em janeiro de 1932.²¹⁸

Mulata nunca conheceu além da fase experimental. Em 1935, a empresa prevista para Monte Alegre foi abandonada na prancheta. Tudo o que havia construído ali até então foi deixado para trás, simplesmente abandonando. Não obstante entusiasmo dos primeiros anos, os projetos econômicos malograram. As experiências com o algodão não surtiram efeito positivo devido não ter conseguido produzir espécie com fibra longa. A mesma sina foi experimentada pelo tabaco. O problema do tabaco estava na secagem. O sistema americano que pretendiam produzir, consistia na secagem da folha em uma máquina compressora de temperatura elevada para que adquirisse cor amarelada, apropriada para a produção de cigarro. Várias tentativas se sucederam. Trouxeram equipamentos do Japão e contrataram especialistas do ramo como de Toshio Owada,²¹⁹ mas em nenhuma das tentativas a folha do tabaco de Monte Alegre ficou com a textura amarelada. Enquanto o futuro ainda era uma promessa, Mulata viveu em função desse destino vindouro e promissor. Em 1935, esse futuro malograria, mas até então muito se fez em seu nome. Nesse ano, a Companhia Nipônica decidiu cancelar o projeto da colonização de Monte Alegre.

Em 1931, um grupo de aproximadamente 32 imigrantes formado somente de homens solteiros na idade entre 19 a 30 anos chegou em Monte Alegre para formar uma colônia na localidade denominada Limoeiro, situado a 18 quilômetros da sede do município. A experiência não durou um ano. Em menos de quatro meses, o grupo foi desfeito em virtude do conflito interno. Muitos retornaram à pátria de origem. Outros que decidiram permanecer no Brasil optaram por Tomé-Açú, Belém e São Paulo. Já aqueles que se mantiveram em Monte Alegre foram poucos, inicialmente em número de nove. Mas, aos poucos, foram partindo para outras partes do Brasil. Assim, em 1939, havia restado apenas três. Em 1946,

²¹⁸ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

²¹⁹ Toshio Owada era engenheiro especialista em produção de fumo na província de Home do Japão.

sete anos mais tarde, apenas um imigrante desse grupo continuava em Monte Alegre.²²⁰ A origem desse grupo de imigrantes está ligada ao nome de Takami Gotanda.²²¹ Como cristão, ele era membro da congregação da Igreja Cristã de Osaka. Ali ele aprendeu o português e, na década de 1920, servia como secretário e intérprete no Consulado Geral do Japão de Ribeirão Preto, em São Paulo. Em novembro de 1928, esteve na capital paraense como intérprete do Hachiro Fukuhara. Em janeiro de 1929, retornou ao Japão com o objetivo de formar grupo de imigrantes composto de jovens para atuarem como intérpretes e líderes nas colônias de imigrantes japoneses, que estavam sendo formadas na Amazônia.²²² Quanto aos recursos para financiar o seu projeto, pretendia recorrer ao governo, pois como na época havia incentivo à imigração por parte do Estado, ele acreditava que não teria dificuldades para conseguir financiamento. Nesse sentido, procurou o Ministério dos Assuntos da Colonização, obtendo compromisso de apoio ao seu projeto. Assegurando-se de que poderia contar com o apoio governamental, fundou em Osaka, junto à Igreja cristã daquela província, a Osaka YMCA²²³ Kaigai Kyokai (Associação Ultramarina da YMCA de Osaka), espécie de comissão executiva para a formação do grupo de jovens que estivessem dispostos a migrar para a Amazônia.

A prática dos núcleos coloniais dos imigrantes japoneses possuírem líderes parece ter sido uma prática bastante disseminada entre os imigrantes japoneses de São Paulo, como observou Tsuguio Shindo a respeito: “em todas as regiões em que se formava um núcleo de colonização sempre havia um líder”.²²⁴ Dessa maneira, tudo indica que Katami Gotanda se inspirou na experiência de São Paulo para construir o seu projeto, pois conhecia a experiência por convivência nos anos que trabalhou no Consulado Geral do Japão de Ribeirão Preto. Ao que parece, o projeto não surtiu o efeito esperado no primeiro momento, pois ele só conseguiu formar o grupo de imigrantes depois de um ano, em maio de 1930.

A adesão do Renkichi Hiraga teve peso considerável a favor do projeto, pois ele era membro da aristocracia empresarial da província de Osaka e filho de Bin Hiraga, um dos diretores da Kanebo que havia participado, em agosto de 1928, da comissão executiva que

²²⁰ UENO, Kouji. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002.

²²¹ Katami Gotanda era funcionário do Consulado Geral do Japão no Ribeirão Preto em 1928. Em novembro deste ano esteve em Belém do Pará como intérprete do Hachiro Fukuhara. No início de 1929 retornou ao Japão para, em Osaka, organizar um grupo de jovens para atua na Amazônia. Em 1930, organizou em Osaka, com a colaboração de Renkichi Hiraga, agrônomo, um grupo denominado Amazon Kaitaku Seinen Dan. Em julho de 1931 chegaria à Monte Alegre com 32 imigrantes solteiros. Em outubro deste mesmo ano o grupo se dissolveu em virtude do conflito interno. Katami Gotanda regressaria para a terra de sua origem

²²² ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 52.

²²³ YMCA – Young Men’s Christian Assocoatin (Associação Cristã de Jovens).

²²⁴ Tsuguio Shindo. “Brasil e Japão: os 100 anos de Tratado de Amizade”. São Paulo: associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1998, p. 32.

fundou a Nantaku. Graduado como engenheiro florestal pela faculdade de Agronomia da Universidade Imperial de Tokyo, popularmente conhecido como Teidai, Renkichi Hiraga havia completado um ano de serviço militar e atuado como assessor no Ministério de Florestamento. Em 1930, quando conheceu o projeto do Katami Gotanda, tinha 28 anos e atuava no Departamento Florestal da prefeitura de Osaka.²²⁵ De origem aristocrática e educação refinada, ele era um homem de ideais românticos e patrióticos. Considerava que a educação dos jovens era fundamental porque, segundo ele, os jovens eram o futuro da nação. Assim, concebia que ao educar os jovens, estaria contribuindo para a grandeza da pátria. Em 1965, com 63 anos, ao ser entrevistado em Tomé-Açú, ele disse que tomou a decisão de migrar para a Amazônia com o grupo da Amazon Kaitaku Seinen Dan, motivado pela idéia de “transformar a terra inóspita da Amazônia em terra habitável para o povo japonês” que, segundo ele, vivia “comprimido num minúsculo arquipélago”.²²⁶ Em virtude dessa sua concepção romântica e patriótica, ao tomar conhecimento do projeto de Katami Gotanda, por intermédio de seu pai, ele sentiu-se atraído e decidiu abraçar o seu projeto. Aceitando o convite, assumiu o posto de assessor daquele que idealizou o projeto, mas a sua principal função seria atuar como instrutor dos jovens, transmitindo conhecimentos sobre a agricultura tropical.

Em maio de 1930, a Associação Ultramarina da YMCA de Osaka formou a Amazon Kaitaku Seinen Dan (Associação de Jovens para o Desenvolvimento da Amazônia), nome dado ao grupo de imigrantes com idade entre 19 a 30 anos que atendendo ao chamado, aderiram ao projeto. Com divulgação na imprensa de alcance nacional, nos jornais como de Mainichi Shinbun e Osaka Asahi Shinbun,²²⁷ a associação conseguiu recrutar cerca de 70 jovens provenientes de todo o território do Japão.²²⁸ A estrutura da Amazon Kaitaku Seinen Dan era simples. Era formada pelo líder do grupo, Katami Gotanda, pelo seu assessor Renkichi Hiraga, e pelos membros formados por 70 jovens inscritos. Financeiramente, a única fonte de receita do grupo era 25 ienes de matrícula e 500 ienes de taxa que foi cobrado de cada um dos jovens que se inscreveu no projeto. Conforme o plano, o grupo deveria ficar confinado em um determinado local por um ano, recebendo instruções consideradas

²²⁵ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 52.

²²⁶ TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 71.

²²⁷ A facilidade com que conseguiram o apoio da imprensa para a divulgação do projeto, foi em virtude do interesse público sobre o assunto que existia na época. Em maio de 1931 quando o grupo partiu do porto de Kobe, um repórter do jornal Mainichi Shinbun acompanhou até Monte Alegre documentando a sua façanha. De retorno ao Japão, a imprensa divulgou a matéria sobre a história deste grupo de imigrantes.

²²⁸ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 52.

fundamentais para o sucesso dele. Depois desse período, chegaria o momento derradeiro que era a partida para a Amazônia. De acordo com a proposta inicial, a colônia de assentamento na Amazônia era na proximidade da capital paraense, apesar de não dizer especificamente onde.

A instalação em que o grupo ficou confinado por um ano era bastante precária. Kouji Ueno, um dos 70 jovens que se inscreveu nesse projeto, conta que a casa à margem do rio Yodo, em Osaka, onde o grupo ficou internado era bastante velha, com aparência de abandono. Foi nesse local que o grupo ficou confinado por um ano recebendo instruções até a partida. As instruções consistiam no estudo da Língua Portuguesa, noções da História, Geografia do Brasil e da Cultura Brasileira, disciplinas ministradas por Katami Gotanda. Já as instruções referentes ao clima e agricultura tropical foram ministradas por Renkichi Hiraga. O dia era dividido em duas partes, pela manhã, aula teórica em um compartimento da casa; e pela tarde, a partir de 13:00 horas, aulas práticas de técnicas agrícolas à proximidade do rio Kansaki.

Quando o grupo foi constituído, em maio de 1930, de acordo com o plano original apresentado pelo seu proponente, o destino do grupo na Amazônia foi para um sítio localizado em algum lugar próximo da capital paraense, lugar de fácil acesso ao centro urbano. Contudo, à véspera da partida, por meio do seu líder, o grupo ficou sabendo que o destino na Amazônia não seria mais o que havia sido combinado, mas Monte Alegre, município situado no oeste do Pará. A mudança do plano original, segundo Katami Gotanda, aconteceu em virtude do aconselhamento recebido de Hachiro Fukuhara, que considerou Monte Alegre mais vantajoso para o que estava se propondo, pois para esse município, a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. estava planejando uma grande colônia de imigrantes. Por outro lado, Hachiro Fukuhara consentiu ao grupo que se instalassem sem ônus no Limoeiro e Santa Rosa, propriedades pessoais do presidente da Companhia Nipônica, em Monte Alegre.²²⁹ A mudança do destino do grupo na Amazônia, mais tarde, tornar-se-ia principal motivo de conflito entre os membros, resultando na sua dissolução (informação verbal).²³⁰

Em 19 de maio de 1931, eles partiram do porto da cidade de Kobe²³¹ a bordo de “Rio de Janeiro Maru”. O grupo era constituído de 37 pessoas: 32 jovens formandos, Takami Gotanda, sua esposa com uma filha menor de cinco anos, Renkichi Hiraga e sua esposa e um repórter do jornal “Mainichi Shinbun” acompanhou a comitiva até o destino final para

²²⁹ UENO, Kouji. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002, P.6.

²³⁰ Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27 nov. 2005.

²³¹ Kobe é cidade portuária do Japão. Na época da imigração, o porto desta cidade era um dos pontos de embarque dos imigrantes. O outro ficava na cidade de Yokohama.

documentar a sua façanha. Do porto de origem até o destino final, o tempo de duração da viagem foi de dois meses. Em Monte Alegre chegaram no dia 19 de julho do mesmo ano.²³² No cais da cidade foram recepcionados por Paulo Hideo Nakano, superintendente da Mulata, Arnóbio Franco, prefeito do município e multidão de curiosos que estavam no trapiche para assistir o desembarque de novos e curiosos habitantes da terra do Gurupatuba. Inicialmente o grupo foi alojado na Hospedaria dos Imigrantes da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., situada na sede do município.

A gleba de Limoeiro, situada à margem esquerda da estrada da Mulata, distante 18 quilômetros da cidade, foi o destino final desse grupo. Finalmente haviam chegado ao local da colonização. Para os 32 imigrantes, estar ali, era como se fosse a concretização de um projeto que tinha iniciado em maio de 1930, quando se reuniram naquela velha casa ao lado do rio Yodo em Osaka. No Limoeiro, construíram um abrigo provisório, uma cabana de 20 metros, revestido de madeiras que foram extraídas no local. A cobertura era de palmas. Nela, o grupo passou a habitar coletivamente. Cavaram também um poço para provir de água potável. Em seguida, iniciaram os preparativos para cultivarem o arroz, o que consumia a energia do grupo diariamente.²³³

A equipe estabeleceu o posto de apoio na Hospedaria dos Imigrantes da cidade, onde também funcionava um hospital. Katami Gotanda, o líder do grupo, comandava tudo desse ponto. A sua família e a esposa do Renkichi Hiraga também permaneceu na hospedaria. Kouji Ueno, um dos mais jovens do grupo, de 19 anos, foi destacado como auxiliar do líder. Entre outras funções, cabia a ele transportar diariamente os alimentos que eram adquiridos na cidade para o grupo no Limoeiro. Desde o momento da chegada, os jovens não ficaram satisfeitos com a colônia. O problema consistia na sua localização, pois ao contrário do que havia sido combinado originalmente, Monte Alegre ficava muito distante da capital paraense. Desse modo, considerando o local inóspito, propunham para que fosse retomado o plano original, transferindo-se para a proximidade de Belém. O falecimento de um dos membros chamado Kousuke Inamochi, vitimado pela malária maligna no barracão do Limoeiro acentuou ainda mais a tensão. Outros japoneses foram contraindo sucessivamente a doença e eram transferidos para a Hospedaria dos Imigrantes na cidade, onde eram assistidos por Arnóbio Franco, médico e prefeito do município.

²³² UENO, Kouji. "Jibun Shi". Monte Alegre, 2002, P.7.

²³³ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 59.

O tratamento consistia na ingestão de Quinino, um pó amargo que provocava efeitos danosos no fígado, provocando até a morte quando ingerido excessivamente. Algumas vítimas da malária eram transportadas para o hospital da Mulata onde eram assistidas pelo médico japonês Yoshio Toda. Segundo depoimento do protagonista, a febre cedia depois de uma semana, porém, devido profundo desgaste físico, as vítimas, totalmente enfraquecidas, só conseguiam voltar próximo da normalidade somente depois de quase um mês, os mais enfraquecidos só conseguiam recuperar-se depois de quatro meses.

Quando a primeira vítima fatal contraiu a doença, estando diante de uma doença ignorada, tanto a vítima como o grupo não tinham noção de sua gravidade. Quando, a partir de sintomas perceberam que estavam diante de uma coisa desconhecida e muito séria, buscaram o auxílio do médico japonês em Mulata, contudo, como a vítima estava na fase terminal, nada puderam fazer para acudi-lo. Os mais velhos do grupo foram os que mais desfecharam ataque ao Katami Gotanda, que era responsabilizado pela desgraça que abateu o grupo por ter conduzido para aquele local inóspito, mudando o plano original. Nesse clima de tensão, muitos passaram a exigir a devolução da parte do dinheiro que lhe cabia porque não pretendiam mais permanecer naquele local. Em meio a muita tensão, o líder do grupo, cedendo às pressões, decidiu abandonar o projeto. Convocou todos para uma reunião na Hospedaria dos Imigrantes e anunciou a dissolução do grupo. Em seguida, fazendo o balanço das despesas, o que restou do fundo de reserva, ressarcia cada integrante e partiu de retorno ao Japão no primeiro navio que aportou. A maior parte do grupo também fez o mesmo, deixando para trás frustrante experiência que havia iniciado um pouco mais de um ano. Parte do grupo que decidiu permanecer no Brasil optou por São Paulo. Já outros, em número de nove, preferiram continuar em Monte Alegre. Entretanto, estes se mantiveram por um curto período no Limoeiro. Em menos de um ano, cinco desistiram e partiram para Belém e para Tomé-Açú.²³⁴

Quando o grupo foi dissolvido, Renkichi Hiraga estabeleceu-se na gleba Santo Rosa, situada ao lado do Limoeiro, iniciando ali a criação do gado. Em 1932, Hideo Kondou, Kouji Ueno e Setsuo Manabe deixaram para trás o Limoeiro para se juntarem a Renkichi Hiraga, em Santa Rosa. Alguns anos depois, em virtude do enfraquecimento imunológico provocado pela malária, Setsuo Manabe não conseguiu resistir e faleceu quando adquiriu problemas renais. Em 1935, Kouji Ueno adquiriu terreno na Menejó, situado 10 quilômetros da cidade, tornando-se independente. Ele sobreviveu cultivando banana e produzindo tabaco

²³⁴ UENO, Kouji. "Jibun Shi". Monte Alegre, 2002.

de corda. O produto era transportado para a cidade em um carro de boi. Em 26 de setembro de 1936, Kouji Ueno contraiu matrimônio com a filha do imigrante espanhol de Menejó.

Em 1939, convidado por Mitsuyo Maeda²³⁵, Renkichi Hiraga deixou Monte Alegre para trás para assumir a coordenação da colônia de Tomé-Açú, no Acará. Com isso Hideo Kondou acabou herdando a fazenda do gado de Santa Rosa. Em 1946, depois da Segunda Guerra Mundial, Hideo Kondou decidiu deixar Monte Alegre para se radicar em Tomé-Açú. Desse modo, a partir desse ano, Kouji Ueno tornar-se-ia em único remanescente da Amazon Kaitaku Seinen Dan de Monte Alegre.²³⁶

O quadro 16, apresenta o número de imigrantes japoneses da Colônia Mulata e da Colônia Limoeiro. Os anos indicados no quadro correspondem ao da fundação das colônias.

237

Quadro 16: Número de imigrantes de Mulata e do Limoeiro

ANO	COLÔNIA	NÚMERO		SOLTEIRO	CRIANÇA	FAIXA ETÁRIA	TOTAL	
		FAMÍLIA	PESSOA				FAMÍLIA	INDIVÍDUO
1929	MULATA	5	20	7			5	20
1931	LIMOEIRO	2	37	32	1	19 – 30	2	37
TOTAL		7	57	39	1		7	57

Fonte: Tabela construído pelo autor a partir de informações coletadas durante a pesquisa em fontes variadas, tanto escrita como em entrevistas

Construiu-se esse quadro para que se tivesse uma melhor visualização numérica dos imigrantes que ingressaram nas duas colônias de Monte Alegre, a Mulata e o Limoeiro. Nele, está indicado o ano da fundação das colônias, número de famílias e de pessoas em cada uma das colônias, quantidade de solteiros e de crianças, faixa etária e total de famílias e de indivíduos. Há lacunas de informações como no número de crianças e faixa etária dos colonos da Mulata. Elas ficaram em aberto porque não se conseguiu obter esses dados durante o tempo de execução deste trabalho.

3.2 SUÍÇA DA AMAZÔNIA

Conhecida por seus moradores como Suíça da Amazônia em virtude do clima ameno,²³⁸ Monte Alegre fica localizada no Oeste do Estado do Pará à margem esquerda do

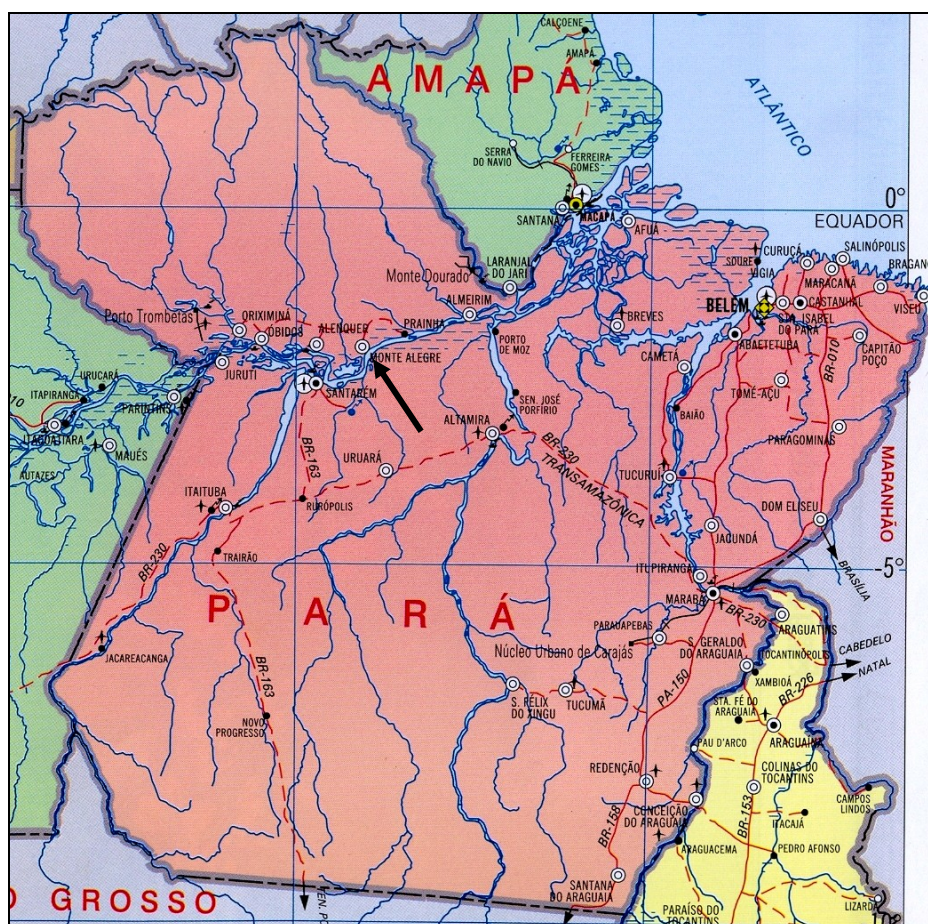
²³⁵ Mitsuyo Maeda havia sido um dos diretores da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A. Depois da falência da companhia, ele continuou atuando como um administrador da Colônia Tomé-Açú. Na sociedade paraense, ele era mais conhecido como Conde Koma.

²³⁶ Passim.

²³⁷ UENO, Kouji. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002, P.10.

Rio Amazonas. O município limita-se ao Norte com Óbidos, Leste com Prainha e Almerim, Oeste com Alenquer, e Sul com Santarém. A sua superfície é de 26.662 Km².²³⁹ Fica a 623 quilômetros da capital paraense em linha reta, e 457 milhas da cidade de Belém.²⁴⁰ Em termos de população, em 1931, estimava-se que não era significativa, já que na cidade existia apenas em torno de 500 casas no máximo.²⁴¹

Mapa 1: Localização de Monte Alegre



Fonte: Atlas geográfico escolar / IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, p. 163

A cidade fica na margem esquerda do Rio Gurupatuba, na fralda da serra, e acha-se formada de duas partes, a baixa e a alta. Esta, situada acima da serra é como se fosse o santuário da cidade, onde fica a Igreja matriz de São Francisco de Assis, santo padroeiro da cidade que rende homenagem sempre a cada 4 de outubro. O Convento dos franciscanos, o

²³⁸ BUARQUE, Manuel. Terras do Grão Pará – Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 25 de jun. 1932, p.3.

²³⁹ TURISMO. In: *MONTE ALEGRE do Governo do Estado do Pará – Pará é Amazônia on line*. Disponível em: < <http://www.cdpara.pa.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2005.

²⁴⁰ TURISMO. In: *MONTE ALEGRE do Governo do Estado do Pará – Pará é Amazônia on line*. Disponível em: < <http://www.cdpara.pa.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2005.

²⁴¹ Kouji Ueno. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002, p. 8.

colégio das irmãs clarissas e algumas casas comerciais faziam parte do complexo da cidade alta na década de trinta, além do mirante natural da Praça da Matriz, em frente à Igreja de São Francisco, que proporciona inigualável visão do rio Amazonas. O cemitério Santa Luzia, fica na parte simbólica da cidade e possui cerca de um quilômetro da Igreja da Matriz. O caminho que liga as duas partes da cidade, a alta e a baixa, fica sob a encosta da serra e é bastante íngreme, o que lembra a via sacra. A parte baixa que fica situada na fralda da serra parece pertencer ao mundo profano. Em 1931, havia quatro bairros, cada um com menos de 20 casas. O ponto mais importante é o Paço da prefeitura, o qual é situado na Praça Tiradentes, onde fica a sede da administração do poder profano. A Igreja, a coletora federal e estadual, a agência do Banco Ultramarino, a agência postal e o Grupo Escolar Doutor Gama Malcher faziam parte do complexo desse Paço. Em termos de estabelecimento comercial, eram 15, ao todo, entre os quais, os mais importantes eram duas padarias, uma sapataria, uma farmácia, uma pensão.²⁴² No alto de uma pequena colina se destacava a Capela de Santa Luzia, espécie de santuário no meio do mundo profano a lembrar sempre das obrigações religiosas dos seus fiéis. A Cachoeira do Açu das Pedras, conhecida popularmente como Fonte do Chroró, cuja queda d'água no meio da floresta que despenca do alto do paredão rochoso da encosta da serra, é a fonte de água mineral de onde os moradores se servem, de onde suas mulheres transportam água em pote sobre suas cabeças. No litoral, fica o Mercado Municipal, a ponte de desembarque e o trapiche, no qual, nas primeiras horas do dia, são vistas inúmeras canoas de pescadores que se enfileiram no cais, próximo ao Mercado Municipal, para venderem o peixe.

O posto de telégrafo e usina de luz movida à caldeira de lenha eram os únicos sinais de progresso e civilização nessa terra abençoada por São Francisco de Assis.²⁴³ A lenha para a usina de luz era transportada num carro de boi e gerava uma energia bastante fraca de menos de 20 kw e, às 9 horas da noite, era desligada. Na década de 1930, a sede do município que tinha duas praças, uma em cada parte, alta e a baixa, possuía, ao todo, entre 300 a 500 casas residenciais. A modesta população da cidade não conseguia consumir um boi em um dia. Em termos de meio de transporte motorizado havia apenas um caminhão velho da prefeitura. Automóvel, motocicleta e bicicleta eram inexistentes. O carro de boi era o único meio de transporte para transportar cargas.²⁴⁴

²⁴² Kuoji Ueno. *História de Minha Vida*. Monte Alegre, 2005, p.22.

²⁴³ BUARQUE, Manuel. Terras do Grão Pará – Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 25 de jun. 1932, p.3.

²⁴⁴ Kouji Ueno. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002, p. 7-8; Id., “História de Minha Vida”. Monte Alegre, 2005, p. 10.

Inicialmente, no local da cidade, viviam os índios Gurupatuba. Os missionários da ordem dos franciscanos chegaram ao local por volta de meado do século XVII e, em algum momento entre 1639 a 1755, os frades da Piedade fundaram a aldeia Gurupatuba da freguesia de São Francisco de Assis. Em virtude da lei de 6 de Junho de 1755,²⁴⁵ no dia 27 de fevereiro de 1758, a aldeia em questão foi elevada à categoria de Vila, pelo capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado,²⁴⁶ recebendo o nome de Monte Alegre, em alusão a uma vila situada ao norte de Portugal. Em 1880 a vila foi elevada à categoria de cidade.

3.3 COLONIZAÇÃO DOS JAPONES EM MONTE ALEGRE NA DÉCADA DE 1950

Na década de cinquenta, Monte Alegre foi o cenário da nova experiência de colonização japonesa. De 1953 a 1955, cerca de 810 imigrantes, de 126 famílias fundaram o núcleo de colonização no município. A área ocupada por esses colonos era a mesma que pertencera à Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., acrescida de 56.000 mil hectares, perfazendo um total de 465.000 mil hectares (informação verbal).²⁴⁷ Na sua fundação, a colônia japonesa de Monte Alegre possuía dois núcleos, denominados Açaizal e Dois Galhos. O primeiro ficava situado a 30 quilômetros da sede do município, e o segundo, a 40 quilômetros do mesmo referencial. Em Açaizal, conforme é visto no quadro 17 (pág. 90), viviam cerca de 67 famílias de colonos, cada uma delas, ocupando lotes com tamanho equivalente a 300 metros de frente e um quilômetro de fundo. As 55 famílias de imigrantes de Dois Galhos ocupavam lotes de dimensões maiores. Neste, cada família ocupava lote de 500 metros de frente e dois quilômetros de fundo. Quanto à distribuição dos lotes, o critério utilizado foi o de sorteio. Mais tarde, além do Açaizal e Dois Galhos, surgiu um terceiro núcleo de povoamento que se denominou Açucena. Este resultou da migração de 16 famílias de Açaizal e o novo núcleo estava situado na altura do quilômetro 33. Desse modo, geograficamente, na colônia japonesa de Monte Alegre, os colonos não se encontravam reunidos em um único espaço. Estavam divididos em três núcleos distintos de povoamento, situados dentro do limite de 465.000 mil hectares, separados um do outro pela floresta, mas interligados pela estrada (informação verbal).²⁴⁸

²⁴⁵ MUNIZ, João de Palma. Colonização e Imigração no Estado do Grã-Pará 1616-1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

²⁴⁶ MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.51.

²⁴⁷ Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27 nov. 2005.

²⁴⁸ Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27 nov. 2005.

A estrada da Mulata que possuía cerca de 60 quilômetros de extensão era a única e principal via de acesso entre a colônia e a sede do município. Desse referencial, a mencionada estrada estendia-se na direção do Nordeste. A colônia ficava situada na parte final dessa estrada, entre o quilômetro 30 e 60. O seu nome era Mulata porque foi construída pelos imigrantes de 1929 que a fundaram e também era chamada como Estrada do Japonês. Quando a colônia de Dois Galhos foi fundada, em 1955, uma estrada de 20 quilômetros foi construída a partir de Mulata. Nessa época, a antiga estrada passou a ser conhecida como estrada de Dois Galhos.²⁴⁹

Salienta-se que as 126 famílias de colonos não desembarcaram em um grupo do trapiche da cidade de Monte Alegre. Elas chegaram em quatro grupos e em épocas diferentes, como pode-se observar no quadro a seguir, o qual mostra o número de famílias e de pessoas na ordem de chegada e de colônias que foram assentadas. As três famílias que aparecem no quadro vieram de Belterra separada das 55 que foram remanejados em maio de 1955. Os dois números finais do quadro correspondem aos funcionários do Kotaro Tsuji, agenciador da imigração. Um deles era Kouji Ueno que já residia em Monte Alegre, desde 1931. O outro é Kumekichi Ishiguro que veio transferido de Óbidos em agosto de 1953 para auxiliar o primeiro na obra de infra-estrutura.

Quadro 17: Número de imigrantes japoneses de Monte Alegre

ANO	NÚCLEO COLONIAL	NÚMERO	
		FAMÍLIA	PESSOA
07/09/1953	AÇAIZAL	23	160
12/07/1954	AÇAIZAL	20	120
08/11/1954	AÇAIZAL	23	146
Mai/1955	DOIS GALHOS	55	358
Abril/1955	DOIS GALHOS	3	24
Agosto/1953	AÇAIZAL	1	1
19/07/1931	MENEJÓ	1	1
TOTAL		126	810

Fonte: UENO, “Jibun Shi” – autobiografia –, Monte Alegre/PA, 2002, pp.16-19

Em Açaizal, assentaram as famílias que chegaram nas três primeiras levas, entre setembro de 1953 a novembro de 1954. Dois Galhos foi formada pelas famílias que vieram remanejadas de Fordlândia e de Belterra, Distritos de Santarém.²⁵⁰ As 55 famílias que fundaram a Colônia de Dois Galhos vieram expulsas de Fordlândia e Belterra. Elas haviam

²⁴⁹ Sobre significado das ruas e estradas, ver: RIO, João do. A Alma Encantadora das Ruas. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

²⁵⁰ UENO, Kouji. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002, p. 16.

chegado ao porto da capital paraense em 6 de abril de 1955, com contrato de cinco anos de trabalho assalariado nessas fazendas. Entretanto, em Belém, foram notificadas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia, agência local de imigração, uma vez que não poderiam seguir até o destino previsto porque os imigrantes japoneses daquelas fazendas haviam acabado de receber determinações do ministro da Agricultura, no sentido de imediata debandada do local. Ao serem notificados do fato, os imigrantes permaneceram durante três dias a bordo do Amerika Maru, transatlântico com o qual haviam singrado os mares e que se encontrava em ferro na baía do Guajará. Depois de muita discussão, decidiram dirigir-se ao destino previsto, e lá tomar alguma resolução.

Cumprе ressaltar que a mãe deste pesquisador fazia parte desse grupo de imigrantes e escreveu em seu diário que o momento foi de grande apreensão, pois não havia como repatriar novamente. Ela nasceu em Manchúria, em 1918. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi para o Japão sendo acolhida pelos familiares do seu pai, da Província de Yamaguchi. No país destruído pela guerra, os nove anos que lá viveu foi de grande dificuldade. Foi nesse quadro que, ao tomar conhecimento que a prefeitura da província estava recrutando imigrantes para o Brasil, decidiu inscrever-se. O quadro 18, demonstra a quantidade de famílias e pessoas que foram introduzidas em Fordlândia e Belterra em três grupos, entre o final de 1954 e início de 1955. O último grupo da tabela, que chegou em abril de 1955, ficou alojado por três semanas em uma escola, depois do qual, foi transferido para Monte Alegre.

Quadro 18: Imigrantes japoneses introduzidos em Fordlândia e Belterra entre 1954 a 1955

ANO DA CHEGADA	FORDLÂNDIA		BELTERRA	
	FAMÍLIA	PESSOA	FAMÍLIA	PESSOA
Dezembro/1954	6	27		
25/01/1955			61	390
06/04/1955	16	105	39	253
TOTAL	22	132	100	643

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, Belém, 1999, p. 171

Em 13 de abril, essas famílias chegaram a Fordlândia e Belterra e juntaram-se com as que já se encontravam no local, desde dezembro de 1954. Passadas três semanas de intenso debate e polêmica, decidiram pela redistribuição de todas elas nas colônias já

existentes na Amazônia, ficando as 55 famílias que tinham acabado de chegar, com destino a Monte Alegre.²⁵¹

No quadro 19, pode-se verificar as colônias para as quais os imigrantes de Fordlândia e Belterra foram remanejados. Nele está indicado o nome da colônia, sua localização nos estados, o número de famílias e de pessoas. As 15 famílias que aparecem indicadas no quadro transferidas para Mazagão no Amapá, foram até o local, mas em um mês solicitaram para que fossem transferidas. Assim, elas foram asentadas na colônia do Guamá, no Distrito de Caraparú, no Pará. O motivo para a transferência foram as condições do local, pois além de ficar 65 quilômetros rio acima pelo Rio Amazonas a partir da cidade de Macapá, a referida colônia ficava em uma ilha coberta de floresta que na época das chuvas ficava submersa, formando uma imensa várzea.

Quadro 19: Remanejamento de imigrantes de Fordlandia e Belterra – maio de 1955

Colônia	Estado	Número de famílias	Número de pessoas
Dois Galhos	Pará-Monte Alegre	55	385
Arredores de Belém	Pará	21	127
Mazagão	Amapá	15	101
Taiano	Roraima	12	71
Santarém	Pará	7	43
Alenquer	Pará	5	36
Tomé-Açú	Pará	4	26
Fazenda Ipeçaba	Amazonas	3	23
Total		122	812

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, Belém, 1999, p.171

Historicamente, em novembro de 1926, o empresário norte-americano Henry Ford, realizou um enorme investimento no município de Santarém, no oeste do Estado do Pará. Fundou duas fazendas denominadas Fordlândia e Belterra, cultivando nesses locais seringueiras, cerca de 1.600.000 e 2.4000.000 pés, respectivamente. Em 1946, em virtude de motivos relacionados com a doença de fungos,²⁵² ele desistiu do empreendimento e vendeu-as por um preço simbólico para o governo brasileiro. Desde então, a administração das referidas fazendas ficou a cargo do Instituto de Pesquisa Agrária do Norte (atual Embrapa), autarquia subordinada ao ministério da Agricultura. Em 1954, a Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia estabeleceu acordo com o Instituto de Pesquisa Agrária do Norte com o objetivo de introduzir os imigrantes japoneses em tais fazendas como trabalhadores

²⁵¹ ISHIZU, Fumiko. *Diário de 1955*. Belém-Pará: 1955. p. 66.

²⁵² DEAN, Warren. *A Luta Pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Livraria Nobre, 1989.

assalariados, mediante assinatura de um contrato de cinco anos. Segundo versão dos memorialistas, a retaliação foi a principal motivação do episódio de abril de 1955, em Fordlândia e em Belterra.

De acordo com os depoimentos, o ministro tomou essa medida drástica em expulsar os imigrantes das antigas fazendas do Henry Ford, sustentado no argumento de que a defesa do trabalho de trabalhadores nacionais do local, ameaçado pela presença estrangeira, era a missão do Estado.²⁵³

Nos primeiros dias de abril de 1955, Belterra foi cenário de um crime passional: Massuo Tsukushima praticou fratricídio ceifando a vida de seu irmão mais velho.²⁵⁴ Contam que os irmãos mantinham relações tensas desde suas partidas do Japão, fato motivado pelo casamento do falecido, o qual se casara com a namorada do irmão por determinação de seus pais. Era costume entre os japoneses, em conformidade com o código moral do seu povo, como bem demonstrou Ruth Benedict, os filhos obedecerem ao desejo de seus pais.²⁵⁵ Certamente, o trágico episódio ensejou forte influência para o desencadeamento do movimento contra os japoneses em Belterra, uma vez que, em termos de temporalidade, essa manifestação estourara dias após o trágico episódio de Belterra. Nesse sentido, há fortes indícios de que a decisão do ministro da Agricultura não tenha passado de arbitramento a favor dos nacionais como forma de apaziguamento de tensões sociais que havia se instaurado naquele ponto da fronteira do oeste paraense.

O conflito social que havia posto em campos opostos aos nacionais e estrangeiros, foi resultado do afloramento do sentimento de descontentamento latente dos trabalhadores nacionais, que, certamente, viam na presença dos imigrantes japoneses, uma ameaça à preservação do trabalho da qual o seu bem estar e a sobrevivência dependiam. É nessa perspectiva que se arisca em sustentar a idéia de que o trágico episódio de Belterra, que envolveu irmãos, ensejou a manifestação dos brasileiros da localidade contra os japoneses, contribuindo desse modo com que a sina de 785 imigrantes, entre homens, mulheres, crianças e velhos, tivessem tomado outros rumos não planejado, como de 810 pessoas de 55 famílias que foram para a Colônia de Dois Galhos em Monte Alegre.

Com isso, para que as condições infra-estruturais estivessem prontas no local da colonização, na chegada dos imigrantes, em cada local selecionado para a colonização era destacada uma pessoa que os imigrantes conheciam como *Sekinhinsha*. Este, que era o

²⁵³ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 86.

²⁵⁴ ISHIZU, Fumiko. Diário de 1955. Belterra - Santarém: 1955, p. 70.

²⁵⁵ BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

primeiro a chegar ao local, estabelecia um escritório, fiscalizava a obra de infra-estrutura, recepcionava e orientava os imigrantes. Os chamados *Sekininsha* que foram mobilizados para responderem em nome do agenciador da imigração e prestar assistência logística aos colonos, era constituído de imigrantes que haviam chegado nos anos trinta. Em Monte Alegre, o *Sekininsha* foi Kouji Ueno. Em 1953, durante a execução da obra de infra-estrutura na Colônia Açaizal, Umekichi Ishiguro veio transferido do município de Óbidos como seu auxiliar. Kumekichi Ishiguro foi um dos Kotakuseis²⁵⁶ que havia migrado em 1934 para a Colônia Vila Amazônia do município de Parintins, no Estado do Amazonas. Colônia instituída pelo Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia e durante a Segunda Guerra Mundial, transferiu-se para o município de Óbidos onde desenvolvia atividade de comercialização da fibra de juta.²⁵⁷

A colonização exigia uma série de providências. Entre as quais, depois de definido o local do assentamento, estava a preparação da infra-estrutura para receber os imigrantes. No final da década de vinte, quando pela primeira vez houve iniciativa de colonização japonesa na Amazônia patrocinada pela empresa de capital japonesa, grande soma de recursos era reservado para a obra de infra-estrutura. Na Colônia de Tomé-Açú, no Acará, por exemplo, cerca de 1.000 trabalhadores nacionais foram contratados para execução dessa obra. De fevereiro a agosto de 1929, supervisionadas pelos engenheiros japoneses, várias construções como escritório, hospital, escola, armazéns, usina de beneficiamento de arroz, serraria, três alojamentos para imigrantes, entre outras edificações, foram erguidas além de estradas e ponte de desembarque sobre o rio Acará Pequeno. Nos lotes de assentamento de imigrantes colonos, parte da floresta também foi derrubada e queimada.²⁵⁸ Os imigrantes da década de 1950 não tiveram toda essa infra-estrutura ao seu dispor, apenas o mínimo necessário. Em Monte Alegre, por exemplo, para recepcionar os colonos, foram tomadas basicamente quatro providências: a abertura da estrada, demarcação dos lotes, derrubada de uma parte da mata dos lotes e construção do alojamento provisório.

Esse alojamento era situado quatro quilômetros da estrada principal, nas margens do igarapé Mulata, no início da Colônia Açaizal e o alojamento provisório era um barracão com cinco subdivisões, com mais ou menos três metros quadrados cada e era construído com

²⁵⁶ Alunos da Escola Superior de Colonização Kotakukan de Tokyo que colonizaram a Colônia Vila Amazônia do município de Parintins no Estado de Amazonas na década de 1930.

²⁵⁷ UENO, Kouji. "Jibun Shi". Monte Alegre, 2002, p.16.

²⁵⁸ MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola 'PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MELHOR QUALIDADE', é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

material retirado da mata, com armação de madeira, laterais revestidos de palmas trançados, coberta com o mesmo material e chão de terra batido. Possuía uma única porta de entrada pela frente, sem janela, com uma abertura nos fundos que dava para uma área coberta sem revestimento que servia como cozinha. Cada um dos compartimentos em que o barracão estava dividido, era destinado a uma família de colono, que ficava ali alojada até que seu lote ficasse preparado minimamente para poder se mudar. Mas a construção da casa e a escavação de poço era de responsabilidade do imigrante colono. Em termos de quantidade, foram construídos sete barracões como o descrito acima, os quais, de 1953 a 1955, foram utilizados pelos imigrantes que chegaram em quatro grupos nesse período. No diário de 1955, sobre esse alojamento provisório, Fumiko Ishizu escreveu no seu diário o seguinte:

Quando chegamos, as famílias foram alojados no alojamento provisório de Açaizal, uma vila de casas construídas com folhas de palmeiras. Como parede que separava com o vizinho também era de folha de palmeira, podia ver e ouvir o que se passava do outro lado. Como precisávamos providenciar o local para dormir, fomos à mata, cortamos a madeira, construímos um assoalho em uma parte, então ela ficou de uma forma que parecia com o quarto. Como no fundo tinha um igarapé, dela retiramos a argila, e usando este material e pedras construímos o *kamado* [fogão de lenha] para cozinhar (ISHIZU, 1955, p. 73, tradução nossa)

Em 1953, quando chegou o primeiro grupo de imigrantes em Monte Alegre, a responsabilidade pelas obras de infra-estrutura estava sob o encargo da Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP), que deveria contratar trabalhadores para executarem o trabalho na Colônia Açaizal. Contudo, como a execução das obras se processava lentamente, o trabalho estava inacabado quando os imigrantes chegaram. O alojamento provisório, por exemplo, foi concluído apenas na véspera, dois dias antes. Assim sendo, em mutirão, os imigrantes concluíram o trabalho da derrubada da floresta e um mês depois de terem chegado, finalmente conseguiram deixar o alojamento provisório para se acomodarem em seus respectivos lotes.²⁵⁹

A Colônia Dois Galhos ficava situada em uma parte onde não tinha via de acesso, pois a estrada encerrava-se em Mulata, antiga colônia da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A. Assim sendo, os imigrantes de 1955, trabalhando em mutirão, abriram uma estrada de quase vinte quilômetros desse ponto para que pudessem se fixar em sua colônia. O trabalho de derrubada da mata para a abertura da estrada, divisão dos lotes, derrubada da floresta nos gleba e construção de moradia, levou cerca de sete meses, de maio a novembro. Quando esse trabalho estava concluído e os lotes em condições de moradia, abandonaram em definitivo o alojamento provisório de Açaizal. Dessa maneira, além dos barracões de cinco

²⁵⁹ UENO, Kouji. “Jibun Shi”. Monte Alegre, 2002, P.16.

divisórias onde os imigrantes ficavam alojados, o local também era provido de um escritório no qual os funcionários da agência de imigração coordenavam os trabalhos, por uma escola e um barracão grande, o refeitório.²⁶⁰ A alimentação nos primeiros oito dias era fornecido pela CANP, nesse refeitório. Como a base do cardápio era carne, houve rejeições por parte dos imigrantes. Nesse sentido, segundo Francisco Lourenço, funcionário da CANP, em termos de alimentação, “o mais difícil foi a gente se adaptar aos costumes deles”.²⁶¹ No fundo, a rejeição da carne como principal alimento havia relação com a religiosidade e cultura daquele povo.

Desde muito tempo os sacerdotes xintoístas disseminaram a idéia da impureza relacionada ao cadáver. De acordo com essa crença, aqueles que lidavam com cadáveres eram considerados impuros. Desse modo, as pessoas que possuíam ocupações que lidavam com corpo morto, como trabalhadores do matadouro e coveiro, por exemplo, eram discriminados. Essas pessoas eram consideradas *não humanos* por lidar com cadáveres, ficando, com isso proscritas. Nessas condições eram impedidas de conviverem com os demais, moravam em pequenas aldeolas chamadas *Buraku* nas bordas das cidades, daí *Burakumin*, categoria com que esse povo é identificado.²⁶² A repulsão dos imigrantes ao alimento que tem a carne como base, fundamenta-se nessa crença bastante antiga. Pois, de acordo com essa mentalidade, aqueles que se alimentavam de carne de cadáver tornar-se-iam impuros, perdendo a natureza humana, aproximando-se ao animal como os *Burakumins*, segundo suas crenças. Daí, ao rejeitarem o alimento fornecido pela CANP, segundo Francisco Lourenço, “eles comiam de tudo, peixe cru, qualquer coisa do mato, lagartas da madeira etc”. Este “*qualquer coisa do mato*” que os imigrantes teriam comido conforme o observador de origem cearense, parece estar muito longe de qualquer tipo de preconceito. Pois segundo Kyoko Eto, imigrante que ingressou na colônia Guamá, no Distrito de Caraparú/PA (1957), no início da colonização, também alimentou-se de um determinado tipo de “capim”,²⁶³ erva daninha semelhante ao espinafre (informação verbal).²⁶⁴ Esse mesmo tipo de comentário, o autor também guardou na memória a respeito do que se dizia de terem se alimentado de capim. Recordações que retornaram durante a pesquisa e que resultaram neste trabalho, quando os seus entrevistados referiam-se sobre as experiências como as do início da colonização. Em São Paulo, os

²⁶⁰ ISHIZU, Fumiko. Diário de 1955. Açaizal-Monte Alegre: 1955, p. 47.

²⁶¹ SANTOS, Claudionor da Rocha et al. *A colonização Japonesa em Monte Alegre*. 1993. Dissertação (graduação em História) – Campus Universitário de Santarém, Universidade Federal do Pará. Santarém, 2006. (Entrevista com Francisco Lourenço Pereira. Monte Alegre: 10 out. 1992 – Ficha de entrevista em anexo, p.66).

²⁶² BUENO, Paulino. In: *Revista Espaço Acadêmico – Ano II – n.º 17 – Outubro/2002 on line*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17evabueno.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2006.

²⁶³ Designação comum a várias espécies da família das gramíneas e ciperáceas, quase todas usadas como forragem.

²⁶⁴ Kyoko Eto. Entrevista concedida ao autor. Belém, 10 mar. 2005.

imigrantes do Kasato Maru (1908) também tiveram semelhante experiência. Além de experimentarem diversos tipos de “capim” como alimento, tomaram folhas de café feito chá.²⁶⁵ Portanto, “comer capim”, parece ter sido uma experiência compartilhada entre os imigrantes japoneses no início da colonização.

Em relação à educação das crianças, era um ponto que os imigrantes não negligenciavam. O indicativo disso é a existência de uma escola nesse alojamento provisório. Pois mesmo numa situação transitória, em meio à instabilidade da situação e o tumulto do momento que antecede à instalação nos lotes, uma escola foi providenciada no local onde iriam permanecer por um determinado período. Enquanto a colônia era preparada para que as famílias pudessem se instalar em seus lotes, as crianças estudavam na escola.²⁶⁶ A educação das crianças não era negligenciada nem mesmo em situação de instabilidade comum ao momento antecedente à partida para o mundo desconhecido. Segundo foto do álbum de família deste pesquisador, a sala de aula era improvisada na parte superior da cobertura do alojamento dos imigrantes da cidade de Kobe, onde os pequenos imigrantes estudavam enquanto aguardavam pelo momento do embarque, como pode ser vista na foto a seguir:

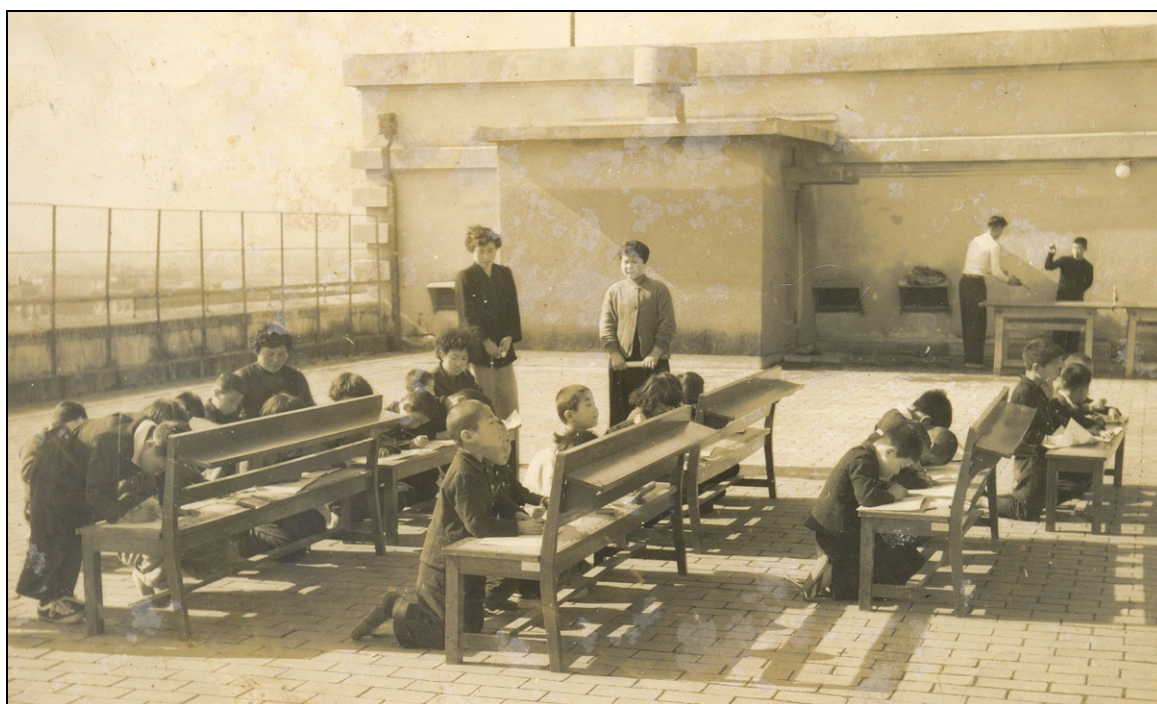


Foto 13: Pequenos imigrantes em sala de aula improvisada (1955)

Fonte: Acervo do álbum de família do autor

²⁶⁵ Depoimento de imigrantes de São Paulo. Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Rua São Joaquim, n.º 381, bairro da Liberdade, São Paulo-SP.

²⁶⁶ ISHIZU, Fumiko. Diário de 1955. Açaizal-Monte Alegre: 1955, p. 47.

Na colônia de Monte Alegre, a escola ficava no *Kaikan*, espécie de paço da colônia onde ficava a sua sede. Situada no quilômetro 50 da Colônia de Dois Galhos, a escola era uma barraca com mais ou menos doze metros de comprimento e seis de largura. A professora era funcionária pública e enviada pela Secretaria de Educação do Estado. Usando-se do sistema de rodízio, cada família hospedava a professora por um determinado período. Não havia qualquer meio de transporte que conduzisse as crianças ao local, então todas freqüentavam as aulas dirigindo-se a pé e sozinhas, desde os sete anos de idade, quando eram matriculadas na escola. Dependendo do local de moradia, andavam quase dez quilômetros para ir e voltar.

Em termos de nível de ensino, como a escola da colônia oferecia apenas o primário, depois de concluída essa primeira fase de estudo, a próxima etapa, o ginásial, era feita na cidade de Monte Alegre. E, como não havia como a criança freqüentar a escola residindo na colônia, devido a sua distância, o expediente utilizado foi o batismo. Assim, a criança era batizada na igreja católica tendo como madrinha uma moradora da cidade. Depois o afilhado era acolhido em sua casa de onde freqüentava a escola. Desse modo, para os imigrantes, o batismo cristão estava muito distante da idéia de conversão. Por conveniência, batizava-se a qualquer momento. Para casar-se com uma nacional, por exemplo, se a exigência dos pais da pretendente fosse ser cristão, não havia qualquer problema, batizava-se imediatamente.

Em 19 de setembro de 1929, conforme noticiou a Folha do Norte, sessenta e duas crianças recém chegadas em Manila Maru batizaram-se na Hospedaria dos Imigrantes. Na oportunidade, a imprensa viu nesse ato dos imigrantes expressões do desejo “de se integrar nos nossos costumes”. Segundo contava a coluna, no dia 18 de setembro de 1929, na Hospedaria dos Imigrantes de Belém, houve o falecimento de uma criança de poucos dias, em consequência de “embaraço gástrico adquirido em viagem”. Sob o ponto de vista cristã, a morte sem o batismo era considerada como sendo muito grave pelo padre Tribby, vigário da capela de Nossa Senhora de Lourdes. Nesse sentido, para que não viesse a repetir a mesma tragédia, recomendou que todas as crianças imigrantes fossem batizadas antes de partirem para a colônia, visto que o padre não poderia acompanhá-las. A cerimônia religiosa ocorreu na Hospedaria dos Imigrantes, na Praça da Penitenciária, na rua São João. Além dos padrinhos e das madrinhas das crianças participavam também da cerimônia, grande número de pessoas influentes da cidade.²⁶⁷ Segundo o jornal, muitos imigrantes adultos pediram para

²⁶⁷ Além de Hachiro Fukuhara; Paulo Hideo Nakano; mme. Samuel Mac-Dowell, viúva Anna Mac-Dowell Pontual; Maria de Lourdes Mac-Dowell, Maria Amazonas Mac-Dowell, João Augusto Mac-Dowell, capitão

que fossem também batizados, “porém, como ainda não sabiam suficientemente a doutrina cristã, ficou resolvido que esperassem mais algum tempo”.²⁶⁸ Contudo, independentemente do que a imprensa possa ter achado, o “desejo de se integrar aos nossos costumes” não parece ter sido a motivação central daquele rito religioso, mas o referido batismo rendeu boa publicidade a favor da imigração japonesa que iniciava naquele momento.

Retornando ao assunto da educação, em Monte Alegre, a criança que se hospedava na casa da madrinha, quando menina e pobre, normalmente, além de estudar, desenvolvia afazeres domésticos na casa da hospedeira, posto que a madrinha nada recebia em dinheiro dos pais da menor por hospedar em sua casa, senão agrados em forma de criações e produtos da colônia, como galinha, ovos, hortaliças, arroz, feijão, entre outros.



Foto 14: Crianças japonesas em Tomé-Açú
Fonte: Fumio Kikuchi Apud ARIGATO, Belém, 1995

O mundo da criança dos imigrantes na colônia era semelhante ao de todas as crianças de muitos sertões da Amazônia. Com poucas opções de brinquedo, brincar fazendo bolinha de sabão com talo de mamão, como fotografou Fumio Kikuchi²⁶⁹ em Tomé-Açú,

Helvécio Coelho Rodrigues, capitão-tenente Carlos Greenhalgh, Maximino Cardoso Filho, Luiz Gonçalves da Costa, Celestina Camisão, Julia Infante de Castro, Manuel Joaquim Costeira, Thereza e Maria do Rosário Coutinho de Oliveira, Arcelina Santos, Sirene Azevedo Ribeiro, Margarida Schizappa, Maria José Camisão, Luiz Martins Real, Maria Nazarth Alves Nakano, Maria de Lordes Pires, Maria Eunice Araújo e Julio Motta

²⁶⁸ MARANHÃO, Paulo. Os japoneses fazem profissão de fé no Pará: o batismo de diversas crianças chegadas ultimamente pelo “Manila Maru” – Seguiram para o Acará os imigrabtes. *Folha do Norte*, 22 set. 1929. p. 11.

²⁶⁹ Fumio Kikuchi foi um dos imigrantes que ingressou na Colônia Tomé-Açú em 1930. Tinha 21 anos quando da sua chegada. Logo contraiu ameba. No hospital da colônia aprendeu o ofício de farmácia, profissão que

fazia parte do cotidiano da infância (Foto 14). Em se tratando de criança, o número de menores que migraram para o Pará era enorme, era superior ao dobro dos adultos, como pode ser vista na foto a seguir:



Foto 15: Imigrantes no alojamento da cidade de Kobe no Japão (1955)

Fonte: Acervo do álbum de família do autor

Os imigrantes que residiam na colônia designavam o seu núcleo habitacional como *Mura*,²⁷⁰ categoria que em japonês significa povoado.²⁷¹ Em termos de agrupamento de famílias, em Monte Alegre, esse “*mura*” era formado por três unidades, espécie de “*tonari gumi*”²⁷², existente no Japão desde os tempos de Tokugawa (1185-1863). No Japão de

abraçou depois de ter cursado o curso técnico de Farmácia em Belém. Apaixonado na arte de fotografia, porém, sem máquina fotográfica, ele improvisou uma engenhoca com metade de uma lata de querosene, um vidro e uma lâmpada, com o qual registrou inúmeros aspectos da vida dos imigrantes na colônia, como a que vimos no texto, crianças com bola de sabão.

²⁷⁰ *Buraku* significa aldeia, mas devido forte preconceito que a categoria carrega na tradição cultural do Japão, em virtude do Burakumins, parias japonesas, muitos preferem a expressão “*mura*” do que “*Buraku*” que possui o mesmo significado.

²⁷¹ No Japão Burakus são unidades de povoados que fica logo abaixo de Vilarejos. Ele não faz parte da unidade do governo. E, diferentemente de vilarejos que possuem repartições públicas e um chefe escolhido pelos mais velhos eleitos para este fim, nos Burakus não existe tais repartições, apesar de terem chefes que se revezam anualmente. Ver características e diferenciação entre Burakus e Vilarejos no Japão da primeira metade do século XX feita por Benedict. Ruth Benedict, *O crisântemo e a espada*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 75.

²⁷² No Japão “*tonari gumi*” eram minúsculas unidades de cinco a dez famílias e constituíam as mínimas unidades de responsabilidade política da população. O chefe deste grupo de familiares vizinho assumia a liderança dos

Tokugawa, “*tonari gumi*” eram pequenas unidades de cinco a dez famílias que existiam nas unidades de cidades, aldeias e vilarejos. Em Monte Alegre, os três núcleos de povoações em que se dividia a colônia possuía uma certa correspondência com aldeolas do tipo “*tonari gumi*”. Contudo, em termos de número de casas, esses núcleos de Monte Alegre não tinham semelhança com “*tonari gumi*”, haja vista que reuniam mais de quinze casas. Entretanto, parece não restar dúvida que em termos de organização política e administrativa da colônia, os imigrantes tiveram, como paradigma, o modelo japonês de povoação quando estruturaram o seu núcleo colonial. Evidentemente, adaptados às condições do meio e às circunstâncias em que foram implantados.

Tudo indica que a experiência dos imigrantes em organizarem o seu núcleo de colônia tendo como referencial “*mura*”, não era isolada. Assim, Tsugio Shindo encontrou em São Paulo experiência semelhante, na década de vinte e muitos imigrantes do *Kasato Maru*²⁷³, depois de terem concluído o contrato de trabalho com os cafeicultores, coletivamente, adquiriram terras no sertão paulista,²⁷⁴ organizando nelas “*mura shakai*”.²⁷⁵ Internamente, a de organização política e administrativa da colônia era semelhante ao do *mura* que Ruth Benedict encontrou no Japão, na primeira metade do século XX: havia um chefe eleito chamado “*kacho*”, que significa chefe da aldeia; o “*kachokaigi*”, que era uma espécie de assembléia dos anciões, reunião em que se encontravam o chefe do povoado e o chefe das famílias que formavam o grupo de conselheiros e a eleição do “*kacho*” da comunidade era feita nessa *kachokaigi* e ele exercia o mandato de um ano. Desse modo, eles revezavam anualmente essa função. Aqui, como no Japão, eles cuidavam dos bens do povoado, controlando o auxílio concedido às famílias em caso de morte, escolhiam os dias apropriados para o trabalho cooperativo na construção de casas ou para o conserto de estradas, e anunciavam as festividades locais. Eles não se intrometiam nos assuntos domésticos das famílias. Atuavam no setor de interesse comunitário, vigiando e regulando o seu funcionamento tendo como referência os costumes e preceitos normativos estabelecidos pela

negócios, era responsável pela sua boa conduta, tinha obrigação de fornecer relatórios de quaisquer atos duvidosos e entregar ao governo indivíduos procurados. Com a Reforma Meiji (1863) havia sido abolido, mas mais tarde foi novamente restituído. Por muito tempo elas existiram nas cidades, aldeias e nos vilarejos, mas no processo da aproximação do seu sistema de organização social ao modelo de sociedade praticado no ocidente, lentamente elas foram deixando de existir. Ver sobre “*tonari gumi*” no Ruth Benedict, *O crisântemo e a espada*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 74.

²⁷³ *Kasato Maru* é o navio que transportou para São Paulo os primeiros imigrantes japoneses em 1908.

²⁷⁴ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

²⁷⁵ *Mura shakai: sociedade de mura*. SHINDO, Tsugio. *Brasil e Japão: os 100 anos de Amizade*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.

tradição ou pelo código de postura elaborada pelo grupo.²⁷⁶ No caso particular de Monte Alegre, o “*kacho*” e seus conselheiros formados pelos chefes de famílias discutiam problemas afeitos a questões econômicas, como as opções das culturas agrícolas.

A estrada era o tema que sempre esteve na pauta e discutida exaustivamente, marcando-se de tempo em tempo os trabalhos cooperativos para o conserto da estrada que se tornava intrafegável nas épocas de grandes águas. A importância da estrada era enorme para os moradores do povoado. A região da colônia não era dotada de rios navegáveis e em termos de curso d’água, o igarapé da Mulata que passava por dentro do povoado era o único, mas impróprio para a navegação por ser um igarapé-mirin. Desse modo, a estrada era a única via de comunicação com a sede do município. Por ela, escoavam-se produtos agrícolas da colônia e, em contramão, vinham gêneros de consumo que eram adquiridos na cidade de Monte Alegre.

A sede da colônia estava em Dois Galhos. No quilômetro 50 da mesma, existia o que eles denominavam de Kaikan,²⁷⁷ espécie de Paço. Nela, encontrava-se edificado um barracão, uma escola e um templo xintoísta. Um campo para a prática de esporte e gincana também fazia parte desse complexo arquitetônico do Kaikan. O barracão era uma construção com capacidade para mais de mil pessoas. Sua arquitetura era simples e a madeira foi o material de sua construção. O alicerce era formado de várias estacas de madeira de lei, coberta de cavaco, acha de lenha e o piso era de chão batido, sem revestimento lateral, exceto ao fundo da construção onde ficava o palco. Era nele que se realizavam os eventos sociais mais importantes da colônia, como o Festival da Colheita de Pimenta-do-reino,²⁷⁸ festividade mais importante que era realizado em outubro. A gincana, competição de beisebol, apresentações de teatros e danças populares da cultura japonesa faziam parte da programação desse dia especial. Nela as famílias se reuniam e degustavam iguarias preparadas em suas casas, especialmente para esse momento, enquanto apreciavam apresentações de danças típicas e teatros da cultura de sua origem, mas sem antes agradecer aos deuses xintoístas por mais um ano de boa colheita, como se vê na foto 16.²⁷⁹ Por isso, Kaikan era um importante espaço de

²⁷⁶ Ver diferenciação entre costumes e tradição feita por Thompson. Eduard P, Thompson, *Costumes em comum*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2002. p. 18.

²⁷⁷ Kaikan é uma categoria que possui duplo significado. Ela pode significar o local, com todo conjunto arquitetônico, ou apenas o barracão que é a principal construção do complexo que é formada este local.

²⁷⁸ SANTOS, Claudionor da Rocha et al. *A colonização Japonesa em Monte Alegre*. 1993. Dissertação (graduação em História) – Campus Universitário de Santarém, Universidade Federal do Pará. Santarém, 2006. (Entrevista com Yasuo Kishi. Monte Alegre, 28 dez. 1991 – Ficha de entrevista em anexo, p.49).

²⁷⁹ BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 78.

sociabilidade daquela comunidade de imigrantes.²⁸⁰ Por outro lado, este evento que fazia parte da agenda anual, um dos raros, se não único momento de confraternização da comunidade de imigrantes, servia para lembrar, reforçar e preservar a cultura do povo de sua origem, representada simbolicamente na culinária, no idioma, na música, nas danças típicas e roupas das dançarinas, como pode ser visto nas fotos 17 e 18. Deste modo, esta festa da colheita era mais do que momento de confraternização; nela, ao reforçarem alguns símbolos da sua cultura, encontravam-se com a sua identidade. As crianças, mesmo nascidas na colônia, convivendo nesse ambiente, iam construindo a sua identidade a partir desta referência cultural. Por outro lado, trocas simbólicas também se processavam. Algumas palavras do idioma português iam sendo incorporadas em suas falas, produzindo um modo de se falar próprio e híbrido, onde se mistura o japonês com o português. Na culinária, como feijoada e palmito, iam sendo incorporadas. Sobretudo nas roupas estas trocas podem ser vistas, como pode ser vê nas fotos a seguir. Em algumas delas, atrás do palco, pode ser visto cartaz com letreiro em dois idiomas, indicando o motivo do evento, onde em português não padrão se ler: *“Salve!! Dia 27 de outubro de 1962. Nos comemoração de festividade desta colônia Dois-Galhos depois de inaugurada”*. Contudo, para além da fronteira da gramática, as escramações na palavra “salve” denuncia a intenção dos protagonistas, ressaltar a conquista da colônia.



Foto 16: Imigrantes no Festival da Colheita de Pimenta-do-reino (1962)

Fonte: Acervo do álbum de família do autor

²⁸⁰ PERROT, Michhelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.



Foto 17: Performance de crianças em dança típica (1962)
Fonte: Acervo do álbum de família do autor



Foto 18: Criança em dança típica (1962)
Fonte: Acervo do álbum de família do autor

Para quem observa a experiência e a temporalidade de colonização fora do contexto, ou seja, distante, como aqui se está fazendo, se não se estiver atento incorre-se em equívocos. Pensar a colônia a partir da sede do município de Monte Alegre, por exemplo, parece um exercício muito natural. No que diz respeito ao espaço, pensa-se na imagem

daquela colônia que se iniciava no quilômetro 30 da sede do município e que se estendia até mais ou menos o quilômetro 60. Contudo, as entrevistas e as fontes, revelaram o engano a que se estava cometendo. No povoado dos imigrantes, havia um ponto situado em Dois Galhos que eles chamavam de “Zero Tem”, que significava marco zero.²⁸¹ Para os que não faziam parte daquela comunidade, ou que observavam de outra temporalidade, como se está fazendo, esse “Zero Tem” não possuía significado algum, sendo apenas uma bifurcação de estrada em forma de dois galhos, de onde derivava a denominação da colônia. Para os colonos, no entanto, esse ponto tinha outro significado: era a principal referência na visualização da colônia, pois eles a viam a partir desse referencial que simbolicamente representava o eixo da colônia. Nesse sentido, para os imigrantes, o referencial do povoado estava nesse “Zero Tem” e não na cidade de Monte Alegre. Assim, a colônia dos japoneses, vista sob essa perspectiva, a partir do olhar dos imigrantes, possibilitava uma outra visão.

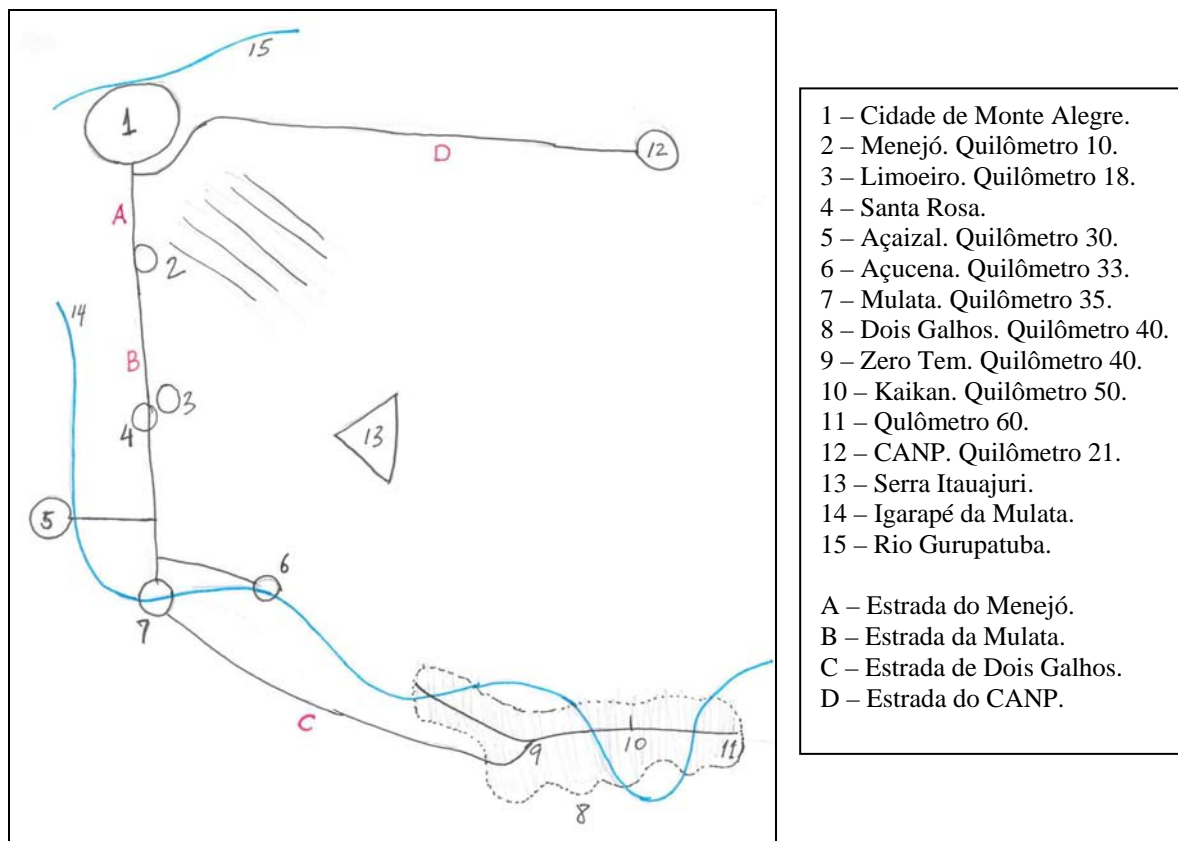
A Açaizal havia sido originado entre 1953 e 1954 e encontrava-se a 30 quilômetros da sede do município. A de Dois Galhos encontrava-se a 40 quilômetros da cidade de Monte Alegre e a sua formação havia sido em 1955. A partir dessas referências, levando-se em consideração a temporalidade e o espaço, em termos de importância política e administrativa, tem-se a impressão de que há uma certa favoritismo pela Açaizal, talvez por ter sido a primeira a se formar, além da vantagem de estar mais próxima da sede do município. Entretanto, não era isso o que acontecia. A despeito do que se possa ter imaginado, o núcleo de Dois Galhos era o que detinha a posição da sede da colônia. Era para ele que as atenções dos colonos se voltavam, pois os acontecimentos mais importantes do cotidiano da vida dos imigrantes, como reuniões dos chefes de famílias da colônia e as festas anuais da colheita, por exemplo, aconteciam em Dois Galhos.

Em 2005, durante a entrevista concedida ao autor desta dissertação, o protagonista fez os traçados do mapa para indicar a localização das colônias. Isso pode ser visto no mapa nº 2. Todavia o que chamou a atenção no traçado deste mapa foi a sua forma de ser desenhado, pois nele a colônia foi posta no primeiro plano e a cidade de Monte Alegre no segundo. A visão que o desenho proporciona é como se o referencial do olhar do espaço geográfico estivesse na colônia, especialmente na Zero Tem, posto no primeiro plano da gravura. O desenho a seguir é o mapa da localização das colônias de imigrantes japoneses de Monte Alegre, segundo o protagonista entrevistado.²⁸²

²⁸¹ ISHIZU, Fumiko. *Diário de 1955*. Dois Galhos-Monte Alegre: 1955. p. 81.

²⁸² Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27 nov. 2005.

Mapa 2: Localização das colônias de imigrantes japoneses de Monte Alegre



Fonte: UENO, Kouji. *Localização das colônias de imigrantes japoneses de Monte Alegre*. 2005. 1 Desenho técnico. (Traçado feito durante entrevista. Belém, 27 nov. 2005)

Economicamente, apesar da variedade de cultura, como arroz, milho e feijão, além de hortaliças, o fundamento econômico da colônia estava na pimenta-do-reino. Por esse motivo, o Festival da Colheita de Pimenta-do-reino que ocorria em outubro era a sua festividade mais importante do ano. Inicialmente, o escoamento de produções era realizado através da Companhia Comercial Tsuji de Santarém e as mercadorias eram destinadas para os mercados de Belém e Manaus, e de Santarém.

Com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre, em 17 de fevereiro de 1957, a comercialização de todos os produtos da colônia passaram a ser feitas por essa entidade. Quando ela foi construída, os colonos que faziam parte da cooperativa como sócios, entraram com determinada soma para constituir o capital inicial. Aqueles que não dispunham dessa soma fizeram depósito em mercadoria no valor correspondente.²⁸³ Administrativamente, a cooperativa era formada por uma diretoria estruturada de modo tradicional, hierárquico, eleito em uma assembléia geral dos associados para um mandato de

²⁸³ UENO, Kouji. *História de Minha Vida: um imigrante japonês*. Monte Alegre, 2002, P.28.

cinco anos. Ela estabeleceu-se com sede na cidade de Monte Alegre, na parte da chamada “cidade baixa”, em um sobrado onde funcionava o escritório, como um armazém e uma casa comercial. Na foto 19, vê-se a sede da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre.



Foto 19: Sede da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre

Fonte: UENO, Monte Alegre-PA, janeiro de 2005, p.28

O sistema era simples, a cooperativa comprava os produtos dos colonos e comercializava. Pimenta-do-reino, arroz e feijão faziam parte desta mercadoria comercializada. Os colonos, por seu turno, adquiriam da casa comercial da cooperativa os víveres necessários. Como estes não possuíam condução apropriada para transportar por conta própria seus produtos; periodicamente, a cooperativa enviava o seu caminhão do tipo pau-de-arara, com o qual os produtos eram transportados da colônia para a sede da entidade.

Não era apenas da produção de arroz, milho e pimenta-do-reino, entre outros, que os colonos sobreviviam. Ao lado dessas atividades que constituíam em principais fontes de renda, cada família desenvolvia na sua unidade de produção uma economia de subsistência.

Cultivavam hortaliças, plantavam árvores frutíferas e cítricas.²⁸⁴ Criavam aves como galinha e patos, além de porco e cabra, como fonte de importante suprimento alimentar no cotidiano, como ovos, leite de cabra, banha de porco e carne.

Numa comunidade campesina como era a colônia de imigrantes japoneses de Monte Alegre, o cavalo era peça valiosa e todas as unidades familiares possuíam pelo menos um, pois era o único meio de transporte que eles dispunham, tanto de humanos como de produtos. Para vencer enormes distâncias entre as unidades produtoras dentro da colônia, por exemplo, sem o cavalo as dificuldades tornavam-se maiores. O mesmo acontecia dentro da unidade produtora, pois necessitavam transportar os produtos da roça até a sede da unidade familiar. Assim, a importância do cavalo ia além disso e o seu estribo era fonte de valioso adubo que a cultura de hortaliças necessitava.²⁸⁵

A relação entre imigrantes na colônia não se dava sem tensões. O conflito entre imigrantes de dois períodos em Tomé-Açú é um desses exemplos. Nesse episódio, os imigrantes que haviam chegado na década de trinta comportavam-se como mandatários do local, exigindo daqueles que haviam chegado na década de cinquenta, comportamento de um servo. A exigência de sempre andar atrás dos imigrantes mais antigos, era denunciada como atitude discriminatória e por isso inadmissível pelo Soichi Ohya, comentarista japonês que veio em 1954 para observar as experiências de colonização na Amazônia, revela apenas a superfície da tensão que existia naquela fronteira da colônia.²⁸⁶

Em 1953, quando os primeiros imigrantes dos anos cinquenta chegaram à Vila Amazônia, colônia fundada pelo Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia em 1930, no município de Parintins, a tensão entre os que já se encontravam no local desde a época da fundação e os recém chegados foi tão grave que, em menos de quinze dias da chegada, todos os novatos acabaram por abandonar o local. O episódio acabou por gerar uma grande polêmica na comunidade japonesa porque as autoridades do governo japonês e os agenciadores da imigração receavam que o acontecimento viesse a repercutir negativamente no sentido de comprometer a política migratória que então estava sendo adotada. Mas o que teria acontecido na Vila Amazônia? Segundo revelou um dos imigrantes ao Kei Takamiya, o repórter do jornal japonês Mainichi Shinbun, no dia da chegada à colônia, apresentou-se ao imigrante colono, proprietário da gleba onde seria meeiro, segundo contrato de trabalho

²⁸⁴ SANTOS, Claudionor da Rocha et al. *A colonização Japonesa em Monte Alegre*. 1993. Dissertação (graduação em História) – Campus Universitário de Santarém, Universidade Federal do Pará. Santarém, 2006. (Entrevista com Francisco Lourenço Pereira. Monte Alegre, 10 out. 1992 – Ficha de entrevista em anexo, p.66).

²⁸⁵ BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da Franfa: Os Homens e as Coisas*. São Paulo: Globo, 1989.

²⁸⁶ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 89.

assinado no Japão com a agência de imigração. Na oportunidade, o colono proprietário da gleba, demonstrando por meio de atitude que ele não era bem vindo, informou que ele ignorava os termos do contrato, e que como no Brasil esse tipo de documento não possuía qualquer valor legal, achava-se no direito de ignorar. No final, frizou que os imigrantes japoneses não eram bem-vindos à colônia, e que se estava aceitando-o como meeiro, era porque fora forçado a isso pelo governo japonês e nessa oportunidade, lembrou-lhe que estavam ali contra sua vontade.²⁸⁷

O incidente de Parintins gerado da tensão entre os velhos e os novos imigrantes acabou com a política de imigração dos anos cinquenta. Inicialmente, quando ela foi pensada, a finalidade era destinar 5.000 mil famílias de imigrantes para as regiões de Parintins para produzir juta, retomando, desse modo, o empreendimento da fibra de juta iniciado em 1934 e interrompido em 1942, em virtude da Segunda Guerra Mundial. A partir daquele primeiro grupo de imigrantes que incidiu no referido episódio, nenhuma família de imigrante foi destinada para Parintins. Desde então, os pólos de assentamento foram pulverizados em toda a região Norte, fazendo surgir cerca de 23 colônias situadas em diversas fronteiras da Amazônia, entre 1953 a 1962. Por outro lado, o incidente de Parintins incidiu na tomada de medida que veio impedir o abandono não consentido da colônia. Assim, no momento do embarque, a agenciadora da imigração passou a confiscar o passaporte que ficava detido por um bom período. Sem esse documento, os imigrantes não podiam circular livremente pelo nosso território. Logo, estariam obrigados a permanecerem na colônia (informação verbal).²⁸⁸

Além desses tipos de tensões, o universo da colônia conviveu com tensões de natureza tradicional trazidas na bagagem cultural quando os oceanos singraram. Em Monte Alegre, atribuições ofensivas e discriminatórias que recaíam sobre Burakumin, como “*kokonotsu*”, “*yotsu*”, ou até mesmo “*eta*”, não eram incomum ouvir-se. Burakumin é um grupo social que carrega o estigma da discriminação no Japão. Literalmente, o termo significa “os povos da aldeola”. No passado, como grupo proscrito, era proibido viver na cidade, moravam nas suas bordas formando pequeno Buraku, aldeola, daí Burakumin. Além do Burakumin, estes “povos da aldeola” são identificados com outras categorias, como “*eta*” que significa impuro, ou “*himin*” que significa quádruplo ou “não Humanos”. O termo “*Yotsu*” que significa “quatro patas” é muito utilizado quando querem ofender Burakumin. Um termo de desprezo para esses povos é o “*kokonotsu*”, nove, não dez, que os fazem imperfeitos. O

²⁸⁷ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p. 82.

²⁸⁸ Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27nov. 2005.

termo *eta* é escrito com dois ideogramas que significam “muita impureza” ou “muita sujeira”.²⁸⁹ Eles são os párias do Japão. Presume-se que no Japão o seu número varia entre dois e três milhões, ou aproximadamente 2% da população japonesa. Precisar o número do Burakumin é impossível porque muitos escondem sua origem por causa da discriminação.²⁹⁰

Os Burakumins são étnica e culturalmente japoneses, iguais como todos os outros, e nada tem de diferente. Mas, por carregarem o estigma da discriminação, convivem com o desprezo e a perseguição. Em um escritório, por exemplo, o empregado é demitido quando é descoberto que é Burakumin, ou o candidato ao emprego não é aceito, pela mesma razão. Os outros japoneses, tidos puros, ofendem-os com grafiti nas paredes das casas escrevendo “*yotsu*”, por exemplo. Nas escolas, as crianças se juntam para fazer troça com a criança Burakumin, fazendo sinais com quatro dedos, imitando animais andando no chão.²⁹¹ A origem da discriminação está em algumas ocupações, como as que lidam com cadáveres, o trabalho no matadouro, o curtidor de couro, o coveiro, o carrasco, o preparador de defunto para ritos fúnebres.

Por volta de 1333, alguns povos foram considerados como impuros por causa de suas ocupações. Desde então as ocupações que tinham relações com mortos eram alvos da discriminação. No período Edo (1615-1868), Atsutane Hirata (1776-1842), o reformador do Xintoísmo, escreveu que os Burakumin eram inerentemente impuros e inferiores, por esse motivo deveriam ser separados do resto do *heimin*, normais, e que por causa da sua poluição deveriam ser impedidos de entrarem nos templos. Dessa forma, eles passaram a ser mantidos em Buraku, aldeolas, separados e vistos como não humanos, *himin*, sujos e poluidores. Em 1871, com a Reforma Meiji, o statu oficial dos Burakumin foi abolido e foi renomeado como *Shin Heimin*, novas pessoas comuns. Mas na prática, não teve qualquer efeito. Os Burakumins continuaram sendo discriminados.²⁹²

Sobre os imigrantes, a idéia deles terem buscado a imigração para escaparem da perseguição não parece infundada, mas isso não era importante se entre imigrantes havia ou não Burakumin. O que importava era o fato de que a discriminação contra esse povo que tradicionalmente se praticou no Japão estava também presente na colônia, no caso, em Monte Alegre, servindo como um elemento de tensões sociais na comunidade de imigrantes.

²⁸⁹ BURAKUMIN. In: *Language translated Page2 on line*. Disponível em:

<<http://www.bookmice.net/darkchilde/japan/burak.html>>. Acesso em: 16 set. 2006.

²⁹⁰ STANLEY, Thomas. *Áreas protegidas*. Disponível em: <<http://hkuhist2.hku.hk/nakasendo/g012.htm>> Acesso em: 16 set. 2006.

²⁹¹ BUENO, Paulino. In: *Revista Espaço Acadêmico – Ano II – n.º 17 – Outubro/2002 on line*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17evabueno.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2006.

²⁹² BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p.57.

Na época da sua constituição, a colônia era formada por cerca de 810 imigrantes de 126 famílias. Mas, em virtude do êxodo, o número de colonos foi diminuindo a cada ano. Em 1958, metade das famílias já a havia deixado, restando apenas 60, perfazendo um total de 364 indivíduos. Em 1960, restavam apenas 20 famílias.²⁹³ Vejam o quadro demonstrativo abaixo:

Quadro 20: Quadro demonstrativo do êxodo de imigrantes da colônia de Monte Alegre, de 1953 a 1960

Ano	Número de família	Número de pessoas
1953-1955	126	810
1958	60	364
1960	20	

Fonte: Construído pelo autor

Não parece ter havido algum motivo em particular que possa ter provocado o êxodo. Nas fontes pesquisadas, aparecem indicados alguns desses motivos, mas nenhum em particular parece ter tido peso maior do que outro. A dificuldade de acesso e de escoamento de produtos, o isolamento, o problema de trafegabilidade da estrada, a educação dos filhos, a distância em relação ao que eles chamam de pólo civilizado como a cidade de Belém, a vida rústica, são as razões que mais aparecem. Tanto nas fontes escritas como em entrevistas, os protagonistas referem-se a esse conjunto de fatores com a expressão japonesa “*fuben*”, categoria que significa incômodo ou inconveniente, segundo o dicionário japonês português. Por isso, talvez se possa considerar que *fuben* tenha sido a razão desse êxodo.

3.4 MUDANÇA TRANSOCEÂNICA

Na travessia dos mares, a bagagem parece ter sido um item muito importante para o imigrante. Embalado pela idéia de que aqui era selva, que nada tinha do mundo civilizado, transportaram tudo que puderam: utensílios doméstico, objetos de cozinha, de dormitório, livros, coisas pessoais de estimação, ferramentas de trabalho como martelo, serrote, prego, entre outros, quase tudo, exceto móveis da casa foram transportados como se tivesse sido uma grande mudança, o que levou ao desespero os agentes da imigração. Estes até tentaram

²⁹³ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999, p.173.

convencê-los em levar apenas o necessário, mas nada foi capaz de removê-los dessa obsessão. As motivações econômicas também foi um dos motivadores deste apego à bagagem dos imigrantes. Pois, precavendo-se com possíveis dificuldades que tivessem de enfrentar, levando o que pudessem, fazia com que sentissem mais confortáveis, já que teriam o que vender se houvesse necessidade, era o que pensavam. A exemplo do que se vem tratando, os imigrantes que chegaram a Monte Alegre trouxeram muita bagagem. O volume foi de tal modo extraordinário que, em 1953, dois caminhões que foram postos à disposição dos colonos transportaram na primeira viagem todos os imigrantes até o alojamento provisório de Açaizal. Depois ficaram transportando a bagagem em diversas viagens, porque o volume era tamanho que varou madrugada adentro sendo transportada. Diante do espantoso volume de bagagem, os moradores da cidade e os funcionários que faziam a mudança ficaram espantados, pois nunca tinham visto algo semelhante (informação verbal).²⁹⁴

A afeição dos imigrantes japoneses com a bagagem parece ter sido significativa. Não surtia nenhum efeito a tentativa de convencê-los a se desvencilhar de nada do que transportavam. Ignorando qualquer recomendação, eles transportaram tudo o que podiam ou não carregar. Aos agentes da imigração não restava outra alternativa senão, resignados, transportar toda aquela mudança transoceânica. Tente imaginar cerca de quase 20 famílias realizando suas mudanças ao mesmo tempo, para o mesmo local, levando consigo quase tudo o que podem transportar. Entre todos os itens da bagagem não gerou mais polêmica do que o *futon*, acolchoado de duas peças feitas de algodão e revestido de pano que os japoneses usam para dormir, estendendo uma das peças sobre o assoalho e cobrindo-se com o outro. A polêmica atingia a tal ponto que, segundo Kazuo Kadowaki, entre os itens do regulamento que o imigrante deveria obedecer em viagem para o Brasil foi o de não levar o *futon*. Caso preferisse levá-lo, a notificação vinha com a recomendação de que “o algodão interno do acolchoado deveria ser retirado e transportado apenas o tecido que servia de revestimento”.²⁹⁵

Havia quem se esforçasse no sentido de mudar esse hábito dos imigrantes em dormir no *futon*. Kotaro Tsuji, agenciador da imigração na década de 1950, por exemplo, oferecia redes aos imigrantes que chegavam dizendo que era costume dormir na rede aqui na Amazônia. Muitos interpretaram que ele estava sendo mercenário.²⁹⁶ Durante a pesquisa, quando indagados sobre a questão do *futon*, percebeu-se que todos tinham algo a dizer a respeito, e sempre eram reclamações. Kyoko Eto, por exemplo, uma das entrevistas, disse que

²⁹⁴ Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27 nov. 2005.

²⁹⁵ SHINDO, Tsuguio. Passos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999. p.417.

²⁹⁶ ISHIZU, Fumiko. Diário de 1955. Belém-Pa: 1955, p. 66.

lhes relataram existir muito algodão no Brasil e de boa qualidade, e que por isso ela não precisava levar o *futton*. Chegando aqui descobriu que não tinha como adquirir o algodão, então foi obrigada a improvisar. Ceifou ervas daninhas, depois de secá-las ao sol, produziu o *futton*, preenchendo a parte interna do acolchoado com esse capim, o que a deixou indignada (informação verbal).²⁹⁷ Keiko Kaizoe, imigrante de Belterra (1954), lembra-se que os seus pais transportaram *futton* de toda família amarrado em barbantes e enfrentou constrangimento quando foi repreendido pelos agentes da imigração que não escondiam o desagrado diante de enorme volume com que os imigrantes chegavam (informação verbal).²⁹⁸ Tudo indica que a bagagem era parte importante do imigrante japonês.

Na foto 20, os imigrantes de 1935 que estavam a caminho de Parintins, no estado de Amazonas pousam durante a chegada ao Rio de Janeiro, e pode-se ver no primeiro plano o volume de bagagens. Afinal, qual era a razão de tanta celeuma em torno dessa peça de dormir? Os agentes da imigração reclamavam que a peça fazia crescer a bagagem. Além disso, como as crianças urinavam no *futton*, além de ser anti-higiênico, possuía cheiro repulsivo. Realmente, era hábito dos camponeses expô-los ao sol quando as crianças urinavam e, quando seco, continuavam usando-o normalmente (informação verbal).²⁹⁹ Para os imigrantes, *futton* era uma peça fundamental porque sem o qual não conseguiam dormir. Por isso transportavam para onde quer que fossem. Além disso, dormir no *futton*, hábito preservado por muito tempo, era parte da sua identidade que se ligava à pátria de origem e que se esforçavam em preservar.

No Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, em São Paulo,³⁰⁰ há uma réplica da cabana ocupada pelos imigrantes. Nela, pode ser vista o *futton*. Na travessia dos oceanos, os imigrantes viajavam na terceira classe. Dependendo do transatlântico que os transportava, as formas de acomodações a bordo variavam. Alguns chegavam a serem acomodados em cabines, mas, em regra, os imigrantes eram postos em uma área aberta onde estava estendida uma lona, sobre a qual os imigrantes se acomodavam coletivamente, cada grupo familiar reunido em determinado lugar com suas muitas bagagens, onde ficavam e dormiam enquanto singravam os mares.

²⁹⁷ Kyoko Eto. Entrevista concedida ao autor. Belém, 10 mar. 2005.

²⁹⁸ Keiko Kakizoe. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, 19 set. 2005.

²⁹⁹ Kouji Ueno. Entrevista concedida ao autor. Belém-PA, 27 nov. 2005.

³⁰⁰ Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Rua São Joaquim, n.º 38, Bairro da Liberdade, São Paulo – SP.



Foto 20: Desembarque dos imigrantes Kotakuseis no porto do Rio (1935)

Fonte: Acervo do autor

A travessia do oceano reuniu grupo de famílias de imigrantes no navio que as transportou até o Brasil. Essas famílias que juntas singraram os mares, denominaram-se *dossensha*. Em média, o tempo da viagem era de trinta dias. Durante esse período conheciam-se e compartilhavam uma série de experiências. Ao final da viagem, cada grupo de famílias que viajava junta, normalmente, era reunido em uma mesma unidade de colônia. Dessa forma, o processo migratório reunia pessoas que não se conheciam e formavam novas relações sociais que tinha início no momento em que eles embarcavam no navio, contribuindo com que as experiências compartilhadas em comum, criassem laços de afetividade que, normalmente, perpetuavam-se. Mesmo depois de longa duração, eles se reconhecem como sendo *dossensha*. Assim, *Dossensha* é um tipo de identidade mantida entre aqueles que migraram juntos. Apesar da categoria, no sentido literal da expressão significar, “aqueles que migraram juntos”, o sentimento afetivo que perpetua entre *dossensha*, próximo de laço familiar, extrapola o significado da palavra. Talvez, a compreensão disso esteja nas experiências compartilhadas no processo que teve início quando embarcaram no navio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou compreender o processo de imigração e colonização de japoneses no município de Monte Alegre, entre 1926 e 1962. A civilização da Amazônia representada pelas duas maiores cidades, Belém e Manaus, enfrentou dificuldades nas primeiras décadas do século XX, em virtude da decadência da economia da borracha. Nesse quadro, encontrar alternativa econômica era uma das preocupações que mobilizava grupos sociais que estavam próximos do círculo do poder. Assim, o tema do despovoamento, conhecido como “Problema da Amazônia”, passou a ser considerado como central, na questão do atraso em que estaria fadada a região. Nesse sentido, desenvolver a lavoura através de povoamento foi entendido como o caminho a ser seguido para ir ao encontro do progresso tão almejado. Foi nesse contexto que a imigração japonesa para o Estado do Pará foi pensada e efetivada e para a escolha do elemento japonês, concorreu a veiculação de notícias de que a experiência com o imigrante japonês no oeste paulista estava sendo positiva. Por outro lado, a colonização com esse povo não era dispendiosa para os cofres públicos, por isso teve peso considerável nessa decisão, pois as companhias japonesas arcavam com toda a despesa da colonização, reservando ao governo local apenas a concessão gratuita das terras para o referido empreendimento.

Para o interesse nipônico, a proposta do estadista paraense mostrou-se bastante interessante, uma vez que além de abrir nova frente de investimento para o seu capital, diante da proibição da imigração japonesa para o território norte-americano aprovado pelo Congresso daquele país em 1924, por causa da restrição que estava sendo feito nos países do Novo Mundo, a imigração para o Pará apresentava-se como uma grande alternativa para o embarço a que estava se atravessando. Entretanto, as experiências de colonização desenvolvidas na década de 1930, pelas companhias japonesas, fracassaram e houve desistência entre dois a seis anos. Para o fracasso, concorreu principalmente a condição do meio, como solo impróprio para o produto selecionado para o cultivo, isolamento imposto pelas grandes distâncias, endemias, estranhamento com o clima, enchentes, insetos e mata fechada. Nesse quadro, no Pará, os imigrantes, órfãos da Companhia Nipônica, seguiram três destinos: 1) um grupo migrou para São Paulo ou retornou para o Japão; 2) outros deslocaram-se e se estabeleceram no subúrbio da cidade de Belém; 3) menos da metade do total de 2.104 imigrantes permaneceram em Tomé-Açú, para onde transferiram também os colonos da companhia que se encontravam em Monte Alegre e Castanhal. Desse modo, no Pará, de 1937 a 1953, japoneses ficaram concentrados nesta colônia do município do Acará.

No início da década de 1950, uma nova corrente de imigração japonesa teve início, motivada pelo interesse do nosso governo em desenvolver a jutoicultura, o que levou Getúlio Vargas a liberar a entrada de cinco mil famílias de imigrantes nipônicos para a Amazônia. Comungando com esse interesse, e também pelo sentimento patriótico de parte dos remanescentes de imigrantes da década de 1930, muito esforço foi despendido na década de 1950 para trazer os japoneses para a Amazônia. Assim, os japoneses transformaram essa região em uma espécie de refúgio para os já repatriados do continente asiático do pós-guerra. De 1953 a 1962 fundaram não menos que 23 colônias, distribuídas no Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Maranhão. Entretanto, mais uma vez, o meio apresentou-se como grande embaraço aos japoneses e estes, por sua vez, impuseram insucesso às experiências de colonização. Assim, os imigrantes abandonaram os núcleos coloniais originais e parte deles migrou para São Paulo ou retornou ao Japão, mas a grande parcela concentrou-se nas bordas da cidade de Belém e nos municípios que fazem fronteira com a capital paraense, formando aí uma expressiva comunidade de imigrantes de origem japonesa.

Dessa experiência de imigração, existe uma memória escrita que conta a história da pimenta-do-reino, mais precisamente a preocupação voltada para o enaltecimento da moral e da dignidade do imigrante japonês como trabalho, tenacidade, persistência e paciência, haja vista que a idéia é construir uma memória histórica em que indique a vitória do imigrante japonês conquistada através daquelas qualidades morais enaltecidas. Virtudes sobre as quais foi forjada a sua identidade na Amazônia, em particular no Pará.

Na década de 1950, em Monte Alegre, município do oeste paraense, existia uma expressiva colônia de imigrantes japoneses. Cerca de 810 pessoas de 126 famílias viviam nos núcleos coloniais de Açaizal e Dois Galhos. Os primeiros imigrantes em número de 20, chegaram ao município em 1929, dando origem a primeira colônia japonesa do local, denominada Mulata. Eles faziam parte de imigrantes que vieram ao Pará contratados pela Companhia Nipônica de Plantações do Brasil. Em 1935, com a falência da referida companhia, Mulata foi abandonada.

Em 1931, um outro grupo de imigrantes tentou colonizar aquelas terras. Eles eram formados de 32 jovens solteiros que fundaram a colônia que se chamou Limoeiro. Em menos de um ano este grupo se dispersou em meio ao desentendimento entre os seus pares. Assim sendo, em Monte Alegre, na década de 1930, os japoneses não conseguiram se fixar. Desse período até 1953, no município permaneceu apenas um imigrante, remanescente do grupo de 1931.

No pós-Segunda Guerra Mundial, no quadro de novo contexto, uma nova corrente de imigração se formou para a Amazônia. Nesta época, entre 1953 e 1955, Monte Alegre passou a receber novamente imigrantes de origem japonesa que se estabeleceram nas terras da antiga colônia Mulata, formando povoações, como de Açaizal e Dois Galhos.

Durante duas décadas, estes imigrantes formavam uma expressiva comunidade produtora de pimenta-do-reino, por este motivo a Festa da Colheita de Pimenta-do-reino que tinha lugar em outubro era a festividade mais importante desta sociedade. Na década de 1960 foi marcada pela crise na lavoura de Pimenta-do-reino, em virtude de fungos que provocavam o apodrecimento da sua raiz. Desse modo, em parte, devido a falência da economia de piperácea, a década de 1970 destacou-se pelo êxodo. Afirmava-se que Monte Alegre era muito “*fuben*”, isto é, inóspito e assim, as famílias foram se dispersando. Logo, o destino da maioria destes imigrantes foi a transferência para outros municípios que faziam fronteira ou estavam próximos da capital paraense. Em 1993, durante a comemoração dos 40 anos da imigração japonesa em Monte Alegre, havia 35 famílias. Das 126 que residiam na década de 1950, apenas 20 famílias continuavam no local. Entre 1960 a 1962 chegaram os últimos imigrantes do Japão naquela fronteira, em número aproximado de 15 famílias.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Álvaro. Admirável, a fertilidade do solo de Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 15 ago. 1933, p. 3.

Amazon Koutakukai Official Website. Disponível em:
<<http://geocities.yahoo.com.br/amazonkoutakukai/historia.html>>. Acesso em: 27 fev. 2006.

ARIGATO. Secretaria de Estado da Cultura. *Publicação comemorativa ao centenário do Trattado de Amizade, Comércio e Navegação*. Belém, 1995.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999.

Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira. Disponível em:
<<http://www.apanb.com.br/index.html>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

Belém da Saudade. *Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em cartões-Postais*. 2, ed. Ver. aum. Belém: Secult, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. *Japoneses no agro e na indústria*. In. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus: Ed. Valer/Ed. Da Universidade de Amazonas, 1999, pp. 419-429.

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BENTES, Dionísio. O problema da imigração: a contribuição do dr. Dionísio Bentes ao inquérito sobre a importante questão. *Folha do Norte*, Belém, 03 set. 1926, p.1.

BERMAN, Marchall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Pka-Tatu, 2002.

BORGES, Ricardo. *Os Japoneses e a Colonização da Amazônia*. In. *Vivência Amazônica*. Belém: CEJUP, pp. 452-453.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.

BUARQUE, Manuel. Terras do Grão Pará – Monte Alegre. *Folha do Norte*, Belém, 25 de jun. 1932, p.3.

- BUENO, Paulino. In: *Revista Espaço Acadêmico – Ano II – n.º 17 – Outubro/2002 on line*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17evabueno.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2006.
- BURAKUMIN. In: *Language translated Page2 on line*. Disponível em: <<http://www.bookmice.net/darkchilde/japan/burak.html>>. Acesso em: 16 set. 2006.
- CASTRO, Fernando Moreira de. *Cinquenta Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém: Falangola Offset, 1979.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958.
- CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- DEAN, Warren. *A Luta Pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Livraria Nobre, 1989.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto*. Manaus: Valer, 1999.
- DUBOIS, Padre. Neve Japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 06 jul. 1924, p.1.
- ELEUTHERIO, Paulo. Sanear... Povoar... Prosperar. *Folha do Norte*, Belém, 14 ago. 1926, p.1.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança e natureza na Amazônia 1870-1950*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – UNICAMP. São Paulo, 1996.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Baratismo e nacionalismo: a batalha da borracha (1940-1945)*. In: FONTES, Edilza (Org.). *Coleção contando a história do Pará, v. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (séc. XX)*. Belém: E.Motion, 2002, pp. 45-69.
- GINSBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e os ideais de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.
- GONÇALVES, Eduardo Batista. *O Complot Amarelo: Representações do Imigrante Japonês na Imprensa Paraense 1938-1945*. 2000. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2000.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HISTÓRIA DO JAPÃO. In: *Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/314.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

ISHIZU, Fumiko. Diário: Furikaeri mireba nagai michi. Ananindeua: 1945-2005. (manuscrito em japonês).

Jornal Nippo-Brasil – Caderno Zashi. São Paulo, 2006. Disponível em. <http://www.nippobrasil.com.br/2.historia_jp/316.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2006.

KOTAKUKAI DO PARÁ. *História de colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas a Escola Superior de Colonização do Japão*. Manaus, 1989.

KOYAMA, Tsuguo. *Japoneses na Amazônia: alguns aspectos do processo de sua integração sócio-cultural*. In. A Presença Japonesa no Brasil. São Paulo: Ed.USP, 1978. (Coleção Coroa Vermelha, Est. Brasileiros, Vol. I)

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LOBO, Bruno. O japonês e as suas relações com os outros povos. *Folha do Norte*, Belém, 26 mai. 1926, p.1.

LONDRES, Alberto. Tóquio. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926. p. 1.

M ARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão em Belém: a excursão a Marajó – o banquete de amanhã no Palace. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926, p.1.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARANHÃO, Paulo. A colonização japonesa no Pará – Chegou o Manila Maru com a primeira leva dos imigrantes do país do Sol nascente. *Folha do Norte*, Belém, 17 set. 1929, p.4.

MARANHÃO, Paulo. A colonização japonesa no Pará. – Chegou o Manila maru com a primeira leva dos imigrantes do país do Sol nascente. *Folha do Norte*, Belém, 17 set. 1929, p.1.

MARANHÃO, Paulo. A colonização japonesa no Pará: O desembarque da primeira leva de imigrantes nipônicos – recepção a bordo do “Manila Maru”. *Folha do Norte*, Belém, 18 set. 1929. p.4.

MARANHÃO, Paulo. A colonização no Pará. *Folha do Norte*, Belém, 01 abr. 1927, p.1.

MARANHÃO, Paulo. A missão japonesa em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 31 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. A missão japonesa em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 30 mai. 1926, 1. p.1.

MARANHÃO, Paulo. A missão japonesa em Belém. *Folha do Norte*, Belém, 31 mai. 1926, p.

MARANHÃO, Paulo. A Missão Japonesa embarca hoje para o Sul. *Folha do Norte*, Belém, 15 out. 1926, p. 1.

MARANHÃO, Paulo. A Missão Japonesa na E. F. Bragança. *Folha do Norte*, Belém, 12 set. 1926, p. 1.

MARANHÃO, Paulo. A Missão Japonesa na Faculdade de Medicina: a sua partida para o capim. *Folha do Norte*, Belém, 14 jun. 1926, p. 1.

MARANHÃO, Paulo. A recepção do dr. Washington Luis – Como o Pará recebeu o eminente visitante – As homenagens que ontem lhe foram tributada. *Folha do Norte*, Belém, 27 jul. 1926, p.1 e 5.

MARANHÃO, Paulo. A tristeza das Gueishas e dos Samurais – e o sr. Schichita Tatsuke, primeiro embaixador do Japão junto ao governo brasileiro, e que, há poucos dia, chegou a capital da República, sendo festivamente recebido. *Folha do Norte*, Belém, 10 set. 1923, p.1.

MARANHÃO, Paulo. As visitas do embaixador do Japão. *Folha do Norte*, Belém, 16 mi. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Brilhante festa de cordialidade e distinção: o banquete de ontem ao embaixador japonês, oferecido pelo governador do Estado – A família paraense, associando-se à manifestação, presta o concurso da graça e de beleza a essa homenagem encantadora. *Folha do Norte*, Belém, 28 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Brilhante festa de cordialidade e distinção: o banquete de ontem ao embaixador japonês, oferecido pelo governador do Estado. – A família paraense, associando-se à manifestação, presta o concurso da graça e de beleza a essa homenagem encantadora. *Folha do Norte*, Belém, 29 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Brilhante homenagem do município de Belém ao embaixador do Japão: a festa de ontem a bordo do “Cuyabá”, promovida pelo dr. Rodrigues dos Santos. *Folha do Norte*, Belém, 24 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Brilhante homenagem do município de Belém ao embaixador do Japão: a festa de ontem a bordo do Cuyabá, promovida pelo dr. Rodrigues dos Santos. *Folha do Norte*, Belém, 24 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Como estão passando os imigrantes do Nordeste e o que tem sido feito em favor deles pelo governo e pela iniciativa particular. *Folha do Norte*, Belém, 23 abr. 1932. p.1.

MARANHÃO, Paulo. Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, S.A. – O que é a colonização japonesa no Pará, através dessa importante empresa industrial e agrícola ‘PRODUZIR EM GRANDE ESCALA E DA MILHOR QUALIDADE’, é o sugestivo lema da Companhia Nipônica. *Folha do Norte*, Belém, 1º jan. 1932, p. 3.

MARANHÃO, Paulo. Eminente hospede: o embaixador do Japão em Belém. – como foi recebido o ilustre diplomata. – A FOLHA obtém uma entrevista de s.exc. *Folha do Norte*, Belém, 29 abr. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Missão Japonesa foi recebida ontem pelo governador: A sua próxima partida para o Capim. *Folha do Norte*, Belém, 09 jun. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Missão Japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 07 jun. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O dia de ontem do embaixador japonês – visita a estabelecimento público e o almoço na residência do chefe do Estado. *Folha do Norte*, Belém, 30 abr. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O Embaixador do Japão e a Folha. *Folha do Norte*, Belém, 02 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão em visita à Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 28 abr. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão visitando as escolas. *Folha do Norte*, Belém, 19 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão: o banquete de despedida e o regresso de s. exc. Ao Sil. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O embaixador do Japão: o banquete de despedida e o regresso de s. exc. Ao Sul. *Folha do Norte*, Belém, 04 jun. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O embaixador japonês em visita à Amazônia – Sua chegada a Manaus. *Folha do Norte*, Belém, 06 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O embaixador japonês embarcou para Belém. *Folha do Norte*, Belém, 18 abr. 1926, p.2

MARANHÃO, Paulo. O Futuro Governador: será sagrada hoje, nas urnas, o nome do eminente senador Dionísio Bentes para a sucessão governamental do Estado – A entrevista que s. exc. Concedeu ao ‘Paiz’ expondo os pontos capitais do seu programa administrativo. *Folha do Norte*, Belém, 03 dez. 1924, p.1.

MARANHÃO, Paulo. O japoneses fazem profissão de fé no Pará: o batismo de diversas crianças chegadas ultimamente pelo Manila Maru. – Seguem para o Acará os imigrantes. *Folha do Norte*, Belém, 19 set. 1929, p.11.

MARANHÃO, Paulo. Os japoneses e a Amazônia: uma conferência sobre a colonização nipônica neste vale. *Folha do Norte*, Belém, 27 mai. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Os japoneses fazem profissão de fé no Pará: o batismo de diversas crianças chegadas ultimamente pelo “Manila Maru” – Seguiram para o Acará os imigrantes. *Folha do Norte*, Belém, 22 set. 1929. p. 11.

MARANHÃO, Paulo. Os japoneses na América do Sul: A natureza é prodigiosa. – a oportunidade está lá. – o povo é hospitaleiro, diz o sr. H. Fukuhara, que há pouco tempo esteve na Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 11 abr. 1926, p.2.

MARANHÃO, Paulo. Os japoneses no Pará – Inauguração da hospedaria dos imigrantes. *Folha do Norte*, Belém, 15 set. 1929, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Regressou de Bragança a missão japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 03 jun. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Regressou de Bragança a missão japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 03 jun. 1926, p.1.

MARANHÃO, Paulo. Uma missão japonesa visita o norte do país. *Folha do Norte*, Belém, 04 jul. 1924, p.1.

MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEIRA, Augusto. O problema da imigração. *Folha do Norte*, Belém, 26 set. 1924, p.1.

MONTE ALEGRE do Governo do Estado do Pará – *Pará é Amazônia on line*. Disponível em: < <http://www.cdpara.pa.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2005.

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos: a história da Shindo Renmei*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

MOURA, Valdete Castro de. *A colonização de capitão Poço e a migração nordestina (1945-1960)*. 2006. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

MUNIZ, João de Palma. *Colonização e Imigração no Estado do Grã-Pará 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NAGAI, Akira. *Um nikkei da Terra dos Tembés*. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002.

NASCIMENTO, Márcia Oliveira. *A Colônia Japonesa em castanhal*. 2004. Monografia (graduação em História) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

NERY, Sylverio. O Problema da Amazônia. *Folha do Norte*, Belém, 03 set. 1926, p.1.

NIEMAYER, W. O Pará e a imigração japonesa. *Folha do Norte*, Belém, 28 mai. 1926, p.1.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1979. (Série A, n.º 2).

OHASHI, Paulo Toshio. Cruzeiro do sul cintila no céu com luz da verdade: recordação de um lavrador aos 70 anos na vida do campo na Amazônia – narração de vida de si próprio. Belém, 2003.

OTSUKI, Kyoko. A bordo do Nélio Correia: hábitos e costumes da Amazônia. Monte Alegre: 2004. (impressões sobre costume dos nativos observado a bordo do vapor)

OTSUKI, Kyoko. Anotações cronológicas da imigração japonesa em Monte Alegre (1929-1990), escrito com base nas informações reunidas através de entrevistas com os remanescentes da imigração que ainda vivem em Monte Alegre. Monte Alegre: 1990. (anotações impressa em japonês).

PAPIM, Ângelo. In: *História do Japão*. Disponível em: <http://angelopaim.sites.uol.com.br/quadro_indice.htm>. Acesso em: 16 nov. 2005.

PARÁ. Gabinete do Interventor. Petição – 1931. *Chefatura de Polícia encaminhando ao Interventor Federal do Estado o abaixo assinado de trabalhadores da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A, em Tomé-Açú, Acará*. Belém/ Arquivo Público do Pará, 2005.

PARÁ. Gabinete do Interventor. Petição – 1931. *Comunicado oficial ao Interventor Magalhães Brata sobre a designação do Suetaka Hayoa como cônsul temporário em Belém pela Embaixada do Japão*. Belém/ Arquivo Público do Pará, 2005.

PARÁ. Instituto Agrônomo do Norte. *Boletim Técnico n.º 34 – A Juta na Amazônia*. Belém: 1958.

PARÁ. *Lei 2.746 de 13 de novembro de 1928 que autoriza o governo do Estado a contratar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a instalação e exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas do Estado do Pará*. Leis do Estado do Pará do ano de 1928, Pará-Brasil, pp. 82-88. Belém/Arquivo Público do Pará, 2005.

PARÁ. Secretaria de Governo. Telegramas e Diversos – 1924/27. *Petição de Mitsuyo Maeda (Conde Koma) / solicitação de naturalização*. Belém/Arquivo Público do Pará, 2005.

PARÁ. SPVEA – Superintendência do Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia. *Política de Desenvolvimento da Amazônia. Vol. II, SPVA 1954/1960*. Belém, 1960.

PERROT, Michhelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PESSAVENDO, Sandra. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

PINTO, Elias Jr. Sessenta Anos de Presença Japonesa na Amazônia. *Revista Amazônia Hoje*, Belém, v.1, n.11, nov. 1989. p.22-27.

PRIORE, Mary Del. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano* (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

Revista Espaço Acadêmico – Ano II – n.º 17 – Outubro/2002 on line. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17evabueno.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2006.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

SAITO, Hiroshi. *A Integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1977. (Série A, n.º 1).

SALLES, Vicente. *Época do Teatro no Grão-Pará: ou, Apresentação do Teatro de Época*. Belém: UFPA, 1994. (Tomo 1 e 2)

SANTOS, Claudionor da Rocha et al. *A colonização Japonesa em Monte Alegre*. 1993. Dissertação (graduação em História) – Campus Universitário de Santarém, Universidade Federal do Pará. Santarém, 1993.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia Das Letras, 1998. (n.º 3).

SHINDO, Tsuguo. *Brasil e Japão: Os 100 anos de Tratado de Amizade*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.

SHINDO, Tsuguo. *Passos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

SOUZA, Laura de Melo e. *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização, Séculos XVI – XVIII*. São Paulo, Companhia Das Letras, 1993.

STANLEY, Thomas. *Áreas protegidas*. Disponível em: <<http://hkuhist2.hku.hk/nakasendo/g012.htm>> Acesso em: 16 set. 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. *Projeto História*, nº 15 (abril 1997), pp. 51-84.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido: Tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a consequente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

TOMÉ-AÇÚ – BEM VINDO AO BEÇO DA IMIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA. Tomé-Açú: Associação Cultural de Tomé-Açú - ACTA, 2004.

TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TSUTSUMI, Gota. *Alvorada da imigração japonesa na Amazônia – seguindo as pegadas da Missão Fukuhara*. In: Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006, pp. 196-2007.

UENO, Kouji. *História de minha vida: um imigrante japonês*. Monte Alegre, 2005.

UENO, Kouji. *Jibun Shi*. Monte Alegre, 2002.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Ed. UNB, 1995.

VIDELLA, S. Torres. O perigo Amarelo. *Folha do Norte*, Belém, 22 set. 1924, p.1.

ANEXOS

Lei 2.746 de 13 de novembro de 1928.³⁰¹

Autoriza a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a instalação e exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas deste Estado.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º- Fica o Governo do Estado autorizado a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a instalar em terras devolutas deste Estado, mediante as condições seguintes:

a) Concessão a título de opção por dois annos, a contar da data do termo de concessão, de um milhão e trinta mil (1.030.000) hectares de terras devolutas do Estado, assim discriminadas:

1º- Um lote, com quatrocentos mil (400.000) hectares no município de Monte Alegre, limitando a Léste pela divisória do município de Prainha, seguindo por este limite até o igarapé Muruia, affluente do igarapé Tucurana que deságua no rio Parú; dahi seguindo ao Norte pela recta do parallelo 0º50, até encontrar os limites do município de Alemquer, com terras do qual confinará a Oeste; ao Sul, onde terminarem as terras ocupadas por posses registradas ou possuídas por título legítimos. Este lote está situado nas terras do referido município de Monte –Alegre, à margem esquerda do rio Amazonas.

2º- Um lote, com seiscentos mil (600.000) hectares no município do Acará, comprehendendo os terrenos situados entre o município de S. Domingos da Bôa –Vista, pelo lado oriental e o município do Moju pelo lado occidental, conforme as divisórias inter-municipaes e limitado ao Sul pelo parallelo 3º, 30; e a Norte pelo parallelo da embocadura do igarapé Thomé-Assú, affluente da margem direita do rio Acará-pequeno, seguindo pela margem esquerda do igarapé Thomé-Assú, até as suas cabeceiras no divisor do município de S. Domingos da Bôa-Vista, e por divisor para o Sul, de modo a abranger todos os tributários superiores do rio Acará-pequeno, assim como os formadores do rio Acará, entre os parallelos descriptos ao Norte e ao Sul do lote.

3º- Um lote de 10.000 hectares no município de Marabá;

4º- Um lote de 10.000 hectares no município de Conceição de Araguaia;

5º- Um lote 10.000 hectares na zona da Estrada de Ferro de Bragança. O concessionario terá o prazo de dois annos para determinar a escolha das terras indicadas nas alíneas 3ª, 4ª e 5ª, obrigando-se a fazer pesquisas scientificas nas mesmas.

§ 1º- No caso de não chegarem as terras especificadas no artigo Iº a completar a área concedida, fica o Governo obrigado a fazel-o em outro local, sem prejuízo para o concessionario e á sua escolha.

³⁰¹ FONTE: Arquivo Público do Pará - Collecção de Leis do Estado do Pará do anno de 1928. Pará-Brasil: Officinas graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926, pp. 82-88.

§ 2º- Na concessão dos lotes pedidos ficam ressalvadas e excluídas as terras possuídas por título legítimo de particulares.

Art.2º- O concessionario tem direito mais aos seguintes favores;

- a) de contruir estradas de ferro e de rodagem entre colonias que installar no rio Acará e o rio Tocantins, gosando de privilegio de zona dez kilometros de terras devolutas de cada lado das estradas que fizer para esse fim.
- b) Fundar e manter estações experimentaes agrícolas e fazendas agropecuarias sob a direcção de technicos de sua escolha e administração.
- c) Utilizar as quedas dagua para producção da energia electrica, construindo e custeando as installações necessarias para esse fim, inclusive represas e açudes, de toda espécie de estrutura e meio de transmissão destinados a fazer girar e transportar a energia de corrente a quaesquer fabricas, armazéns, depositos ou edificios de toda a natureza pertencentes ao concessionario.

Se fôr indispensavel ao concessionario utilizar-se da força hydraulica existente fóra das terras da concessão e pertencentes a terceiros, terá o concessionario o direito de pedir a desapropriação das mesmas de accordo com a legislação respectiva.

- d) Constucção de estradas de ferro e de rodagem, campos de aviação e quaesquer outras vias de comunicação terrestres, fluviaes e aéreas, no interior das terras concedidas e tambem para comunicar sua concessão com as margens dos rios que forem julgados convenientes para o effeito do trafego agrícola, industrial e comercial das mesmas terras.
- e) Fazer por sua conta, a navegação dos rios Acará, Tocantins, Amazonas e outros que lhe convier e construir armazéns, docas e melhoramentos em portos nas terras concedidas, como tambem nos rios Acará, Tocantins e Amazonas notadamente em Monte-Alegre, Acará e Tocantins ou perto destas cidades, cumprindo o que depender do Governo Federal e mediante as vantagens, favores e obrigações que possa obter da União e do Estado.
- f) Contruir e manter nas terras concedidas ou nas cidades de Monte-Alegre e Acará ou noutro lugar, conveniente, as fabricas ou installações que lhe convier para beneficiamento ou preparo dos productos das terras da concessão, podendo, entretanto, exportar os ditos productos em bruto, manufacturados, ou beneficiados, qualquer que seja a natureza destes productos tanto agrícola como mineraes e outros.
- g) Installar fabricas de adubos e construir edificios para exposição de seus productos.
- h) Criar estabelecimentos bancarios e effectuar todas as operações desta natureza, em relação á exploração agricola e industrial das terras concedidas, preenchidas as formalidades da legislação federal.
- i) Construir e manter nas terras concedidas o serviço de comunicações telephonicas e radio-telegraphicas, pelos meios de transmissão já conhecidos e outros que venham a ser descobertos, podendo estender esse serviço para fóra das ditas terras, mediante accordo com o próprio Estado ou com os concessionarios de outras linhas ou meios de comunicação, observadas as disposições da legislação federal.

- j) Criar e manter escolas gratuitas para instrução primaria e elementar de operários a serviço das terras concedidas, podendo nellas admitir outros habitantes das mesmas terras ou das regiões adjacentes, attendendo os regulamentos de ensino do Estado; também poderá criar e custear escolas agricolas e de outras profissões.
- k) Installar armazéns e depósitos de mercadorias ou comissariados para fornecimento aos seus próprios empregados e trabalhadores ou pessoas moradoras na zona da concessão.
- l) Isenção de todos os impostos, taxas e contribuições de qualquer origem, natureza ou denominação que sejam, quer do Estado, quer dos seus municipios, durante o prazo de cincoenta annos, a contar da data em que o concessionario, empreza ou companhia que venha a organizar, começarem a funcionar effectivamente; ficando obrigados, depois dos primeiros doze annos de seu funcionamento, a retribuir ao Estado e municipios, a isenção de que continuam a gosar mediante cinco por cento(5%) para o Esatdo e dois por cento(2%) para os municipios interessados, dos lucros líquidos.
- m) Direito de pesquisas de mineraes nas terras de sua concessão, para o effeito de preferencia das larvas, de conformidade com as leis da Nação e deste Estado, e, sómente depois de obtido o titulo definitivo das terras concedidas, os demais direitos das terras concedidas, os demais inherentes ao direito de propriedade.

Art.3º- A concessão terá por fim o estabelecimento de uma ou mais emprezas ou companhias com direito á propriedade, de uso e goso das terras concedidas, para cultivar arroz, tabaco, algodão, coqueiros, castanheiros, cacaeiros e outros vegetaes uteis; utilização das materias primas de producção nativa do Estado, exploração das riquezas mineraes e da força hydraulica, construcção de fabricas de beneficiamento dos productos agricolas e extractivos, estabelecimento de vias de communicacão de qualquer natureza, edificações e outras bemfeitorias e melhoramentos concernentes á utilização das terras e ao bem estar do pessoal nellas localizados, e a fundação de colonias agricolas de nacionaes e japonezes.

Art.4º- O concessionario, emprezas ou companhias que venha a organizar fica obrigado ao seguinte:

1.º) Fundar nucleos coloniaes japonezes distribuindo a cada familia um lote de 25 hectares no mínimo, podendo também introduzir alem das familias japonezas, colonos brasileiros e outras nacionalidades, contractando mecânicos, artífices e operarios, como melhor lhes convier.

2.º) A discriminar, por medição e demarcação, em fórmula legal, as terras da concessão e os lotes dos colonos e urbanos, reservando na séde das colonias ou povoação, para a União, Estado e Municipios, as áreas necessarias para as construcções publicas, incluindo as praças e outros logradouros de reconhecida utilidade.

3.º) Executar todas as medidas hygienicas e sanitarias nas terras concedidas, mantendo, para esse effeito, as necessarias installações hospitalares, cirúrgica com o pessoal de medicos e enfermeiros em numero necessario, podendo utilizar-se, por algum tempo, dos serviços de medicos japonezes, ficando, entretanto, sujeitos ás leis sanitarias do Brasil.

4.º) Submetter á approvação do Governo, annualmente, o projeto dos trabalhos de colonizaçao que se pretende levar a effeito nesse periodo.

5.º) Adotar o arbitramento para solução de qualquer divergencia com o Governo do Estado, e, em toda eventualidade, submeter-se ás leis do Brasil e as decisões ou sentenças dos respectivos tribunales competentes, adoptando como fôro o desta capital.

Art.5º- O concessionario poderá organizar com a presente concessão, uma ou mais empresas, companhias, ou pessoas jurídicas e de perfeita idoneidade financeira, a juizo do Governo.

Art.6º- Logo que o concessionario organizar pela forma anonyma ou outra que lhe convier, uma ou mais companhias ou empresas com capital minimo de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000) para transferir a presente concessão, será expedido o titulo definitivo á dita companhia ou empresas das terras que fazem objecto da presente concessão.

Art.7º- Ao concessionario, companhias ou empresas a quem fôr transferida a presente concessão, ficam assegurados todos os favores das leis em vigor, relativos ao beneficiamento e utilização industriaes das terras concedidas e seus productos e quaesquer outros favores que para o mesmo fim venham a ser concedidas a outrem, ou creados por leis do Estado.

Art.8º- A companhia ou empresa a que seja feita pelo concessionario a transferencia da presente concessão, no todo ou em parte, serão constituídas em condições de perfeita idoneidade financeira para preenchimento dos fins desta concessão, a juizo do Governo e devidamente auctorizadas a funcionar no Brasil, as organizadas no estrangeiro, sujeitas todas ás leis federaes e do Estado e aos tribunales competentes da Republica Brasileira.

Art.9º- Os termos da presente concessão sómente poderão ser modificados mediante accordo prévio entre o Governo do Estado e o concessionario ou companhia ou empresa que organizar e com o fim exclusivo de facilitar a solução de quaesquer problemas que venham a surgir e que difficultem o cumprimento das obrigações da presente concessão.

Art.10- O direito de desapropriação de que poderá usar o concessionario, empresa ou companhia que venha a organizar, por necessidade ou utilidade publica, comprehende as terras que forem indispensáveis para o incremento dos fins desta concessão, assim como de quaesquer utilidades ou bemfeitorias nellas existentes, tudo na forma da legislação vigente.

Art.11- Caso o concessionario venha a adquirir terras de concessões pertencentes a terceiros, ou compre terras devolutas do Estado ou mesmo terrenos particulares, serão estas incorporadas á presente concessão, a fim de gosarem dos mesmos favores concedidos nesta lei.

Art.12- Na medição e demarcação das terras concedidas que o concessionario é obrigado a fazer, fica o mesmo sujeito á fiscalização por parte do estado a quem é obrigado a entregar o mappa detalhado das terras demarcadas mediante processo legal.

O serviço de medição e demarcação será feito progressivamente e terá inicio um anno depois da assignatura do contracto.

Art.13- Independente dos favores desta lei o Governo concederá gratuitamente ao concessionario uma área de terreno sufficiente para constrcção das hospedarias de immigrants em local de facil embarque e desembarque.

Art.14- O Estado se obriga a dar a conveniente assistencia ao concessionario, afim de ser concedida a este pelo Governo Federal, a isenção dos impostos de importação para todo o material, machinismo, apparelhos para

observações meteorológicas, productos químicos, adubos químicos e fornecimento de outras mercadorias que importar para a exploração agrícola e industrial das terras concedidas e instalação de fabricas, armazens, depósitos, vias de comunicação e tudo quanto seja necessario para a completa realização dos fins desta concessão, assim como de outros impostos e taxas federaes, sem que fique, entretanto, responsável pela falta de concessão destes favores.

Art.15- O concessionario não será obrigado a submeter á aprovação de quaesquer auctoridades as plantas de todas e quaesquer edificações ou construcções, assim como o plano de qualquer trabalho agrícola ou industrial, nellas realizados.

Art.16- Para effeito da fiscalização dos interesses que tem o Estado na presente concessão, fica adoptado o exame das contas e balanços por auditor (“auditor, chartered accountants”), na fórmula usada pelas empresas e companhias japonezas e de outros paizes civilizados, devendo, para esse fim, o concessionario, companhia ou empresa a que fôr transferida a presente concessão, submeter a taes auditores suas contas e balanços, pela maneira usual a respeito das companhias e empresas congêneres, auctorizadas a funcionar no Brasil.

Art.17- O concessionario, empresa ou companhia a que seja transferida esta concessão, poderão independentemente da presente concessão, exercer qualquer outra actividade, industria ou commercio, notadamente bancário de compra e venda de commissões e consignações, importação e exportação, transporte marítimo, fluvial e terrestre, podendo também contractar com o Governo da União, dos Estados ou dos municipios, ou executar por conta própria a constrcção de estradas de ferro, de rodagem, campo de aviação e meio de transporte aéreo por aparelho de qualquer natureza, estyações e linhas telephones e telegraphos maritimos, sub-fluviaes, terrestres e sem fios ou radiographicos nos termos da lei do Brasil.

Art.18- O não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei e das que forem estipuladas no respectivo contracto, em virtude da opção concedida, pelo prazo de dois annos, importa em caducidade immediata da concessão, sem estrepito judiciário, nem direito á indemnização.

Art.19- O concessionario poderá installar núcleos de povoação com as necessarias condições de hygiene e salubridade, policia de segurança, defesa contra incendios, podendo adoptar o plano e regras que melhor lhe convier para construcção ou edificação desses núcleos.

Art.20- O Poder Executivo poderá conceder a outras pessoas, companhias ou empresas, no todo ou em parte, os favores ou vantagens desta lei.

Art.21- Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario Geral do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 13 de novembro de 1928.

Dionysio Bentes

Fausto Batalha.